



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 15ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**06/07/2023
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 06/07/2023.**

15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 43/2023 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	10
2	MSF 44/2023 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	62
3	MSF 45/2023 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	113

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTE

Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568 / 1963 / 1964	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(REDE, PT, PSB, PSD)

Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)

Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(1)(11)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775	2 Wilder Moraes(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370

Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)

Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 6 de julho de 2023
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
15ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão dos planejamentos estratégicos (04/07/2023 18:20)
2. Inclusão de relatório (05/07/2023 12:13)
3. Inclusão de relatório (05/07/2023 18:06)
4. Idem (05/07/2023 19:27)
5. Correção de texto (05/07/2023 20:05)
6. Erro material (06/07/2023 09:52)
7. Erro material (06/07/2023 09:58)
8. Erro material (06/07/2023 10:07)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 6 de julho de 2023
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
15ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão dos planejamentos estratégicos (04/07/2023 18:20)
2. Inclusão de relatório (05/07/2023 12:13)
3. Inclusão de relatório (05/07/2023 18:06)
4. Idem (05/07/2023 19:27)
5. Correção de texto (05/07/2023 20:05)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO*

CPF: informações pessoais

ID: informações pessoais

1951 Filho de informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1974	Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
1974	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
1978	CPCD - IRBr
1982	CAD - IRBr
1983	Mestrado em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".
1998	CAE - IRBr, Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty

Cargos:

1979	Terceiro-Secretário
1981	Segundo-Secretário, por merecimento
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe

Funções:

1979-83	Divisão do Pessoal, Serviço de Classificação de Cargos e Salários, Chefe
1983-87	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
1987-89	Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
1989-91	Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
1991-92	Departamento das Américas, Coordenador-Executivo, substituto
1992-94	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Assessor
1994-97	Embaixada em Londres, Conselheiro
1997-01	Embaixada em Tóquio, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2001-06	Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
2006-07	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Assessor Técnico
2007	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2007-10	Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, Diretor
2010-12	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
2012-16	Embaixada em Wellington, Embaixador
2016-20	Embaixada em Ancara, Embaixador
2020-	Embaixada em Bratislava, Embaixador

Publicações:

- | | |
|------|---|
| 1977 | Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas, in Revista do III Encontro de Advogados do Sistema Telebrás, DCU-654, Brasília, DF |
| 2008 | Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, in I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 2009 |
| 2009 | A Parceria MRE-MPS em apoio aos brasileiros no exterior, in Atuação Governamental e Políticas Internacionais de Previdência Social, Coleção Previdência Social, vol. 32, 1a. edição 2009 |
| 2011 | A importância política dos assuntos consulares e migratórios e o papel fundamental das Chancelarias para o seu adequado encaminhamento. FUNAG, IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Textos Acadêmicos, 2011 |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1979 | Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, IRBr |
| 1984 | Medalha Santos Dumont, Brasil |
| 1994 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial |
| 2004 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador |
| 2006 | Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial |
| 2006 | Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador |
| 2009 | Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz |
| 2010 | Ordem do Mérito Anhanguera, grau Grande Oficial, Governo de Goiás |
| 2012 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial |
| 2018 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial |



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2023

(n° 293/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 293

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de junho de 2023.

EM nº 00152/2023 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 370/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/06/2023, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4353714** e o código CRC **4075E511** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005194/2023-24

SUPER nº 4353714

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

Avulso da MSF 43/2023 [4 de 27]

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DOS PAÍSES DO GOLFO**

IRÃ



**MAIO DE 2023
OSTENSIVO**

SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EBRAHIM RAISI	3
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, HOSSEIN AMIR- ABDOLLAHIAN	3
LÍDER SUPREMO DA REVOLUÇÃO ISLÂMICA, AIATOLÁ ALI KHAMENEI	3
DADOS BÁSICOS	4
INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ	5
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-IRÃ	7
POLÍTICA INTERNA E ECONOMIA DO IRÃ	9
ECONOMIA	11
POLÍTICA EXTERNA	14
CRONOLOGIA HISTÓRICA	16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	17
ACORDOS ASSINADOS	18

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EBRAHIM RAISI

Nasceu em 1960, na cidade de Mashad, no nordeste do Irã. Iniciou seus estudos religiosos em seminário islâmico na cidade sagrada de Qom aos 15 anos. Posteriormente completou seus estudos em jurisprudência islâmica, obtendo mestrado e doutorado com especialização em direitos individuais. Após carreira como promotor, assumiu em 2004 a vice-presidência do Judiciário e, dois anos mais tarde, foi eleito membro do Conselho de Sábios. Em 2014, tornou-se Procurador-Geral. Em 2017, disputou pela primeira vez a presidência. Tomou posse como Presidente da República em agosto de 2021, sucedendo a Hassan Rouhani. Conservador, alinhado ao Líder Supremo, declara-se favorável à aproximação com os vizinhos árabes e ao diálogo seletivo com os Estados Unidos. Seu turbante preto denota descender do profeta. É casado com Jamileh Alamolhoda, doutora em educação e professora na Universidade Behesht, em Teerã.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, HOSSEIN AMIR-ABDOLLAHIAN

É diplomata de carreira com ampla experiência no Oriente Médio, o que fortalece a disposição do governo Raisi de buscar aproximação com os países árabes. Foi também negociador sobre temas nucleares. Nasceu em 1964, tem PhD em relações internacionais pela Universidade de Teerã, fala inglês e árabe fluentes. Serviu em Bagdá de 1997 a 2001. Foi Embaixador no Bahrein de 2007 a 2010, depois diretor-geral para o Golfo Pérsico e Oriente Médio (2010-2011) e vice-ministro para países árabes e africanos (2011-2016). Em 2016 foi cedido para o parlamento, tendo servido tanto a Ali Larijani quanto ao atual presidente, Mohammad Ghalibaf. Tomou posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros em 25/8/21.

LÍDER SUPREMO DA REVOLUÇÃO ISLÂMICA, AIATOLÁ ALI KHAMENEI

Nasceu em Mashhad, em 1939. De 1958 a 1964, cursou jurisprudência e filosofia no seminário islâmico de Qom, tendo como professor e mentor intelectual o Aiatolá Khomeini, futuro líder da Revolução Islâmica. Em 1962, juntou-se ao Movimento Islâmico de Khomeini e tornou-se membro do Conselho Revolucionário Islâmico. Após a Revolução, foi Vice-Ministro da Defesa e supervisor da Guarda Revolucionária. Ocupou os cargos, entre outros, de deputado eleito por Teerã (1980); representante de Khomeini no Conselho Supremo de Segurança Nacional (1981); presidente do Conselho de Discernimento (1988); e chefe do Comitê de Revisão

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Islâmica do Irã
CAPITAL	Teerã

Constitucional (1989). É o Líder Supremo da República Islâmica do Irã, por escolha do Conselho de Sábios, desde a morte do Aiatolá Khomeini em 1989.

ÁREA	1.648.000 km ²
POPULAÇÃO	84 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Farsi (persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã xiita (89%); islã sunita (9%); baha'ismo (0,5%); cristianismo (0,17%); zoroastrismo (0,07%); judaísmo (0,04%)
SISTEMA DE GOVERNO	República
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Consultiva Islâmica Unicameral (<i>Majlis</i>)
CHEFE DE ESTADO	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Ebrahim Raisi (desde ago 2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Hossein Amir-Abdollahian (desde ago 2021)
PRODUTO INTERNO BRUTO (2020)	USD 231,55 bilhões
PRODUTO INTERNO BRUTO – PPP (2020)	USD 1,26 trilhão
PIB PER CAPITA (2020)	USD 2.756,7
PIB PER CAPITA – PPP (2020)	USD 15.791,2
VARIAÇÃO DO PIB (2020)	1.8%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH (2019)	0,6
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	77 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020)	90%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018)	11,5 %
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iraniano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM TEERÃ	O Emb. Eduardo Ricardo Gradilone Neto foi indicado para a posição e recebeu o <i>agrément</i> iraniano. Resta, ainda, confirmação em sabatina no Senado.
EMBAIXADOR DO IRÃ EM BRASÍLIA	Houssein Gharibi (desde março de 2020)
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 180

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ

USD milhões (fonte: MDIC)

Brasil → Irã	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	1.237	2.367	1.618	1.669	2.311	2.600	2.298	2.326	1.272	2.006	4.285,9
Exportações	1.218	2.332	1.609	1.666	2.232	2.559	2.258	2.210	1.157	1.941	4.285,9
Importações	19	35	9	3	79	41	40	116	116	65	139,2
Saldo	1.199	2.297	1.601	1.663	2.153	2.518	2.218	2.094	1.040	1.875	4.146,7

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, estabelecidas em 1903, desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Em 2023, os dois países celebram 120 anos de relações bilaterais ininterruptas. O governo do Irã tem reiterado o

interesse na organização de atividades para comemorar a efeméride, incluindo trocas de visitas de chanceleres e, se possível, de Presidentes.

Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados na década de 1950, e o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília (1960). Foram registradas visitas de alto nível de lado a lado, e há diversos acordos e outros instrumentos assinados nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

Em 1965, o xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, na primeira visita de Chefe de Estado iraniano ao país. Após essa data, as visitas de mais alto nível foram do Presidente Mahmoud Ahmadinejad a Brasília, em 2009, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã, em 2010. Nesta última ocasião, em parceria trilateral envolvendo a Turquia, firmou-se a "Declaração de Teerã", sobre o programa nuclear iraniano, que deu impulso à agenda bilateral e levou a nova troca de visitas presidenciais. Ahmadinejad retornou ao Brasil em 2012 para a Rio+20, e Dilma Rousseff encontrou-se com o Presidente Hassan Rouhani em Nova York, à margem da 70ª AGNU, em setembro de 2015.

Em abril de 2018, o ex-chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília, onde se avistou com o então Ministro das Relações Exteriores, fez visita de cortesia ao então Presidente da República e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. Zarif também discursou na abertura de Seminário sobre as relações econômico-comerciais entre o Brasil e o Irã, na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante a visita, foram assinados quatro acordos bilaterais na área de cooperação jurídica internacional – extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal.

Cabe ainda registrar visitas a Teerã do então chanceler Mauro Vieira (set/2015), do MDIC Armando Monteiro e delegação empresarial (out/2015) e, mais recentemente, da MAPA Tereza Cristina (fev/2022). O Ministro da Agricultura do Irã, Seyed Javad Sadati Nejad, foi convidado a visitar o Brasil e reciprocamente a visita.

Há expectativa de reativação da Comissão Econômica-Comercial Bilateral, de trocas de visitas de alto nível, acompanhadas de bom volume de negócios, de parcerias econômico-comerciais e do início de projeto de cooperação trilateral (Brasil-Irã-UNICEF).

O mecanismo bilateral de Consultas Políticas foi retomado em abril de 2016, em Teerã, após hiato de quase cinco anos. Em janeiro de 2021, no auge da pandemia de COVID-19, foi realizada em modalidade de videoconferência a X Reunião de Consultas Políticas, tendo a delegação brasileira sido chefiada pelo Secretário de Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), e a iraniana, pelo então vice-ministro de negócios estrangeiros para assuntos políticos, embaixador Abbas Araghchi.

O último encontro do mecanismo deu-se em agosto de 2022, em Teerã, quando foi realizada a XI Reunião de Consultas Políticas. Nessa ocasião, a delegação brasileira foi novamente chefiada pelo então SOMEA, e a iraniana, pelo atual vice-ministro de negócios estrangeiros para assuntos políticos (e negociador-chefe do Irã para o JCPoA-Plano de Ação Conjunta Global, ou “acordo nuclear iraniano”, como é conhecido), embaixador Ali Bagheri Kani.

Uma das principais vertentes do diálogo político bilateral é a diplomacia parlamentar, que o chefe da delegação brasileira na XI Reunião de Consultas Políticas qualificou como "espécie de espinha dorsal das relações bilaterais". Em agosto de 2021, assistiram à posse do aiatolá Ebrahim Raisi na presidência da República Islâmica os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Irã, representando o presidente da Câmara dos Deputados, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Além de assistir à referida cerimônia, os deputados brasileiros foram recebidos pelo presidente do Parlamento iraniano (*Majlis*), Mohammad Ghalibaf, e encontraram-se com o presidente do grupo parlamentar de amizade Irã-Brasil do *Majlis*, deputado Ahmad Naderi, e com o presidente da Comissão de Minas e Indústria do Parlamento, deputado Akbari Talarposhtee.

Em fevereiro de 2022, Roman voltou ao Irã, acompanhado de delegação empresarial, por ocasião da feira IranPlast, quando se reuniram com empresas e órgãos governamentais ligados ao setor petroleiro e petroquímico. Durante sua visita em fevereiro do ano passado, a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi acompanhada, na maior parte dos eventos, pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Neri Geller (PP/MT) e pelo deputado estadual Xuxu Dal Molin (PSC/MT), e foi igualmente recebida no *Majlis*.

Em anos recentes, os parlamentares iranianos, sobretudo os membros do grupo de amizade, mostraram especial dedicação à diplomacia parlamentar com o Brasil, sempre dispostos a receber as autoridades brasileiras. Em encontro com o então Embaixador do Brasil em abril de 2023, os deputados Naderi, que ainda preside o grupo de amizade Brasil-Irã, e Mohammad Javad Asgari, presidente do grupo parlamentar de agricultura, manifestaram o desejo de seguir fomentando ativamente essa vertente do relacionamento político bilateral (inclusive em temas de natureza eminentemente econômica).

Na esteira da visita da ex-Ministra Tereza Cristina, o presidente da Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO, na sigla em inglês) e vice-ministro da Agricultura, Dr. Mojtaba Khayam Nekoiee, visitou o Brasil em março de 2022, acompanhado de delegação de alto nível, onde foi recebido pelo então Secretário Executivo do MAPA, Marcos Montes, e pelo presidente da Embrapa, Celso Moretti, quando discutiram a implementação integral do Memorando de Entendimento assinado em dezembro de 2020 entre a AREEO e a EMBRAPA na última reunião do Comitê Consultivo Agrícola bilateral.

Em projeto de cooperação trilateral capitaneado pelo Escritório do UNICEF em Teerã, em junho/julho de 2022, delegação de alto nível do Ministério de Cooperativas, Trabalhos e Bem-estar Social do Irã, acompanhada de representantes do escritório do UNICEF no Irã, realizaram visita de estudos a Brasília e a Boa Vista para conhecer as experiências brasileiras no cadastro único do Auxílio Brasil e no acolhimento a refugiados, em projeto de cooperação trilateral coordenado, no Brasil, pela ABC.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-IRÃ

Tendo em conta as restrições à moeda forte, em razão das sanções unilaterais norte-americanas, o Irã privilegia comprar por meio de comércio compensado e de países que possuem recursos iranianos (não bloqueados) em seus bancos, sobretudo grandes importadores de petróleo iraniano até abril de 2019, como a China e a Índia. Essas características desfavorecem o Brasil, uma vez que nossas importações do Irã são, tradicionalmente, baixas. Dessa forma, o Brasil concorre com o farelo de soja e o açúcar da Índia, e, tradicionalmente, com o milho da Rússia e da Ucrânia.

De modo a contornar as dificuldades de pagamentos, algumas empresas montaram, desde 2019, operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana, o que acarretou o aumento das importações brasileiras. Naquele ano, houve incremento substantivo das importações de ureia iraniana (US\$ 113 milhões; +190% em relação ao ano anterior). Outras “tradings” têm buscado ampliar essas operações, com pouco sucesso até o momento, haja vista a pouca oferta de ureia para exportação no mercado iraniano e dificuldades de sincronização de safras com a disponibilidade de ureia iraniana.

Durante a visita ao Irã da então Ministra da Agricultura, Teresa Cristina, em fevereiro do ano passado, um dos principais objetivos da pasta foi buscar ampliar a oferta iraniana de ureia ao mercado brasileiro, tema particularmente relevante naquele momento, ante a crise de oferta global de fertilizantes, agravada em função do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Na última reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Irã, os ministérios de Agricultura de ambos os países assinaram dois memorandos de entendimento nas áreas de sanidade vegetal e pesquisa agrícola –este último entre a EMBRAPA e sua congênere iraniana, a AREEO.

Apesar de persistirem entraves, o Irã é um significativo mercado para o comércio exterior do Brasil, tendo adquirido, desde 2015 e com exceção de 2020 em razão da pandemia de COVID-19, entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões em produtos brasileiros anualmente, principalmente do agronegócio. A corrente de comércio bilateral, nos últimos anos, fez do Irã o quinto maior comprador do agronegócio brasileiro, um dos principais superávits do Brasil (US\$ 1,8 bilhões em 2021 e US\$ 4,3 bilhões em 2022) e o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros. O Irã tem representado o maior mercado para o milho brasileiro e o quinto para a carne bovina e para a soja em grãos. O país persa também é um importante comprador de açúcar, farelo e óleo de soja, e carne de frango do Brasil.

No agregado de 2021, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 2 bilhões, retomando os níveis pré-pandemia (em que houve redução de 44%, na comparação entre 2020 e 2019). As exportações brasileiras registraram US\$ 1,94 bilhão, elevação de 67%. Os principais produtos exportados foram: (i) milho (US\$ 702 milhões; -5,6%); (ii) soja, em grãos ou farelo (US\$ 560 milhões; +128,4%); (iii) resíduos de soja (US\$ 264,5 milhões; +279,6%); (iv) açúcar (US\$ 260 milhões; +398%); (v) óleo de soja (US\$ 95,7 milhões; +423%); (vi) carne bovina congelada (US\$ 49 milhões; +99%); e (vii) carnes de aves congeladas (US\$ 5 milhões; +311,714%).

As importações brasileiras de produtos iranianos somaram US\$ 65,2 milhões, redução de 43% em relação a 2020. Os principais produtos comprados pelo Brasil

foram (i) ureia (US\$ 57,2 milhões; -49%); (ii) poliestireno (US\$ 1,9 milhão; +5955%); (iii) pistaches (US\$ 1,53 milhão; +169%); (iv) outras frutas e sementes (US\$ 1,48 milhão; +235%); (v) uvas passas (US\$ 843 mil; -12%); e (vi) vidros (US\$ 660 mil; +238%). O superávit brasileiro foi de US\$ 1,8 bilhão, aumento de 69%. Vale ressaltar que as estatísticas oficiais não representariam o total do real intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã, já que parte de nossas exportações é feita via terceiros países, como a Turquia, os EAU e Omã, sem mencionar o comércio por grandes *tradings* norte-americanas ou europeias, por intermédio também de países europeus, como a Suíça.

Segundo dados preliminares da COMEX para 2022, o Brasil exportou US\$ 4,3 bilhões de dólares ao Irã no ano passado, mais do que dobrando o valor do ano anterior. Os principais produtos da pauta foram cereais, oleaginosas e açúcar. As exportações iranianas ao Brasil, no mesmo período, foram de US\$ 139 milhões, dos quais US\$ 132 milhões se concentraram em fertilizantes. Embora as vendas iranianas totalizem cerca de 3% do intercâmbio comercial total, trata-se, igualmente, do maior valor da série histórica, mais do que dobrando o montante do ano anterior.

As prováveis explicações para os excelentes números agregados de comércio bilateral em 2022 são a eclosão do conflito na Ucrânia, com consequente aumento significativo no preço dos alimentos no mercado mundial, e a tentativa de formação de estoques, em razão da instabilidade dos cenários geopolítico e de comércio internacional.

POLÍTICA INTERNA E ECONOMIA DO IRÃ

O Irã é o único grande país do Oriente Médio de maioria xiita, seita minoritária no Islã.

O país tem um dos sistemas políticos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias.

A Constituição da República Islâmica do Irã, de 1979, consagrou o princípio da “tutela do jurisconsulto islâmico” (*wilayat-e-faqih*), que fundamenta a noção de autoridade absoluta do Líder Supremo em assuntos religiosos e políticos. A Constituição incorpora também noções democráticas, prevendo eleições diretas para presidente, parlamentares e membros da Assembléia dos Sábios.

O **Líder Supremo** (Aiatolá Ali Khamenei) tem atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas. É também o responsável pela elaboração das políticas gerais do regime. O Líder Supremo nomeia o Chefe do Poder Judiciário, os membros do Conselho de Discernimento, metade dos membros do Conselho dos Guardiães, os comandantes das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o comandante da Polícia, os chefes dos Serviços de Inteligência e Contrainteligência, os imãs das mesquitas de todas as capitais provinciais do país e o Chefe da Fundação de Mártires e Veteranos (um dos maiores conglomerados econômicos do país), além de empossar o Presidente da República. É ainda responsável por declarar a guerra e celebrar a paz, determinar a mobilização das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária, convocar referendos e formalizar a convocação de eleições presidenciais.

A **Guarda Revolucionária** Islâmica do Irã (IRGC) é ramo das forças armadas iranianas, criada após a Revolução Iraniana de 1979 por ordem do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Enquanto o Exército iraniano defende as fronteiras e mantém a ordem interna do país, a Guarda Revolucionária destina-se a proteger o sistema político da república islâmica e a prevenir interferências estrangeiras. A IRGC é formada por cerca de 125 mil militares, incluindo forças terrestres, aéreas e navais. Suas forças navais são hoje as principais forças encarregadas do controle operacional do Golfo Pérsico. O comandante-chefe da IRGC, desde 2019, é Hossein Salami.

O **Presidente da República**, chefe do Poder Executivo, é responsável por elaborar e executar as políticas públicas e de relações exteriores e de defesa, nos limites das diretrizes impostas pelo Líder Supremo. Exerce a chefia do Gabinete de Governo, do Conselho Supremo de Segurança Nacional e do Conselho Supremo da Revolução Cultural.

O **Parlamento iraniano** (*Majlis*) é unicameral e composto por 290 deputados. As eleições para o *Majlis* ocorrem a cada quatro anos e, do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastras, cristãos armênios e cristãos caldeus). Toda candidatura ao *Majlis* é submetida ao crivo do Conselho dos Guardiães, órgão com poder de veto. O *Majlis* possui funções típicas de parlamento de uma democracia participativa – proposição legislativa, voto de confiança aos membros do Gabinete do Governo, impedimento do Presidente, aprovação de acordos internacionais –, sujeitas, não obstante, à ratificação ou ao veto do Conselho dos Guardiães.

O **Conselho de Guardiães** acumula as funções de órgão legislativo, judiciário e eleitoral, sendo composto por seis *faqih*s (especialistas em jurisprudência islâmica), nomeados pelo Líder Supremo, e seis juristas, nomeados pelo chefe do Poder Judiciário (este, por sua vez, indicado pelo Líder Supremo), para mandato de 6 anos. O órgão ratifica ou veta qualquer projeto de lei aprovado pelo Parlamento, interpreta a Constituição, supervisiona as eleições no país e aprova ou veta candidatos à Presidência da República, à Assembléia dos Sábios e ao Parlamento.

A **Assembléia dos Sábios** (ou Conselho de Sábios) constitui órgão deliberativo formado por 88 especialistas islâmicos, eleitos por voto direto para mandatos de 8 anos, a partir de uma lista de candidatos aprovada pelo Conselho de Guardiães. Encarrega-se de eleger, supervisionar e remover, por eventual descumprimento de suas atribuições, o Líder Supremo. Reúne-se a cada seis meses.

O **Conselho de Discernimento** constitui órgão consultivo com a incumbência de assessorar diretamente o Líder Supremo em seu planejamento estratégico, incluindo a definição das grandes linhas de atuação doméstica e a elaboração de diretrizes de política externa da República Islâmica. Também atua como órgão de arbitragem e conciliação em caso de divergência entre o Parlamento e o Conselho de Guardiães. É composto hoje por 38 membros, apontados pelo Líder Supremo para mandatos de 5 anos.

O Irã dispõe de grandes reservas de petróleo, gás e minério, e possui indústria relativamente diversificada, população jovem e qualificada, agricultura competitiva e sistema de ciência, tecnologia e inovação razoavelmente estruturado. No auge das sanções internacionais (2012-2015), o país sofreu considerável impacto econômico. As

perdas de receitas das exportações e o bloqueio a investimentos estrangeiros resultaram em um custo indireto de mais de US\$ 500 bilhões (valor que, segundo estimativas, seria necessário para recompor o parque industrial e logístico local).

O ex-presidente reformista Hassan Rouhani, eleito em 2013 e reeleito em 2017, logrou reinserir o Irã na comunidade internacional, mediante equacionamento do dossiê nuclear, com a assinatura do acordo sobre o programa nuclear iraniano ("Joint Comprehensive Plan of Action" – JCPoA) e avanços no campo dos direitos humanos. Ao longo de seu governo, porém, enfrentou forte oposição de conservadores, bem posicionados no *Majlis*, no judiciário e no "establishment" religioso.

Uma das principais consequências da política de "pressão máxima" do governo Trump sobre o Irã foi o fortalecimento da ala conservadora. Os conservadores atribuíram as dificuldades econômicas da população iraniana às sanções norte-americanas. Se Rouhani colheu frutos pela assinatura do JCPoA nas eleições parlamentares de 2016, tal quadro se reverteu nas eleições parlamentares de fevereiro de 2020, quando venceu ampla maioria conservadora.

No ensejo das manifestações populares, a oposição principalista-conservadora, que viu seu candidato a presidente (Ebrahim Raisi, ex-presidente do Judiciário iraniano) derrotado em 2017, criou novo agrupamento, chamado Conselho da Unidade, com a proposta de promover a coordenação política da ala conservadora e estabelecer estratégias de longo prazo.

Nas eleições presidenciais de 2021, o Conselho da Unidade logrou eleger Raisi.

A posse do novo governo, em agosto de 2021, ocorreu em contexto interno marcado por dois graves problemas, a pandemia de COVID-19 (o Irã foi, inicialmente, um dos países mais atingidos, com mais de 7 milhões de casos registrados e mais de 145.000 mortos) e a crise econômica, pressionando o padrão de vida das classes média e baixa.

Se, a partir do início do novo governo, uma forte e eficiente campanha de vacinação (acompanhada do desenvolvimento de mais de um imunizante produzido nacionalmente) logrou conter rapidamente o avanço da COVID-19, persistiram –como o fazem até hoje –as dificuldades econômicas, agravadas pelas sanções unilaterais dos Estados Unidos e pela restrição aos mercados internacionais, inclusive de moedas fortes (e pelo congelamento, paralelo, de ativos iranianos em bancos no exterior). A tomada do poder pelo Talibã no vizinho Afeganistão, em agosto de 2021, agravou a pressão sobre os serviços públicos iranianos, que receberam contingente extra estimado em 2 milhões de refugiados, que se beneficiam de serviços básicos de saúde e educação. Segundo estimativas da UNICEF, durante a pandemia a percentagem da população abaixo da linha da pobreza teria ultrapassado 50% e chegado a quase 60%.

As dificuldades na condução da política macroeconômica, o aumento do desemprego entre os jovens, a perda do poder de compra da classe média e o empobrecimento da população estão entre as causas dos protestos que eclodiram em setembro de 2022, logo após a morte, em custódia policial, da jovem curda Mahsa Amini.

A economia iraniana baseia-se na exportação de produtos da indústria petrolífera, fortemente atingida pelas sanções unilaterais norte-americanas. Ainda assim, a economia iraniana, com PIB PPP de US\$ 1,6 trilhão, encontra-se entre as 25 maiores do mundo, e, segundo dados do Banco Mundial, o país tem o 43º PIB *per capita* do mundo, em paridade de poder de compra, colocando-se à frente de potências regionais como a Arábia Saudita e a Turquia.

Com moderada taxas de crescimento do PIB, alta inflação, desemprego acima de 10% (sem contar o subemprego e os casos não contabilizados) e acentuada desvalorização da moeda, não é positivo, nos últimos anos, o panorama geral da economia iraniana. Após a retirada unilateral dos Estados Unidos do acordo nuclear (JCPOA) e a reimposição de sanções unilaterais em 2018 – que restringem as possibilidades de comércio exterior e de investimento externo direto, bem como o acesso a moedas fortes –, as contas externas, que haviam passado por período de breve melhora, voltaram a sofrer deterioração.

De acordo com os mais recentes dados do Banco Mundial, a economia iraniana cresceu 3,3% em 2020, 4,7% em 2021 e, uma vez consolidados os dados, estima-se crescimento de cerca de 2,9% em 2022 (o FMI, por sua vez, está estimando em 3% a percentagem de aumento do PIB no ano passado). A projeção para 2023 é de crescimento de 2,2%. A reversão das expressivas quedas do PIB em 2018 (-6%) e em 2019 (-6,8%) decorreria da recuperação mundial pós-pandemia e do aumento dos preços do petróleo.

A economia iraniana, embora bastante diversificada (inclusive em função de modelo de "substituição de importações" adotado para fazer frente ao regime de sanções a que é submetido), ainda depende sobremaneira da produção de petróleo, gás e derivados. O Irã detém a quarta maior reserva mundial comprovada de petróleo e a segunda maior de gás natural. O país persa é o terceiro maior produtor de gás do mundo e o sétimo maior produtor de petróleo. Com a reimposição de sanções em 2018, a produção de petróleo iraniana caiu de cerca de 3,8 milhões de barris por dia (bpd) para estimados 2 milhões de bpd, tendo apenas recentemente (abril de 2022) recuperado o nível anterior.

As vendas de petróleo são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas iranianas e para a capacidade de importação do país. Em julho de 2022, foram anunciados investimentos de US\$ 7 bilhões, com recursos nacionais, nos campos de petróleo de Azadegan, o que poderia implicar aumento de cerca de 600.000 barris por dia na produção total do país.

A inflação oficial permaneceu alta nos últimos anos, com índices de 46,5% em 2022 (a inflação dos alimentos – com alto potencial de repercussões políticas negativas – teria chegado a 65% no período), 40,2% em 2021 e 36,5% em 2020 (patamar similar ao de 2019 e de 2018). Segundo dados do próprio Centro de Estatísticas do Irã e do Banco Central do Irã, "apenas em quatro anos fiscais desde 1978-79 (ano da Revolução Islâmica) até 2022 o Irã experimentou inflação de um só dígito". Nos últimos anos, a inflação anual só permaneceu mais controlada, em torno de 10%, durante a vigência do JCPOA, entre 2016 e 2017. Embora seja difícil de confirmar, alguns analistas

independentes acreditam que os números possam ser ainda piores do que os oficialmente divulgados.

Embora análises independentes estimem que a taxa de desemprego esteja em torno de 20%, O FMI, em seu "World Economic Outlook" de meados do ano passado, estimou o desemprego no Irã em 10,2% em 2022, e projetou índice de 10,5% para 2023. O subemprego (classificado como trabalho em tempo não integral) atingiria, segundo esse mesmo estudo, outros 10,7% da população economicamente ativa.

A desvalorização da moeda local, o Rial Iraniano, de cerca de 50% frente ao dólar apenas no último ano, além de alimentar processo inercial de inflação, é fator de descontentamento popular, com repercussões na esfera política. Além da especulação, pesam as restrições de acesso a moedas fortes e, sobretudo, a condução da política macroeconômica. O governo recorre, ainda, à emissão de moeda regularmente, para cobrir orçamentos aprovados anualmente sob déficit, a fim de cobrir aumentos de gastos determinados em função da inflação de anos anteriores e custear subsídios a serviços públicos, inclusive eletricidade e combustíveis.

COMÉRCIO EXTERIOR – Na última estimativa consolidada de comércio exterior, para o ano persa de 1400 (março de 2021 a março de 2022), a Administração de Aduanas do Irã registrou volume total de comércio de 162 milhões de toneladas e US\$ 100 bilhões em valor, excluído o petróleo. O resultado representou aumento de 38% em valor em relação ao ano anterior, tendo as exportações aumentado 41%, e as importações, 36%.

Os cinco principais destinos das exportações iranianas foram a China, o Iraque, a Turquia, os Emirados Árabes Unidos e o Afeganistão (demonstrando a importância das rotas terrestres, em um país cujas linhas marítimas –exceto para trechos curtos como os EAU e Omã –são prejudicadas pelas sanções. As cinco principais origens de produtos importados pelo Irã foram os Emirados Árabes Unidos, a China, a Turquia, a Alemanha e a Rússia. Nos últimos anos, o Brasil tem oscilado entre 5º e 8º maior exportador de produtos ao Irã.

A principal dificuldade iraniana no comércio exterior é a restrição de acesso a moeda forte. A restrição no acesso a divisas explica-se tanto pela drástica diminuição das exportações de petróleo como pelo bloqueio de recursos iranianos no exterior, em razão das sanções norte-americanas. Estima-se que cerca de US\$ 8 bilhões de iranianos estejam bloqueados em bancos sul-coreanos, US\$ 5 bilhões no Iraque e US\$ 2 bilhões no Japão, além de recursos na Suíça e em outros países. A entrada de divisas também sofreu o impacto da pandemia, que reduziu o volume e preço da maior parte das exportações iranianas, concentrada em petroquímicos. Dois dos principais centros de câmbio para o Irã, quais sejam o Iraque (região de Erbil/Curdistão) e o Afeganistão (Herat), foram desarticulados devido, respectivamente, à pressão do Office of Foreign Assets Control (OFAC) dos Estados Unidos sobre o governo iraquiano –como forma de pressionar o Irã (o que, como efeito colateral, também causou o colapso da moeda iraquiana) –e à desarticulação da economia afegã após a tomada do poder pelo Talibã em agosto de 2021.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa iraniana prima pelo desenvolvimento socioeconômico do país por meio da plena inserção na comunidade internacional, pela segurança de seu território e pelo direito ao desenvolvimento de programa nuclear para fins pacíficos. À luz desses objetivos, a administração do presidente Aiatolá Ebrahim Raisi, inaugurada em agosto de 2021, repousa sobre dois principais pilares: busca da "neutralização das sanções", alavancada pela tentativa de construção de consensos, na comunidade internacional, em torno do JCPOA, e pela diversificação da cooperação econômico-comercial; e "diplomacia de vizinhança", com a concentração dos esforços diplomáticos, políticos e de segurança nos países de seu entorno, principalmente no Golfo Pérsico, na Ásia Central e no Cáucaso. O desenho de parcerias estratégicas com potências regionais, sobretudo a Rússia e a China configura outra vertente da política externa iraniana.

O Irã ressentido-se da precariedade da segurança na região, a qual, somada à inserção geográfica central iraniana, favorece a vulnerabilidade deste país. Recordar-se que, além das porosas fronteiras terrestres com o Turcomenistão (992 km), o Afeganistão (936 km), o Paquistão (909 km), o Iraque (1458 km), a Turquia (499 km), o Azerbaijão (432 km) e a Armênia (35 km), o Irã –banhado pelo mar Cáspio, pelo golfo Pérsico e pelo golfo de Omã –tem fronteiras marítimas, ao norte e ao sul, com vizinhos importantes, como a Rússia, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Kuwait, o Catar, o Bahrein e Omã.

Do ponto de vista estratégico-militar, o Irã tem sempre presente que está cercado por 44 bases militares – “lato sensu” – dos Estados Unidos nos países vizinhos. Sobressaem, no discurso iraniano, a existência de um interesse coletivo geograficamente imposto e a necessidade de união na luta contra o terrorismo em prol da paz e da estabilidade na região, com ênfase no fim das “interferências externas” (o que, na visão do Irã, significa, sobretudo, a retirada de tropas ocidentais de países como a Síria e o Iraque, bem como o fim das bases militares na região).

Ademais, manifesta, reiteradamente, preocupação com o fluxo de armas na região. Soma-se a esse quadro estrutural a permanente tensão com os EUA e com Israel, pela troca de ameaças em bases regulares. Para muitos analistas, haveria com Israel, em particular, uma situação de conflito real, descrita como “proxy war” ou “guerra fria israelo-iraniana”, que inclui desde confrontos envolvendo grupos aliados em terceiros países até ataques cibernéticos mútuos e operações ocasionais em território iraniano.

O Irã também está atento aos riscos que representa a forte presença, em seu entorno, de grupos terroristas e de narcotraficantes. As tentativas destes últimos de penetrar as fronteiras iranianas –provenientes, sobretudo, do Afeganistão e do Paquistão – resultam em frequentes embates com a Guarda Revolucionária e baixas em ambas as partes. Nesse contexto, o país orgulha-se de realizar as maiores quantidades anuais de apreensões de drogas, sobretudo opiáceos, do mundo.

A República Islâmica tem buscado equilibrar ações para a construção da paz e da segurança na região e com a preservação da própria segurança. Ademais, tem

incentivado a aproximação com países vizinhos, sob o signo de uma unidade muçulmana sem interferências externas.

Três meses após a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, iniciou-se, em abril de 2021, diálogo para retomada do acordo nuclear (JCPoA), interrompido, em julho de 2021, pelo processo eleitoral no Irã, que culminou com a eleição de Sayed Ebrahim Raisi. Depois da posse do novo mandatário, a retomada das negociações foi iniciada apenas em novembro de 2021. Após várias rodadas de diálogo em Viena (e uma em Doha, por mediação do Catar), ainda não foi possível acordar texto mutuamente satisfatório.

Embora não se relacione diretamente com as negociações nucleares, a atuação da Agência Internacional de Energia Atômica é também criticada pelo Irã, que aponta excessiva intervenção dos países ocidentais e, sobretudo, de Israel, que não aderiu ao TNP e possui armamentos nucleares não-declarados. Permanecem como irritantes nas relações com a AIEA o dossiê apresentado por Israel à Agência, que levantaria suspeitas quanto a instalações iranianas não declaradas, e a questão referente a partículas de urânio refinado encontradas em um depósito de Teerã. No tocante a este último tema, "atividades e materiais nucleares não declarados" –que, a rigor, não se enquadra no âmbito do JCPoA, mas de salvaguardas nos termos do Tratado de Não-Proliferação Nuclear–, o referido relatório da AIEA teceu fortes críticas ao governo iraniano e concluiu que as explicações apresentadas são insatisfatórias" e "não são tecnicamente confiáveis".

Após extensas negociações e anúncios alvissareiros, mas não concretizados, em março e em agosto de 2022, o acordo para retomada do JCPoA passa por período de incerteza e pessimismo. O Irã busca, sobretudo, obter resultados concretos para assegurar seu intercâmbio comercial, especialmente de petróleo, principal responsável pela obtenção das divisas necessárias para manter o mercado local abastecido, inclusive de alimentos, bem como o descongelamento de divisas iranianas retidas em bancos estrangeiros.

Em relação ao seu entorno regional, o PR Ebrahim Raisi definiu como prioridade de sua política externa a aproximação com os países vizinhos. Ademais de eventuais benefícios comerciais e da ruptura do isolamento, o Irã busca, particularmente, aprofundar a cooperação em segurança com os seus vizinhos imediatos, em cujas fronteiras há risco permanente de instabilidade, em função das atividades de grupos insurgentes e terroristas e das rotas do tráfico de drogas rumo à Europa, principalmente proveniente do Paquistão e do Afeganistão.

Acordo com a Arábia Saudita – Como um dos principais resultados até o momento, a "diplomacia de vizinhança", liderada pelo Chanceler Amir Abdollahian (especialista em temas de Oriente Médio e Ásia Ocidental), logrou alcançar acordo para restabelecimento de relações diplomáticas com entre o Irã e a Arábia Saudita. Alcançado em março passado, o acordo indica o desejo mútuo de resolver disputas no contexto regional mediante o diálogo e sem a interferência ostensiva de atores externos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
625 a.C.	Os Medos unificaram a Pérsia.
550 a.C.	O Império Aquemênida é fundado por Ciro.
331 a.C.	Alexandre, o Grande, conquista a Pérsia.
224	Início do Império Sassânida, considerada a “era de ouro” dos persas e o último império antes da propagação do Islã na Pérsia.
641-651	Conquista da Pérsia por árabes muçulmanos.
1219	O Império Mongol conquista a Pérsia.
1501	A Pérsia é reunificada por Ismail I, dando início à dinastia Safávida. Ismail I adota o título de Xá e estabelece o Islã xiita como a religião oficial de seu império.
1796	Estabelecimento da dinastia Qajar.
1905-1911	Revolução Constitucional. Estabelecimento do parlamento (<i>Majlis</i>) e elaboração de Constituição (1906).
1908	Descoberta de petróleo na Pérsia e criação da Anglo-Persian Oil Company (APOC), em 1909.
1925	Início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder muda o nome do país para Irã (“terra dos arianos”).
1941	Reza Pahlavi é forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi (“o último xá”).
1951	Mohammad Mosaddegh torna-se primeiro-ministro. Nacionalização da indústria do petróleo.
1953	Mohammad Mosaddegh é derrubado em um golpe de estado orquestrado pelos serviços de inteligência britânico (MI6) e norte-americano (CIA). Fazlollah Zahedi é proclamado primeiro-ministro.
1963	Revolução Branca
1979	Revolução Islâmica. Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio. É o fim da monarquia no Irã, que dá lugar à República Islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlavi foge para os EUA.
1980-88	Guerra Irã-Iraque
1989	Falece Aiatolá Ruhollah Khomeini. O Aiatolá Ali Khamenei torna-se Líder Supremo do Irã.
2013	O clérigo moderado Hassan Rouhani é eleito presidente.

2015	Assinatura do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA) entre o Irã e o Grupo P5+1+UE (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, mais a Alemanha e União Europeia), sobre o programa nuclear iraniano. Suspensão das sanções econômicas contra o Irã.
2017	Reeleição do presidente Hassan Rouhani.
2018	Os EUA, sob o governo de Donald Trump, retiram-se do JCPoA e impõem um rigoroso sistema de sanções unilaterais contra o Irã.
2019-20	O Irã reduz gradualmente seus compromissos nucleares previstos no JCPoA.
2020	Operação militar dos EUA resulta na morte, em Bagdá, do comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Islâmica iraniana, Qasem Soleimani, em 3 de janeiro.
2021	Em 3 de agosto, o clérigo conservador Ebrahim Raisi toma posse como presidente do Irã. Retomada das negociações com os EUA para a retomada do JCPoA.
2022	Em fevereiro, 250 dos 290 membros do parlamento iraniano, de maioria conservadora desde 2020, emitiram declaração pedindo ao PR Raisi que envidasse esforços para reviver o JCPoA.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1903	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã (16 de junho).
1965	Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil.
1991	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek.
1994	Visita do chanceler iraniano Ali Akbar Velayati a Brasília e São Paulo.
2005	Visita oficial do Emb. Said Jalili ao Brasil, enviado do Presidente Ahmadinejad.
2006	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel.
2008	Realização da VI Reunião de Consultas Políticas em Brasília. Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi. Visita ao Brasil do MNE do Irã, Manouchehr Mottaki. Visita ao Brasil do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil.
2010	Visita ao Irã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; assinatura da Declaração de Teerã.
2012	Participação do Presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20.
2013	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para

	assistir à cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani.
2014	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Estratégico de Relações Exteriores do Irã, Seyed Kamal Kharrazi.
2015	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Visita ao Irã do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro.
2016	IX Reunião de Consultas Políticas, em Teerã. Visita a Brasília do presidente do Alto Conselho de Direitos Humanos do Irã, Mohammad Larijani. Reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral, em Brasília, co-presidida pelo ministro da Economia iraniano, Ali Taieb Nia.
2018	Visita a Brasília do MNE Mohammad Javad Zarif.
2020	II Reunião do Comitê Consultivo Agrícola, por videoconferência.
2021	X Reunião de Consultas Políticas, por videoconferência. III Reunião do Comitê Consultivo Agrícola, por videoconferência.
2022	Visita ao Irã da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina.

ACORDOS ASSINADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	28/11/1962	17/1/1963
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	21/11/1975	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	26/9/1988	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/6/1991	10/7/1991 (Denunciado em 13/5/1997)	2/7/1991
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015

Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	23/11/2009 (Expirado)	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	16/5/2010 (Expirado)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	17/5/2010	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	26/7/2010	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	18/11/2016	1/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018		Tramitação MRE
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018		Tramitação MRE
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil	10/4/2018		Tramitação MRE
Tratado de Extradicação	10/04/2018		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Memorando de Entendimento entre o IRBr/MRE e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	10/4/2018	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018		Tramitação MRE
Memorando de Entendimento sobre Serviços Aéreos entr a ANAC e a Agência de Aviação Civil do Irã (ICAO)	13/12/2018	13/12/2018	
Memorando de Entendimento	8/12/2020		

entre a EMBRAPA e a Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO)			
Memorando de Entendimento entre a Organização de Proteção das Plantas do Brasil e a Organização de Proteção das Plantas do Irã	8/12/2020		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TEERÃ

Candidato: EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto**

Nascido em São Paulo, Brasil, em 10 de janeiro de 1951, formou-se em Comunicação Social e Jornalismo pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1974. Obteve o título de Mestre (MA) em Direito Constitucional e do Estado em 1983 pela Universidade de São Paulo (USP). Formou-se pelo Instituto Rio Branco - IRBr em 1979, quando iniciou a carreira diplomática como Terceiro Secretário. É casado com Diva Cristina Salles Leite e tem duas filhas, que vivem nos EUA.

Funções no Brasil

No Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi assessor no Departamento de Pessoal (1979-83); assessor do Subsecretário-Geral para os Assuntos Políticos (1992-94); assessor do Subsecretário Geral para a América do Sul (2006); Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007); Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-10) e Subsecretário das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-12).

Funções no exterior

Suas atribuições no exterior incluem postos na Embaixada do Brasil em Washington, DC (EUA – 1984-87), Bogotá (Colômbia – 1987-89), Paramaribo (Suriname – 1989-91), Londres (Reino Unido – 1994-97), Tóquio (Japão – 1997-2001) e Santa Sé, Vaticano (2001-2006). Como Chefe de Missão diplomática foi Embaixador do Brasil na Nova Zelândia a partir de 2012, na Turquia de 2016 a 2020 e na Eslováquia desde então.

Principais trabalhos publicados

- “Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Sociedades”, Revista do III Encontro dos Advogados do Sistema Telebrás, Brasília, DF, 16/12/1977;
- “Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento de informações diplomáticas no Itamaraty” (tese do IRBr - academia diplomática do Itamaraty, 13/11/1998);
- “Uma política de governo para as comunidades brasileiras no exterior”, 1ª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 17/07/2008;

- “A Parceria MRE-MPS no apoio aos brasileiros no exterior, na ação governamental e nas políticas internacionais de seguridade social”. Acervo da Previdência Social, vol. 32 de 24/08/2009; e
- “A importância política das questões consulares e migratórias e o papel fundamental das chancelarias para o seu encaminhamento adequado”, FUNAG, IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos, 14/04/2011.

Condecorações

1979: Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata (IRBr - Academia Diplomática do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Prêmio de Estágio para Washington e Nova York (IRBr, 2º lugar no Curso Preparatório do IRBr 1978-1979 para a Carreira Diplomática); 1984: Medalha Santos Dumont, Brasil; 1994: Ordem do Rio Branco, Brasil, Oficial; 2004: Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comandante; 2006: Merito Melitensi da Soberana Ordem Militar de Malta, Grande Oficial; 2006: Pontifícia Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador; 2009: Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz; 2010: Ordem do Mérito Anhanguera, Grande Grau Oficial, Governo do Estado de Goiás, Brasil; 2012: Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial; e 2018: Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E IRÃ

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903 e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Em 2023, Brasil e Irã celebram 120 anos de relações bilaterais ininterruptas. O governo do Irã tem reiterado o interesse na organização de atividades para comemorar a efeméride, inclusive trocas de visitas de chanceleres e, se possível, de Presidentes.

Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados na década de 1950 e o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília (1960). Foram registradas visitas de alto nível de lado a lado, e há diversos acordos e outros instrumentos assinados nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

Em 1965, o xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, na primeira visita de Chefe de Estado iraniano ao país. Após essa data, as visitas de mais alto nível foram do Presidente Mahmoud Ahmadinejad a Brasília, em 2009, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã, em 2010. Nesta última ocasião, em parceria trilateral envolvendo a Turquia, firmou-se a "Declaração de Teerã", sobre o programa nuclear iraniano, que deu impulso à agenda bilateral e levou a nova troca de visitas presidenciais. Ahmadinejad retornou ao Brasil em 2012 para a Rio+20, e Dilma Rousseff encontrou-se com o Presidente Hassan Rouhani em Nova York, à margem da 70ª. AGNU, em setembro de 2015.

Em abril de 2018, o ex-chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília, onde avistou-se com o então Ministro das Relações Exteriores, fez visita de cortesia ao então Presidente da República e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. Zarif também discursou na abertura de Seminário sobre as relações econômico-comerciais entre Brasil e Irã na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante a visita, foram assinados quatro acordos bilaterais na área de cooperação jurídica internacional – extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal.

Cabe ainda registrar visitas a Teerã do Chanceler Mauro Vieira (set 2015), do MDIC Armando Monteiro e delegação empresarial (outubro de 2015) e, mais recentemente, da MAPA Tereza Cristina (fevereiro de 2022). O Ministro da Agricultura do Irã, Seyed Javad Sadati Nejad, foi convidado a visitar o Brasil e reciprocamente a visita.

O diálogo bilateral entre o Brasil e o Irã manteve-se fluido nos últimos anos, com relações amistosas, mutuamente respeitadas e benéficas. Há bom entendimento protocolar e pragmatismo de parte a parte, que possibilitou a expectativa de reativação da Comissão Econômica-Comercial Bilateral, do mecanismo de consultas políticas, das trocas de visitas de alto nível, acompanhadas de bom volume de negócios, de parcerias econômico-comerciais e do início de projeto de cooperação trilateral (Brasil - Irã - UNICEF).

O Irã considera o Brasil um país com política externa independente e valoriza o diálogo político como instrumento para o fortalecimento da relação bilateral e para a coordenação de ações em fóruns multilaterais. O fato de ocuparmos um assento temporário no Conselho de Segurança da ONU reforça, no lado iraniano, o desejo de uma forte interlocução com o Brasil.

O mecanismo bilateral de Consultas Políticas foi retomado em abril de 2016, em Teerã, após hiato de quase cinco anos. Em janeiro de 2021, no auge da pandemia de covid-19, a "X Reunião de Consultas Políticas" foi realizada em modalidade de videoconferência, tendo a delegação brasileira sido chefiada pelo Secretário de Oriente Médio, Europa e África (SOMEA),

e a iraniana, pelo então vice-Ministro de Negócios Estrangeiros para Assuntos Políticos, embaixador Abbas Araghchi.

O último encontro do mecanismo deu-se em agosto de 2022, em Teerã, quando foi realizada a “XI Reunião de Consultas Políticas”. Nessa ocasião, a delegação brasileira foi novamente chefiada pelo então SOMEA, enquanto a iraniana, pelo atual vice-ministro de Negócios Estrangeiros para Assuntos Políticos (e negociador-chefe do Irã para o JCPoA-Plano de Ação Conjunta Global, ou “acordo nuclear iraniano”, como é conhecido), embaixador Ali Bagheri Kani. O encontro foi caracterizado por uma discussão franca e amistosa sobre as condicionantes da atuação internacional dos dois países, e pela concordância no interesse de ambas as partes em aprofundarem as relações bilaterais, objetivo para o qual a comemoração da efeméride dos 120 anos de relações bilaterais, este ano, poderá contribuir.

Uma das principais vertentes do diálogo político bilateral é a diplomacia parlamentar, que o chefe da delegação brasileira na XI Reunião de Consultas Políticas qualificou como “espécie de espinha dorsal das relações bilaterais”. Em agosto de 2021, assistiram à posse do aiatolá Ebrahim Raisi na presidência da República Islâmica os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Irã, representando o presidente da Câmara dos Deputados, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Além de assistir à referida cerimônia, os deputados brasileiros foram recebidos pelo presidente do Parlamento iraniano (*Majlis*), Mohammad Ghalibaf, e se encontraram com o presidente do grupo parlamentar de amizade Irã-Brasil do *Majlis*, deputado Ahmad Naderi, e com o presidente da Comissão de Minas e Indústria do Parlamento, deputado Akbari Talarposhtee.

Em fevereiro de 2022, Roman voltou ao Irã, acompanhado de delegação empresarial, por ocasião da feira IranPlast, quando se reuniram com empresas e órgãos governamentais ligados ao setor petroleiro e petroquímico. Durante sua visita em fevereiro do ano passado, a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi acompanhada, na maior parte dos eventos, pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Neri Geller (PP/MT) e pelo deputado estadual Xuxu Dal Molin (PSC/MT), e foi igualmente recebida no *Majlis*.

Em anos recentes, os parlamentares iranianos, sobretudo os membros do grupo de amizade, demonstraram especial dedicação à diplomacia parlamentar com o Brasil, sempre dispostos a receber as autoridades brasileiras. Em encontro com o então Embaixador do Brasil em abril de 2023, os deputados Naderi, que ainda preside o grupo de amizade Brasil - Irã, e Mohammad Javad Asgari, presidente do grupo parlamentar de agricultura, manifestaram o desejo de seguir fomentando ativamente essa vertente do relacionamento político bilateral (inclusive em temas de natureza eminentemente econômica).

A ida ao Irã da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, em fevereiro de 2022, foi a mais recente visita em nível ministerial. Após quase quatro anos sem intercâmbios nesse nível, a missão representou ponto de inflexão nas relações bilaterais e proporcionou melhora no relacionamento. Embora tenha se concentrado em temas de interesse comercial, sobretudo agrícola (ampliação dos positivos superávits comerciais agrícolas brasileiros, e garantia do fornecimento de fertilizantes), a presença da ministra nesse país serviu para reiterar ao governo iraniano o sentido pragmático de nossas relações, independentemente do governo de turno.

Ao longo dos últimos anos, o Irã sempre manifestou apreço pelas candidaturas do Brasil no plano internacional, bem como elogiou as posições equilibradas e principistas por nós defendidas no plano multilateral. Após longo processo interno de triagem e avaliação por um Comitê Central, o Irã normalmente vota a favor das candidaturas brasileiras.

II – Relação econômico-comercial

Tendo em conta as restrições à moeda forte, em razão das sanções unilaterais norte-americanas, o Irã privilegia comprar por meio de comércio compensado e de países que possuem recursos iranianos (não bloqueados) em seus bancos, sobretudo grandes importadores de petróleo iraniano até abril de 2019, como China e Índia. Essas características desfavorecem o Brasil, uma vez que nossas importações do Irã são, tradicionalmente, baixas. Dessa forma, o Brasil concorre com o farelo de soja e o açúcar da Índia, e, tradicionalmente, com o milho da Rússia e da Ucrânia.

De modo a contornar as dificuldades de pagamentos, algumas empresas montaram, desde 2019, operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana, o que acarretou o aumento das importações brasileiras. Naquele ano, houve aumento substantivo das importações de ureia iraniana (USD 113 milhões; +190% em relação ao ano anterior). Outras "tradings", com o apoio do banco brasileiro BS2, têm buscado ampliar essas operações, com pouco sucesso até o momento, dada a pouca oferta de ureia para exportação no mercado iraniano, e devido a dificuldades de sincronização de safras com a disponibilidade de ureia iraniana.

De acordo com parecer jurídico de escritório de advocacia norte-americano consultado pelo referido banco brasileiro, a importação de ureia iraniana por meio de comércio compensado, sem o uso do dólar, e em troca de alimentos – considerados pela Office of Foreign Assets Control (OFAC) como produtos humanitários –, não seria alcançada pelas sanções norte-americanas. O mesmo valeria para outros produtos petroquímicos, como gasolina, diesel e polietileno.

Ainda que as sanções unilaterais norte-americanas ao Irã não se apliquem aos produtos exportados pelo Brasil, além de não possuírem vigência no arcabouço jurídico interno brasileiro, empresas nacionais temem efeitos secundários das sanções. O mesmo se aplica às empresas seguradoras e financiadoras de atividades comerciais internacionais, tanto no Brasil quanto em outros países, o que gera o efeito conhecido por "overcompliance".

Durante a visita da então Ministra da Agricultura, Teresa Cristina, em fevereiro do ano passado, um dos principais objetivos da pasta foi buscar ampliar a oferta iraniana de ureia ao mercado brasileiro, tema particularmente importante naquele momento, ante a crise de oferta global de fertilizantes, agravada em função do conflito entre Rússia e Ucrânia. De acordo com o ministro da agricultura do Irã, o país estaria disposto a exportar até 2 milhões de toneladas de ureia por ano ao Brasil (cerca de duas vezes a quantidade verificada no ano de 2021). Por outro lado, solicitou a ampliação das importações brasileiras também de produtos agrícolas, como frutas e castanhas / frutas secas. Em comunicado conjunto por ocasião da visita, os dois países declararam a intenção de implementar os acordos anteriormente firmados nessa área.

O interesse brasileiro vai ao encontro de entendimento alcançado na segunda reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Irã, realizada em dezembro de 2020, quando a delegação iraniana ressaltou seu interesse em expandir o comércio compensado por meio do aumento das exportações de ureia, outros petroquímicos e produtos agrícolas para o Brasil. A reunião do CCA foi importante passo para retomar a agenda do relacionamento econômico e comercial bilateral (o encontro anterior havia sido realizado em novembro de 2017).

Apesar dos entraves inicialmente expostos, o Irã é um importante mercado para o comércio exterior do Brasil, tendo adquirido, desde 2015 e com exceção de 2020 em razão da

pandemia de COVID-19, entre USD 2 e 4 bilhões em produtos brasileiros anualmente, principalmente do agronegócio. A corrente de comércio bilateral, nos últimos anos, fez do Irã o quinto maior comprador do agronegócio brasileiro, um dos principais superávits do Brasil (USD 1,8 bi em 2021 e USD 4,3 bi em 2022) e o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros. O Irã tem representado o maior mercado para o milho brasileiro e o quinto para a carne bovina e para a soja em grãos. O país persa também é um importante comprador de açúcar, farelo e óleo de soja, e carne de frango do Brasil.

No agregado de 2021, a corrente de comércio bilateral somou USD 2,005 bilhão, retomando os níveis pré-pandemia (em que houve redução de 44%, na comparação entre 2020 e 2019). As exportações brasileiras registraram USD 1,940 bilhão, elevação de 67%. Os principais produtos exportados foram: (i) milho (USD 702 milhões; -5,6%); (ii) soja, em grãos ou farelo (USD 560 milhões; +128,4%); (iii) resíduos de soja (USD 264,5 milhões; +279,6%); (iv) açúcar (USD 260 milhões; +398%); (v) óleo de soja (USD 95,7 milhões; +423%); (vi) carne bovina congelada (USD 49 milhões; +99%); e (vii) carnes de aves congeladas (USD 5 milhões; +311.714%).

As importações brasileiras de produtos iranianos somaram USD 65,2 milhões, redução de 43% em relação a 2020. Os principais produtos comprados pelo Brasil foram: (i) ureia (USD 57,2 milhões; -49%); (ii) poliestireno (USD 1,9 milhão; +5955%); (iii) pistaches (USD 1,53 milhão; +169%); (iv) outras frutas e sementes (USD 1,48 milhão; +235%); (v) uvas passas (USD 843 mil; -12%); e (vi) vidros (USD 660 mil; +238%). O superávit brasileiro foi de USD 1,8 bilhão, aumento de 69%. Vale ressaltar que as estatísticas oficiais não representariam o total do real intercâmbio comercial entre Brasil e Irã, já que parte de nossas exportações é feita via terceiros países, como Turquia, EAU e Omã, sem mencionar o comércio por grandes 'tradings' norte-americanas ou europeias, por intermédio também de países europeus, como a Suíça.

Segundo dados preliminares da COMEX para 2022, o Brasil exportou USD 4,3 bilhões de dólares ao Irã no ano passado, mais do que dobrando o valor do ano anterior. Os principais produtos da pauta foram cereais, oleaginosas e açúcar. As exportações iranianas ao Brasil, no mesmo período, foram de USD 139 milhões, dos quais USD 132 concentraram-se em fertilizantes. Embora as vendas iranianas totalizem cerca de 3% do intercâmbio comercial total, trata-se, igualmente, do maior valor da série histórica, mais do que dobrando o montante do ano anterior. O desequilíbrio no comércio bilateral é ponto constantemente suscitado por interlocutores de governos iranianos.

As prováveis explicações para os excelentes números agregados de comércio bilateral em 2022 são a eclosão do conflito na Ucrânia, com consequente aumento significativo no preço dos alimentos no mercado mundial, e a tentativa de formação de estoques, em razão da instabilidade dos cenários geopolítico e de comércio internacional. Nesse contexto, há dúvidas se as altas cifras do intercâmbio bilateral perdurarão em níveis similares nos próximos anos. De qualquer forma, indicam a postura positiva do Irã em relação ao Brasil.

III – Cooperação Técnica

Na área de cooperação, há igualmente dificuldades no aprofundamento do intercâmbio com o Irã. A excessiva centralização, que dificulta ou impede a tomada de decisões em nível técnico, costuma inibir os avanços de negociações bilaterais. Ainda assim, nos últimos anos, foram obtidos avanços em dois projetos de cooperação, envolvendo missões iranianas ao Brasil.

Na esteira da visita da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o presidente da Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO, na sigla em inglês) e vice-ministro da Agricultura, Dr. Mojtaba Khayam Nekoiee, visitaram o Brasil em março de 2022. Na ocasião, sendo recebidos pelo então Secretário Executivo do MAPA, Marcos Montes, e pelo presidente da Embrapa, Celso Moretti, foi discutida a implementação integral do Memorando de Entendimento assinado em dezembro de 2020 entre a EMBRAPA e a sua congênere iraniana, AREEO, na última reunião do Comitê Consultivo Agrícola bilateral. Foi acordada, ainda, nova reunião do Comitê em 2022, o que não chegou a ocorrer, entre outros motivos, pelo início do processo eleitoral no Brasil. Conforme sugerido por vários interlocutores iranianos, a comemoração dos 120 anos de relações diplomáticas, este ano, poderia servir de mote à realização de novo encontro do CCA.

Em projeto de cooperação trilateral capitaneado pelo Escritório do UNICEF em Teerã, em junho/julho de 2022, delegação de alto nível do Ministério de Cooperativas, Trabalhos e Bem-estar Social do Irã, acompanhada de representantes do escritório do UNICEF no Irã, realizaram visita de estudos a Brasília e Boa Vista para conhecer as experiências brasileiras no cadastro único do Auxílio Brasil e no acolhimento a refugiados, em projeto de cooperação trilateral coordenado, no Brasil, pela ABC. O lado iraniano manifestou, inclusive em reunião de "debriefing" com todas as partes, o interesse em aprofundar essa cooperação, principalmente na implementação dos pagamentos de programas de transferência de renda. A proposta, no entanto, segue ainda sem formalização do lado iraniano, conforme requerido pela Agência Brasileira de Cooperação.

IV – Cooperação Educacional

Embora o Irã tenha reconhecida proeminência na esfera acadêmica, com mais de 300 instituições universitárias e importante produção científica, a cooperação educacional entre o Irã e o Brasil ainda é muito reduzida.

Uma das principais dificuldades para o aprofundamento da colaboração entre instituições de ensino superior brasileiras e iranianas é o quase total desconhecimento das línguas portuguesa no Irã, e persa no Brasil. Como contribuição para reduzir e, eventualmente, superar essa deficiência, a Embaixada apoiou a assinatura de convênio, em novembro de 2021, entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade Allameh Tabataba'i (ATU), pelo qual se comprometem a criar, respectivamente, um Departamento de Língua, Literatura e Cultura Iranianas (o primeiro do gênero no Brasil), e um Departamento de Língua, Literatura e Cultura Portuguesas.

Os principais programas de mobilidade acadêmica do Brasil, PEC-G e PEC-PG, têm procura limitada no Irã, cujos estudantes normalmente privilegiam países europeus ocidentais e norte-americanos, e buscam obter bolsas que contemplem, além do ensino, gastos de manutenção pessoal. Ainda assim, o Posto tem divulgado os programas e ocasionalmente recebe alguns pedidos de inscrição.

V – Promoção Cultural

Cabe salientar que a realização de atividades de promoção cultural no Irã é particularmente complexa em razão dos costumes religiosos e da censura local. Filmes a serem exibidos em festivais, por exemplo, requerem longo processo para aprovação e exigem a edição e/ou corte de determinadas cenas. A aprovação de concertos musicais também passa pelo envio prévio de repertório e pela tradução de letras de músicas, e mulheres são proibidas de cantar publicamente no país. Restrições similares se aplicam à literatura, ao teatro etc.

Tendo em vista a sensibilidade dos temas afetos à promoção cultural, as restrições transbordam do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica para todas as instituições culturais, subordinadas, em última análise, a essa pasta.

Nesse sentido, o processo de aprovação de projetos, mesmo em parceria com organizações culturais privadas ou "autônomas", tende a ser moroso e nem sempre exitoso. Não obstante, nos últimos anos foram realizadas atividades nas áreas de promoção da língua portuguesa, teatro e audiovisual. Na esfera da fotografia e da música, foram apresentados projetos no âmbito do PDC 2023, ano em que se comemoram 120 anos de relações bilaterais entre o Brasil e o Irã. A embaixada em Teerã também tem promovido ativamente o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, da Fundação Biblioteca Nacional, e estimulado a apresentação de projetos de tradução de autores brasileiros.

Em estreita coordenação com a Embaixada de Portugal em Teerã, a Missão diplomática brasileira realizou atividades para marcar o Dia da Língua Portuguesa em 2021 e 2022. Com o intuito de celebrar o bicentenário da independência do Brasil, a Embaixada brasileira, em parceria com a Universidade de Teerã, possibilitou a confecção de edição especial da Revista Literatura y Cultura Iberoamericana. A edição bilíngue, persa e português, conta com o selo do Bicentenário e traz em seu conteúdo contribuições de autores brasileiros, iranianos e portugueses.

VI – Consular

Antes da pandemia, o Setor Consular da Embaixada emitia em média de 100 a 150 vistos de turismo por ano, principalmente para cidadãos iranianos. No entanto, após a tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão, a Embaixada passou a receber diariamente um grande número de candidatos a vistos humanitários afegãos.

A Embaixada tem se esforçado para lidar com a alta demanda de vistos humanitários para afegãos, demonstrando solidariedade diante da situação catastrófica enfrentada pelo povo afegão desde a tomada do poder pelo Talibã. No entanto, o aumento do número de solicitações e a demora nos processos para avaliação desses tipos de vistos resultaram em um acúmulo de aproximadamente duas mil solicitações de vistos sem resposta.

O afluxo diário de afegãos em frente à Embaixada tem se tornado um grande problema. Centenas de afegãos se reúnem diariamente em frente ao portão da Missão diplomática, dificultando o trânsito, causando distúrbios na rua e gerando reclamações dos vizinhos e proprietários do imóvel alugado pela Embaixada. Além disso, alguns afegãos têm seguido e assediado os funcionários da Embaixada, o que representa um risco à segurança.

A concessão de vistos humanitários também tem sido explorada por intermediários ilegais, que cobram altas quantias em troca de promessas de marcação de entrevistas e concessão de vistos. Há relatos de utilização do Brasil como rota de imigração ilegal para outros países, como os Estados Unidos. Essas atividades representam riscos não apenas para o Brasil, mas também para os países de destino desses imigrantes.

Diante dessa situação, urge encontrar soluções urgentes para lidar com o afluxo de afegãos, garantir a segurança da Embaixada e dos funcionários, e combater a atuação de intermediários ilegais. Além do alerta, a Embaixada avança a possibilidade de se ser designado delegado da Polícia Federal para a investigação dos casos, bem como salienta a importância de conscientizar os afegãos sobre os procedimentos corretos para obtenção de vistos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros junto à República Islâmica do Irã, buscando gerar benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Irã, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico da realidade iraniana e das vertentes de atuação interna, regional e internacional do governo local. Consciência plena dos interesses brasileiros no país.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a República Islâmica do Irã nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado iraniano, com foco na prosperidade e no desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a República Islâmica do Irã em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil na República Islâmica do Irã.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo iraniano.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na República Islâmica do Irã, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital iranianos.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público iraniano.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.
10. Prestar apoio consular à comunidade brasileira radicada no país

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**
 - *Estreitamento dos contatos com o governo iraniano, bem como com associações de classe e empresários do setor.*
- 2) Promover maior abertura do mercado iraniano aos produtos do Brasil**
 - *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para a República Islâmica do Irã, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
 - *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial na República Islâmica do Irã;*
 - *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados na República Islâmica do Irã;*
 - *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e a República Islâmica do Irã.*
- 3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC**
- 4) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a República Islâmica do Irã, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, buscando diversificar a pauta do comércio bilateral, hoje concentrada em produtos da agroindústria;*
 - *Atualização permanente do “Guia Como Exportar – República Islâmica do Irã”;*
 - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
 - *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na República Islâmica do Irã;*
 - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
 - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
 - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos iranianos;*
 - *Apoio a empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;*
 - *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado iraniano;*
 - *Apoio a investidores brasileiros em seu processo de instalação na República Islâmica do Irã (“after-care”);*
 - *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e homólogas; e*

- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na República Islâmica do Irã.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado iraniano a produtos e serviços brasileiros**
- 2) **Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial**
- 3) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**
- 4) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias**
- 5) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal**

Nota-se que, embora estivesse prevista na agenda da reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Irã, realizada em dezembro de 2020, a parte iraniana optou por não confirmar a assinatura de Memorando de Entendimento na área de saúde animal, argumentando que a Organização Veterinária do Irã (IVO) havia obtido autorização do Conselho de Ministros para a assinatura de um acordo intergovernamental.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral com a República Islâmica do Irã por meio da intensificação de visitas oficiais e de trabalho de lado a lado**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Irã e vice-versa;*
 - *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e iraniano, em formato presencial ou virtual;*
 - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*
2. **Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo iraniano, inclusive por meio da realização de reunião de consultas políticas;*
 - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e a República Islâmica do Irã, e*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa iranianas

- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, além de canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na República Islâmica do Irã;*
- *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade iraniana nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, e de segurança e defesa;*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa iranianas, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à República Islâmica do Irã; e*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*

4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo iraniano para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado iraniano.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre membros do Congresso Nacional brasileiro e membros do Parlamento iraniano; e*
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares brasileiros relacionados à República Islâmica do Irã.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**
- 2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**
- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.**
- 4) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais Brasil e a República Islâmica do Irã sejam membros**
 - *Elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela República Islâmica do Irã em foros multilaterais, como as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais iranianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- 2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com a República Islâmica do Irã entre seus membros**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo iraniano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades iranianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo**
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 3) Índice de apoio iraniano a candidaturas e propostas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais**

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade iraniana e diversificar as referências culturais brasileiras**
 - *Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;*
 - *Promoção de eventos de fotografia, design, música e dança brasileira;*
 - *Promoção de mostras de artes plásticas;*
 - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
 - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira;*
 - *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;*

- *Apoio à difusão do ensino de artes marciais na República Islâmica do Irã, por meio de instrutores brasileiros; e*
 - *Desenvolvimento de política de atuação nas redes sociais, por meio da criação e/ou atualização dos perfis institucionais do Posto.*
- 2. Ampliar a interlocução entre os setores de promoção comercial e cultural do Posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros**
 - 3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países**
 - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e iranianos; e*
 - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*
 - 4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores iranianos e brasileiros; e*
 - *Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na República Islâmica do Irã, a exemplo da produção de grandes eventos.*
 - 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes iranianos**
 - *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
 - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na República Islâmica do Irã;*
 - *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo no Irã; e*
 - *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado iraniano.*
 - 6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público iraniano**
 - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de eventos brasileiros de cinema, música, dança, artes plásticas e literatura**
- 2) Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Número e qualidade de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**

- 5) **Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex-Brasil realizadas durante a gestão**

V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com a República Islâmica do Irã na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promover a participação brasileira em eventos na República Islâmica do Irã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades iranianas em eventos realizados no Brasil;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos iranianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros (neste particular, o governo iraniano tem salientado o interesse de cooperar com o Brasil na área de mineração sustentável);*
 - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e*
 - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na República Islâmica do Irã.*
- 2. Promover a aproximação das posições iranianas e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente**
 - *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*
 - *Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 28);*
- 3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

VI – COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a República Islâmica do Irã**
 - *Incentivo à cooperação com governo iraniano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
 - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I, inclusive inteligência artificial;*
 - *Promoção da cooperação entre start-ups brasileiras e instituições iranianas em particular nos setores de "fintech" e "agrotech";*
 - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, telecomunicações, usos pacíficos do espaço exterior e biotecnologia, tecnologias de dessalinização, entre outras;*
2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I na República Islâmica do Irã, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
 - *Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado iraniano.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**
- 2) **Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões**

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira na República Islâmica do Irã**
2. **Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitarem serviços consulares**
3. **Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território iraniano, em coordenação com o Conselho de Cidadãos mantido nessa jurisdição**

4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria iraniana, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros
5. Ampliar instrumentos de divulgação da oferta de serviços consulares junto à comunidade brasileira

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do Conselho de Cidadãos na República Islâmica do Irã
- 2) Número de reuniões com a Chancelaria iraniana sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país
- 3) Qualificação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares
- 4) Número de usuários atendidos pelo setor consular



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 43, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1951, o diplomata graduou-se em Comunicação Social – Jornalismo pela Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no ano de 1974. Nesta última instituição, também concluiu o Mestrado em Direito em 1983.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

No ano de 1978, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982 e o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada “Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty” em 1998.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1979. Por merecimento, foi promovido a Segundo-Secretário em 1981; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; e a Ministro de Segunda Classe em 1999. Em 2008, tornou-se Ministro de Primeira Classe.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Primeiro-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios na Embaixada em Paramaribo (1989-1991); Coordenador-Executivo substituto no Departamento das Américas (1991-1992); Conselheiro na Embaixada em Londres (1994-1997); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tóquio (1997-2001); Ministro-Conselheiro na Embaixada no Vaticano (2001-2006); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007); Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010); Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-2012); Embaixador em Wellington (2012-2016); Embaixador em Ancara (2019-2020); e Embaixador em Bratislava (desde 2020).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Em conformidade com as normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a República Islâmica do Irã.

Com 84 milhões de habitantes, o Irã é o único grande país do Oriente Médio em que prevalece a seita minoritária xiita do islamismo, com 90% de adeptos da população.

É um país com sistema político bastante complexo, com instâncias decisórias múltiplas e sobrepostas. O Líder Supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, que tem autoridade absoluta sobre assuntos religiosos e políticos, detém



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas.

O país conta com vastas reservas de petróleo, gás e minério. A agricultura do Irã se caracteriza por sua competitividade. Sua indústria é relativamente diversificada. Ademais, a população é jovem e qualificada.

No entanto, as sanções internacionais impelidas ao Irã impactaram consideravelmente sua economia, com perdas de receitas de exportações e bloqueios de investimentos estrangeiros. Vale dizer que a política de “pressão máxima” do governo Trump sobre o Irã, em especial após a retirada unilateral dos Estados Unidos da América do acordo sobre o programa nuclear iraniano, levou ao fortalecimento da ala conservadora iraniana que, por sua vez, percebia as sanções norte-americanas como causa das dificuldades econômicas enfrentadas pela população iraniana.

O presidente Aiatolá Ebrahim Raisi, empossado em agosto de 2021, tem se empenhado em neutralizar as sanções, buscando construir consensos dentro da comunidade internacional em torno do programa nuclear iraniano. Além disso, outros dois alvos da nova administração são a diversificação da cooperação econômico-comercial e “diplomacia de vizinhança”, principalmente com os países do Golfo Pérsico, da Ásia Central e do Cáucaso.

No campo da política externa, também merece destaque a busca por parcerias estratégicas com potências regionais, como Rússia e China.

O comércio bilateral Brasil-Irã é afetado por dificuldades de pagamento impostas ao Irã pelas sanções norte-americanas. Nesse contexto, o Irã privilegia comprar por meio de comércio compensado e de países que detêm recursos iranianos que não se encontram bloqueados em seus bancos, como a China e a Índia, grandes importadores de petróleo.

Nesse cenário desfavorável ao Brasil, nossas importações do Irã são, tradicionalmente, baixas. Houve aumento das importações brasileiras com medidas tomadas por algumas empresas desde 2019, para operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana.

Convém lembrar que, em visita ao Irã, a Senadora Tereza Cristina, então Ministra da Agricultura, em fevereiro do ano passado, buscou ampliar a



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

oferta iraniana de ureia ao mercado brasileiro, dada a crise de oferta global de fertilizantes, agravada pela guerra da Ucrânia.

A importância do Irã para Brasil se revela pelo fato de que, desde 2015 e com exceção de 2020 em razão da pandemia da COVID-19, esse país adquiriu entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões em produtos brasileiros anualmente, notadamente do agronegócio.

Nos últimos anos, o Irã se tornou nosso quinto maior comprador do agronegócio, sendo um dos principais superávits do Brasil (US\$ 1,8 bilhões em 2021 e US\$ 4,3 bilhões em 2022) e o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros, assim como o quinto para a carne bovina e para a soja em grãos. É, ainda, importante comprador de açúcar, farelo e óleo de soja, e carne de frango do Brasil.

Em 2021, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 2 bilhões, voltando aos níveis anteriores à pandemia.

Cabe destacar que as estatísticas oficiais podem não refletir a realidade, uma vez que, parte de nossas exportações é feita via terceiros países, como Turquia, Emirados Árabes Unidos e Omã. Além disso, o comércio também é feito por grandes *tradings* norte-americanas ou europeias, por meio de países europeus, como a Suíça.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil exportou US\$ 4,3 bilhões de dólares ao Irã no ano passado, mais do que o dobro do ano anterior. Os principais produtos da pauta foram cereais, oleaginosas e açúcar. As exportações iranianas ao Brasil, no mesmo período, foram de US\$ 139 milhões, dos quais US\$ 132 milhões se concentraram em fertilizantes. É o maior valor da série histórica. O comércio bilateral em 2022 foi impulsionado pelo conflito na Ucrânia, que levou ao aumento no preço dos alimentos no mercado mundial, bem como pela tentativa de formação de estoques, em razão da instabilidade dos cenários geopolítico e de comércio internacional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**

CPF: informações pessoais

ID: informações pessoais

1964 Filho informações pessoais
em Goiânia/GO

Dados Acadêmicos:

1986 Graduado em Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília
1990 Bacharel em Direito, pela Universidade de Brasília
1991 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
1999 Pós-Graduação "lato sensu" em Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional da Haia, Países Baixos
2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008 Especialização em Planejamento Econômico e Gestão Integral de Sistemas Energéticos, pela Universidad Catolica Boliviana "San Pablo", em La Paz, Bolívia
2007 LVIII Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: "Os empreendimentos hidroelétricos do rio Madeira e as relações Brasil-Bolívia: análise das perspectivas de integração energética bilateral" (aprovação "com louvor")

Cargos:

1992 Terceiro-secretário
1997 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário, por merecimento
2007 Conselheiro, por merecimento
2013 Ministro de segunda classe, por merecimento
2019 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1992-94 Divisão de Serviços Gerais, assistente
1994-97 Departamento de Administração, assessor
1997-99 Presidência da República, adjunto do chefe do Cerimonial
1999-03 Embaixada em Washington, segundo-secretário
2003-06 Embaixada em La Paz, segundo e primeiro-secretário
2006-08 Embaixada em Assunção, primeiro-secretário e conselheiro
2008-11 Embaixada em La Paz, ministro-conselheiro, comissionado
2011-15 Presidência da República, assessor do chefe do Cerimonial
2017 Divisão de Ciência e Tecnologia, chefe
2017-18 Presidência da República, chefe adjunto do Cerimonial
2018-19 Cerimonial, chefe
2019 Presidência da República, chefe do Cerimonial
2020 Presidência da República, Assessoria Especial, assessor-chefe
2021-22 Ministro de Estado das Relações Exteriores

Obras Publicadas

2012 "Dinámica de reestructuración del sector eléctrico de Bolivia ",em co-autoria com o Professor Nivalde J. de Castro. IN: Semanário Energy Press - Energía & Negocios , Edição 610, Santa Cruz de la Sierra; IN: Diário La Razón , Ed. de 20/08/2012, p. 3, coluna " opinión ", La Paz, Bolívia.

20015 "Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira", pela Editora da Fundação Alexandre de Gusmão (Coleção CAE, 336 p.).

Condecorações:

1997	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1998	Medalha do Pacificador
1998	Medalha Mérito Santos Dumont
1999	Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Cavaleiro
2012	Ordem Nacional da Légion d'honneur, França, Oficial
2015	Ordem do Mérito Naval, Comendador
2018	Medalha do Mérito Tamandaré
2020	Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau "alta distinção"
2021	Ordem do Mérito Militar, Grã Cruz
2021	Ordem do Mérito Aeronáutico - Grã-Cruz
2021	Ordem do Mérito da Defesa - Grã-Cruz
2021	Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, "categoria ouro"
2021	Ordem Nacional do Mérito Científico - Grã-Cruz
2021	Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, serviços prestados
2021	Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz
2021	Medalha do Mérito Mauá, categoria "Serviços Relevantes"
2022	Ordem do Mérito Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Grão-Colar
2022	Medalha Institucional Amicus Fiscus
2022	Ordem Nacional do Mérito Educativo - Grã-Cruz
2022	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CANADÁ



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2023**

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
RELAÇÕES BILATERAIS.....	3
Comércio e investimentos.....	5
Educação	6
Ciência, tecnologia e inovação	6
Energia e mineração.....	6
Defesa.....	7
Comunidade brasileira	7
Agendas regional e multilateral	7
POLÍTICA INTERNA.....	8
Panorama do sistema político canadense.....	8
Províncias e territórios	8
Contexto político.....	8
Covid-19	9
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	10
Características gerais da economia canadense.....	10
Reestruturação de cadeias de valor.....	10
Meio ambiente.....	10
POLÍTICA EXTERNA	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA	12
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	13
ACORDOS BILATERAIS.....	15
ANEXO I - PERFIS BIOGRÁFICOS	17
ANEXO II - DADOS BÁSICOS.....	18

APRESENTAÇÃO

O Canadá é o segundo maior país em extensão territorial (9.984.670 km²) e o 38º em população no mundo (38,2 milhões em 2021). Situado na América do Norte, é banhado por três oceanos: ao norte, pelo Oceano Ártico, a oeste pelo Oceano Pacífico e a leste pelo Oceano Atlântico. Com os EUA, compartilha a maior fronteira internacional terrestre do mundo.

Habitado originalmente por populações autóctones, o Canadá, desde fins do século XV, foi explorado por expedições britânicas, portuguesas e francesas que estabeleceram colônias ao longo da costa do Atlântico. Com a derrota na Guerra dos Sete Anos, em 1763, a França cedeu ao Império Britânico suas colônias na América do Norte (Nova França e Acádia).

Em 1867, o parlamento do Reino Unido aprovou o Ato da América do Norte Britânica, que criou as províncias de Ontário e Quebec (a partir da antiga província do Canadá) e uniu-as a Nova Brunswick (antiga Acádia) e a Nova Escócia para formar um estado federado com o nome de Domínio do Canadá. Com o tempo, outras províncias e territórios se juntaram à federação canadense. Apesar da autonomia política, as relações exteriores do Canadá mantiveram-se sob a responsabilidade do Reino Unido.

Em 1919, o Canadá entrou na Liga das Nações. Em 11 de dezembro de 1931, o Estatuto de Westminster formalizou a independência do país. Em 1965, foi adotada a atual bandeira canadense. Por fim, em 1982, o parlamento britânico aprovou a Lei de 1982 sobre o Canadá, pela qual renunciou aos poderes para alterar a constituição canadense. Em 1969, o país reconheceu-se oficialmente como bilíngue (inglês e francês).

O Canadá é uma monarquia parlamentarista federal cujo chefe de estado é o rei Charles III, representado pela governadora-geral. O chefe de governo é o primeiro-ministro. A federação canadense compõe-se de dez províncias – Ontário, Quebec, Nova Escócia, Nova Brunswick, Manitoba, Colúmbia Britânica, Ilha do Príncipe Eduardo, Terra Nova-e-Labrador, Saskatchewan e Alberta – e três territórios – Yukon, Territórios do Noroeste e Nunavut.

O Canadá é um país com alto grau de desenvolvimento humano (15º no ranking mundial de IDH). Rico em recursos naturais, o país tem uma economia diversificada, embora seu comércio seja muito dependente dos Estados Unidos, que absorvem mais de 70% das exportações canadenses. Em 1994, Canadá, EUA e México adotaram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês), substituído em 2019 pelo Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC).

O Canadá é membro influente da *Commonwealth* e da Francofonia. Foi membro fundador das Nações Unidas e atuou em várias agências importantes da ONU e em operações de paz. Em 1989, o Canadá aderiu à Organização dos Estados Americanos (OEA). Membro fundador (1961) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Canadá também é membro do G7.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Canadá estão historicamente fundamentadas em valores e princípios compartilhados, como democracia, direitos humanos, primado do direito internacional e defesa das liberdades individuais. São marcadas pelo diálogo político e

por uma ampla agenda de cooperação em comércio e investimentos, energia e mineração, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa e segurança. Em foros regionais e multilaterais, os dois países tradicionalmente mantêm boa coordenação. O Canadá é o país que mais recebe estudantes brasileiros no exterior. O Brasil é o maior investidor latino-americano no Canadá.

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. São democracias com sociedades plurais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente). Possuem duas das maiores economias do planeta e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de exportação. Ambos os países detêm expressivas reservas de água doce e são grandes produtores de alimentos e energia.

São antecedentes remotos das relações bilaterais a nomeação, pelo governo brasileiro, de vice-cônsules em portos como São João da Terra Nova e Halifax, a vinda ao Brasil de missão mercantil das províncias orientais da então América do Norte Britânica, em 1866, para examinar as possibilidades comerciais, e a visita privada do imperador D. Pedro II às cataratas do Niágara, Ontário e Montreal, em 1876.

O decreto nº 6.604, de 17 de dezembro de 1940, criou a legação do Brasil no Canadá, com sede em Ottawa, instalada em abril do ano seguinte. Foi elevada à categoria de embaixada pelo decreto nº 14.250, de 10 de dezembro de 1943. O Canadá, por sua vez, abriu em setembro de 1941 sua legação no Brasil, que passou a embaixada em 1944.

Atualmente, além da embaixada em Ottawa e da Delegação junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, o Brasil mantém consulados-gerais em Montreal, Toronto e Vancouver. O Canadá, por sua vez, tem consulados-gerais em São Paulo e Rio de Janeiro e escritórios comerciais in Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, ademais da embaixada em Brasília.

Os principais tratados bilaterais em vigor incluem o Acordo de Cooperação Técnica (1975), Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação (1984), Acordo sobre Transporte Aéreo (1986), Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (2008) e Acordo de Previdência Social (2011). Em 2018, o Mercosul e o Canadá iniciaram negociações para um acordo comercial.

Brasil e Canadá mantêm doze mecanismos de concertação bilateral, entre os quais o Diálogo de Parceria Estratégica (DPE), em nível de chanceleres; o Diálogo Político-Militar; o Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação; e o Conselho Econômico e Comercial. A última edição do DPE ocorreu em Ottawa, em outubro de 2018.

O Canadá é o 12º parceiro comercial do Brasil. No ano de 2022 o comércio bilateral ultrapassou, pela primeira vez, a marca de USD 10 bilhões. Os dois países possuem relação de investimentos sólida e de longa data.

A dimensão humana das relações com o Canadá tem adquirido cada vez maior importância, refletida no afluxo crescente de estudantes e imigrantes brasileiros àquele país, atraídos por oportunidades de ensino e emprego e pela boa acolhida da sociedade canadense, multiétnica e multicultural como o Brasil.

Em 2017, foi criado o Grupo de Amizade Canadá-Brasil no parlamento canadense. No Brasil, a Câmara dos Deputados conta com Grupo de Amizade análogo desde 1993.

Dois acontecimentos tiveram impacto positivo sobre as perspectivas do relacionamento entre os dois países: a) o lançamento, em 2018, das negociações entre o Mercosul e o Canadá para um acordo de livre comércio; e b) a superação, em fevereiro 2021, do contencioso comercial envolvendo a Embraer e a Bombardier.

Ante a perturbação das cadeias de suprimento decorrente do conflito na Ucrânia, o Canadá tem desempenhado importante papel como o segundo maior fornecedor de fertilizantes para o Brasil.

O primeiro-ministro Justin Trudeau condenou os atos antidemocráticos ocorridos em Brasília em 8 de janeiro de 2023 e manifestou seu apoio ao presidente Lula e às instituições democráticas do Brasil. O Canadá também emitiu, no dia seguinte, comunicado conjunto com os EUA e o México em condenação aos ataques.

Ao longo do ano de 2023 já se registraram vários contatos de alto nível entre autoridades dos dois países. Em nível presidencial, o presidente Lula e o primeiro-ministro Trudeau conversaram longamente ao telefone em 20 de abril. Na ocasião, Trudeau aceitou convite para visitar o Brasil. À margem de reunião do G7, em Hiroshima, mantiveram reunião bilateral no dia 20 de maio.

Em nível de chanceleres, a ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Mélanie Joly, manteve dois contatos com o ministro Mauro Vieira: no dia 13 de janeiro, por telefone, e no dia 17 de fevereiro, à margem da Conferência de Segurança de Munique.

Comércio e investimentos

Em 2022, a corrente de comércio entre Brasil e Canadá totalizou USD 10,56 bilhões, registrando expansão de 40,9% em relação a 2021 e marca inédita na série histórica. As exportações brasileiras alcançaram o patamar de USD 5,39 bilhões, alta de 9,6%, ao passo que as importações provenientes do Canadá somaram USD 5,16 bilhões, aumento de 100,6%. O superávit brasileiro totalizou USD 232,1 milhões.

A queda do superávit brasileiro pode ser atribuída aos efeitos do conflito na Ucrânia no comércio internacional, especialmente no que diz respeito às cadeias de suprimentos de fertilizantes. Em 2022, o Brasil importou USD 3,7 bilhões em adubos ou fertilizantes químicos do Canadá, alta de 151% em relação ao ano anterior.

Entre os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para o Canadá destacaram-se, em 2022: ouro não monetário; alumina (óxido de alumínio, exceto corindo artificial); açúcares e melaços; produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro e aço; outros produtos (indústria de transformação); café não torrado.

Os principais produtos canadenses importados em 2022 incluíram adubos ou fertilizantes químicos (em torno de 72% da pauta); demais produtos (indústria de transformação); aeronaves e outros equipamentos; polímeros de etileno; motores e máquinas não elétricos e suas partes; outros medicamentos (incluindo veterinários).

Entre janeiro e abril de 2023, a corrente de comércio atingiu USD 2,6 bilhões, queda de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Brasil exportou USD 1,5 bilhões, queda de 5,5%, ao passo que as importações totalizaram USD 1,1 bilhões, queda de 2,3%. Como resultado, no período, o Brasil acumula superávit de USD 421,7 milhões.

O Canadá é o nono maior investidor no Brasil (dados de 2021). O Brasil é o maior investidor da América Latina no Canadá, figurando na lista dos vinte principais países de origem de investimento direto estrangeiro.

De acordo com o Banco Central do Brasil caso se considerem também as operações intercompanhia, o estoque de investimento canadense no Brasil era, ao final de 2021, de USD 19,7 bilhões. O Brasil, por sua vez, teve estoque de investimentos de USD 13,8 bilhões no Canadá em 2021. O Canadá possui forte presença nas áreas de mineração e saneamento.

O Canadá está presente no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) com mais de R\$13 bilhões em investimentos assegurados a realizar, alcançando aquele país à sétima posição entre os principais investidores. Empresas canadenses já estão presentes em alguns projetos, principalmente em linhas de transmissão e geração de energia solar, com investimentos totais da ordem de R\$ 2,08 bilhões.

Educação

Brasil e Canadá firmaram, em 15 de janeiro de 1998, Declaração de Intenção na Área de Educação. A cooperação educacional entre os dois países é bastante intensa, sobretudo à luz de acordos firmados entre instituições de ensino superior dos dois países, o que tem resultado em fluxo anual de cerca de doze mil alunos brasileiros no Canadá, atuando em diversas áreas do conhecimento.

Ciência, tecnologia e inovação

As relações bilaterais em C,T&I são regidas pelo Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, firmado em 2008.

O instrumento instituiu o Comitê Conjunto para Cooperação em CT&I. O modelo de participação no mecanismo é tripartite (governo, setor privado e academia). A autonomia conferida a universidades e institutos de pesquisa canadenses na gestão de seus recursos impossibilita o direcionamento, pelo governo central, de verbas destinadas para pesquisas com determinados países. A exceção a essa dinâmica é o CIIP (*Canadian International Innovation Program*), coordenado pela chancelaria canadense, que aporta até 1 milhão de dólares canadenses anuais para projetos de pesquisa com o Brasil desde 2016.

O Comitê possui atuação em cinco domínios: a) tecnologias da informação e comunicação; b) ciência da vida, biotecnologia aplicada à saúde e doenças neurodegenerativas; c) energia, com concentração em tecnologias sustentáveis (energia solar, smart grids, biomassa, mineração verde; d) ciências do mar; e) nanotecnologia.

Em 28 de abril de 2021, realizou-se a 5ª reunião do Comitê Conjunto, que contou com a presença de cerca de 65 membros das duas delegações, com 19 palestrantes. A agenda teve como foco Inteligência Artificial (IA). Como resultado direto da reunião, foi elaborado Plano de Trabalho para guiar as atividades dos dois países no triênio 2021-2023, o qual contém dez atividades a serem desenvolvidas por entidades brasileiras e canadenses.

Energia e mineração

O Brasil é importante parceiro canadense no setor mineral. Por volta de 25 companhias mineradoras canadenses atuam no território brasileiro, o que confere ao país o sexto lugar em investimento canadense no exterior em mineração (USD 7,2 bilhões, em 2021).

A Vale tem grande parte de seus ativos e operações no Canadá, situação criada a partir da aquisição da mineradora canadense Inco, em 2006, em uma transação estimada em USD 17,5 bilhões. A compra transformou a Vale na segunda maior produtora de níquel do mundo. Em 2018, a Vale deu início às operações da mina de níquel em Voisey's Bay, Província de Labrador, que produzirá 40.000 toneladas/ano até 2032.

A cooperação bilateral na área de mineração tem avançado nos setores público e privado. Em 9 de setembro de 2019, a cerimônia de abertura da Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM), em Belo Horizonte (MG), foi marcada pela assinatura de um acordo de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Mineração

(IBRAM) e a Associação de Mineração do Canadá (MAC, na sigla em inglês) para implementar no Brasil o padrão de sustentabilidade desenvolvido pela instituição canadense, o TSM - Rumo a Mineração Sustentável.

O Brasil é, desde 2019, um dos três países patrocinadores da *Prospectors and Developers Association of Canada* (PDAC), a maior conferência global do setor mineral e que reúne, na primeira semana de março, dezenas de milhares de participantes, em Toronto. Na mais recente edição do evento, em 2023, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chefiou a delegação brasileira, composta por pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil (SGB) e integrantes da Agência Nacional de Mineração (ANM), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB).

Defesa

A última reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Canadá (Mecanismo 2+2), envolvendo os Ministérios das Relações Exteriores e de Defesa dos dois lados, realizou-se em 22 de março de 2022, em Ottawa. Além do Mecanismo 2+2, estão em funcionamento a Conferência Bilateral de Estados-Maiores do Exército e a Reunião de Conversações entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Real Força Aérea Canadense (RCAF).

Comunidade brasileira

De acordo com as estatísticas do Ministério das Relações Exteriores, a comunidade brasileira no Canadá era a nona maior no mundo em 2021 (depois de Estados Unidos, Portugal, Paraguai, Reino Unido, Japão, Espanha, Itália e Alemanha), com 122.400 pessoas estimadas, residindo sobretudo em Toronto.

Pesquisa realizada, ao longo de 2019, pelo Departamento de Empreendedorismo e Gestão da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado Perfil dos Brasileiros no Canadá, identificou perfil, motivações, desafios e aspirações dos brasileiros radicados no país. A metodologia consistiu na aplicação, por via eletrônica, de 675 questionários a brasileiros radicados no Canadá. A pesquisa estimou o número de brasileiros no Canadá, residentes ou em trânsito, em aproximadamente 129 mil, dos quais 60,6% são mulheres e 92,8% têm nível de instrução superior completo, no mínimo.

Além do serviço consular da Embaixada em Ottawa, o Brasil possui consulados-gerais em Toronto, Montreal e Vancouver.

Recorda-se, ademais, que o Canadá é um dos países que mais recebe estudantes brasileiros no mundo (cerca de 12 mil por ano), o que torna a área de educação ponto de grande confluência de interesses entre os dois países.

Agendas regional e multilateral

Tem havido diálogo e, conforme o caso, coordenação entre o Brasil e o Canadá sobre temas das agendas regional e global. Na pauta multilateral, paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e mudança do clima são alguns exemplos de temáticas em que o Canadá se apresenta como interlocutor relevante.

POLÍTICA INTERNA

Panorama do sistema político canadense

O sistema político canadense mescla aspectos do parlamentarismo britânico com o federalismo norte-americano, resultado do longo processo de reformas iniciado com a promulgação, ainda pelo parlamento britânico, do *British North America Act* (1867), que concedeu autonomia às províncias canadenses. Esse percurso completou-se com o *Constitution Act* (1982), que permitiu ao país reformar autonomamente sua Constituição, sem concurso do parlamento britânico, impondo também a Carta de Direitos e Garantias judicialmente exigíveis ao Estado.

Sendo o Canadá uma monarquia integrante da *Commonwealth of Nations*, o chefe de Estado é o rei Charles III, e seus atos oficiais são exercidos pelo representante residente (governadora-geral), a quem compete o desempenho das funções protocolares e institucionais próprias do monarca, além de convocar eleições, empossar membros do Gabinete de ministros e promulgar leis adotadas pelo parlamento.

O parlamento canadense compõe-se de duas câmaras, uma de representantes do povo (Câmara dos Comuns) e outra de representantes das províncias (Senado). Na prática, o poder de formar e derrubar governos, discutir e aprovar leis cabe à Câmara dos Comuns, eleita por voto direto. Ao Senado, integrado por membros propostos pelo primeiro-ministro e nomeados pela governadora-geral, cabe o papel de casa revisora, encarregada de apurar tecnicamente as medidas adotadas pelos Comuns.

Ao longo da história, estabeleceu-se um regime bipartidário, com os partidos Liberal e Conservador alternando-se no poder. Além de Liberais e Conservadores, outras agremiações, de corte ideológico mais claro e apelo regionalista, transformaram-se em forças políticas importantes. A mais destacada é o Novo Partido Democrata, social-democrata e de base sindical. Por sua vez, o *Bloc Québécois*, criado em 1991, mantém importância, defendendo interesses da província do Quebec. A cada eleição, vem crescendo o percentual de eleitores do Partido Verde.

Províncias e territórios

Um dos países mais descentralizados do mundo, o Canadá é composto por três territórios federais e dez províncias, que são consideradas entidades “co-soberanas”, junto com o governo federal. Historicamente, o poder provincial representou obstáculo para adoção de algumas políticas de alcance nacional, o que configurou o federalismo canadense como exercício complexo.

Contexto político

O Canadá é governado desde 2015 pelo primeiro-ministro Justin Trudeau, que foi indicado pelo Partido Liberal após eleições gerais realizadas em 2015, 2019 e 2021.

Em 2015, a vitória do Partido Liberal pôs fim a uma década do governo conservador de Stephen Harper. Com pouco mais de 39% dos votos, os liberais elegeram a maioria dos deputados, passando a contar com 184 parlamentares do total de 338. Os conservadores ficaram com 31% dos votos (99 parlamentares). O Novo Partido Democrata (19%) elegeu 44 deputados; o *Bloc Québécois* (4%) elegeu dez deputados; e o Partido Verde (3%) elegeu um parlamentar.

As prioridades do primeiro gabinete Trudeau podem resumir-se em três vertentes: i) crescimento econômico, reposicionando o país na economia global; ii) construção de bom relacionamento com entidades subfederais (províncias); e iii)

manutenção da integridade e segurança nas fronteiras, tornando o sistema migratório mais eficiente e prevenindo o fluxo ilegal de drogas e armas.

Em 2018, Trudeau logrou concluir a renegociação do NAFTA. A recepção do novo Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC) foi positiva.

As eleições gerais realizadas em outubro de 2019 foram polarizadas em torno da recondução de Justin Trudeau e do retorno às políticas de Stephen Harper. Vencedor, Trudeau formou um governo minoritário, após seu partido perder vinte assentos no parlamento. Seu segundo mandato foi marcado pela pandemia de covid-19. O cenário político doméstico registrou crescimento da popularidade do primeiro-ministro nos primeiros momentos da pandemia, em grande medida em razão da maciça ajuda governamental à população vulnerável e às províncias.

Em 15 de agosto de 2021, Trudeau aconselhou a governadora-geral Mary Simon a dissolver o Parlamento e convocar eleições federais antecipadas (*snap elections*), que ocorreram em 20 de setembro de 2021. Os liberais conquistaram 160 assentos no Parlamento, três a mais em comparação com 2019, formando-se, assim, novo governo minoritário. Os conservadores, liderados por Erin O'Toole, conquistaram 119 cadeiras, perdendo duas em relação a 2019. O *Bloc Québécois*, liderado por Yves-François Blanchet, obteve 32 assentos e manteve a posição de terceira maior bancada na Câmara dos Comuns. O Novo Partido Democrático (NDP), liderado por Jagmeet Singh, conquistou 25 assentos (um a mais em relação a 2019). Por sua vez, o Partido Verde, comandando por Annamie Paul, obteve dois assentos.

O gabinete do primeiro-ministro atualmente é composto por 35 membros, incluindo Trudeau, com 17 mulheres e 18 homens.

Em outubro de 2021, Trudeau nomeou Mélanie Joly como sua ministra dos Negócios Estrangeiros.

Covid-19

De março de 2020 até recentemente, os governos federal e provinciais do Canadá aplicaram medidas de distanciamento social e restrições ao funcionamento de estabelecimentos e serviços que não fossem considerados essenciais. O setor aéreo foi um dos mais afetados com as restrições a viagens e a redução da malha doméstica.

Como medidas de incentivo à economia, o Banco do Canadá reduziu a taxa básica de juros, visando a diminuir custos dos empréstimos e aumentar a liquidez, e anunciou a compra títulos no mercado secundário e títulos ligados a empréstimos para pequenos e médios empresários.

No âmbito fiscal, foram adotadas medidas para reduzir efeitos sobre a renda das famílias e empresas, com pacotes de assistência social e benefício semelhante ao seguro-desemprego a trabalhadores autônomos ou que não têm proteção social, além do aumento na restituição de impostos e na concessão de benefícios a famílias de baixa renda. O governo federal promoveu, ainda, subsídio às folhas salariais das empresas de até 75%, no valor máximo de CAD 3.380 mensais (USD 2.400) por trabalhador, pelo período de doze semanas. A medida visava a conter a onda de demissões e consequente acesso ao seguro-desemprego no país.

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Características gerais da economia canadense

O Canadá é a décima economia do mundo, com PIB de mais de USD 2 trilhões, tendo no setor de serviços sua principal ocupação de empregos e no setor primário uma importante fonte de riqueza (setores de energia, mineração e florestas correspondem a 20% do PIB).

Outra característica marcante da economia canadense é o papel desempenhado pelo comércio exterior. Tendo mercado interno relativamente pequeno, as exportações canadenses somam 30% do PIB, e os EUA absorvem 3/4 dessas vendas.

O Canadá possui ampla rede de acordos bilaterais e regionais, com destaque para o NAFTA (1994) / T-MEC (2018/9). O Acordo Abrangente de Comércio com a União Europeia (CETA) foi concluído em 2014 e está vigente desde 2017, em caráter provisório. Ademais, o Canadá é um dos países que assinaram, em 2018, a nova Parceria Transpacífica (CPTPP) e está em processo de adesão como associado à Aliança do Pacífico.

Ainda na área de comércio exterior, vale destacar a ênfase atribuída à inclusão, nos acordos canadenses, de dispositivos e cláusulas sociais que garantam a participação de mulheres, povos indígenas e jovens entre os beneficiários do comércio internacional (*progressive trade*).

Reestruturação de cadeias de valor

A economia canadense vinha se beneficiando do crescimento nos Estados Unidos e da recuperação do preço internacional do petróleo, duas variáveis fundamentais para o desempenho da atividade econômica no país.

Esse cenário foi alterado pela pandemia causada pelo coronavírus. Desde o início da implementação de medidas sanitárias para controle da covid-19, o governo federal mobilizou-se para ajudar a indústria doméstica e reestruturar suas cadeias produtivas, com objetivo de aumentar a oferta de equipamentos médicos, bem como a capacidade de produzir vacinas.

Especialistas locais têm debatido a possibilidade de reestruturação das cadeias globais de valor, enfatizando a importância do acordo de livre-comércio celebrado com os Estados Unidos e o México. O Canadá deverá continuar a buscar diversificação de seu comércio exterior.

Meio ambiente

Em dezembro de 2020, o governo canadense apresentou plano sobre mudança do clima, com objetivo de cumprir a meta definida no Acordo de Paris, que prevê redução das emissões dos gases de efeito estufa em pelo menos 30% até 2030, tendo como base as emissões de 2005.

Intitulado *A Healthy Environment and a Healthy Economy*, o plano foi considerado ambicioso por analistas e prevê gastos de USD 11,77 bilhões pelo Governo, bem como aumento da taxa sobre as emissões de carbono e novas regulamentações.

POLÍTICA EXTERNA

O modelo clássico da política externa canadense estabeleceu-se ao fim da II Guerra Mundial, fundado no compromisso com o fortalecimento das Nações Unidas e das instituições multilaterais; presença ecumênica nos foros mundiais; e capacidade de facilitar consensos entre interesses diversos (*honest broker*). Esse modelo de política externa seria complementado pela orientação pacifista.

Destaca-se o interesse do atual governo Trudeau em promover um modelo canadense de "relação com a globalização", baseado no que se tem chamado "*progressive trade*" – um modelo ancorado na abertura a bens, capitais e pessoas, mas, também, na defesa do multiculturalismo, da inclusão de minorias, da proteção ao meio ambiente e do empoderamento feminino, como antídotos contra os impactos negativos da globalização.

Nessa linha, Trudeau tem manifestado intenção de aprofundar relações com outras democracias, para assegurar estabilidade e interesses econômicos do Canadá. Para tanto, o Canadá considera importante contribuir, por exemplo, com a segurança econômica dos países europeus, mediante aceleração de projetos de energia e mineração.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1812	Invasão pelos Estados Unidos; guerra termina com vitória britânica
1867	É criado o Domínio do Canadá; política externa permanece sob controle britânico
1902	Canadá participa da II Guerra dos Boers, ao lado dos ingleses
1931	Estatuto de Westminster estabelece soberania do Canadá sobre suas relações externas
1942	II Guerra Mundial: Canadá integra esforço aliado no desembarque da Normandia
1949	Canadá é membro fundador da OTAN
1956	Na crise de Suez, Canadá apoia esforços de paz e criação dos chamados “boinas azuis”, da ONU
1969	Francês torna-se língua oficial no país, ao lado do inglês
1975	Após reunião de Rambouillet, forma-se o G-7, com participação do Canadá
1982	Suprimidos direitos constitucionais remanescentes do Reino Unido, pelo <i>Canada Act</i>
1987	É criada Área de Livre Comércio com os Estados Unidos
1989	Ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA)
1994	Entra em vigor o NAFTA – Área de Livre Comércio da América do Norte
1995	Plebiscito decide pela permanência do Quebec como parte integrante da federação canadense
2001	Canadá envia tropas ao Afeganistão
2002	Canadá envia tropas ao Iraque
2006	Vitória do Partido Conservador nas eleições gerais (reeleição em 2008)
2011	Canadá participa da coalização da OTAN na Líbia
2011	Nova vitória parlamentar do Partido Conservador, desta feita com maioria
2015	Vitória do Partido Liberal nas eleições de 2015; Justin Trudeau ocupa cargo de primeiro-ministro do Canadá
2016	Assinatura do Acordo de Livre Comércio Canadá-União Europeia
2018	Estados Unidos, Canadá e México concluem novo Acordo de Livre Comércio, o Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC), em substituição ao NAFTA
2019	Eleições gerais – Justin Trudeau é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro
2021	Antecipação das eleições gerais (<i>snap elections</i>) – Justin Trudeau mantém-se como primeiro-ministro
2022	Visita do papa Francisco

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1836	Brasil nomeia vice-cônsul para o porto de Halifax
1858	Brasil nomeia vice-cônsul para o porto de São João da Terra Nova
1866	Missão comercial da então América do Norte Britânica visita o Brasil (fevereiro)
1876	Visita privada do imperador D. Pedro II a Ontário e Montreal (junho)
1919	Abertura de escritório comercial do Canadá no Rio de Janeiro
1919	Presidente eleito Eptácio Pessoa visita o Canadá (junho)
1941	Abertura das legações do Brasil em Ottawa (abril) e do Canadá no Rio de Janeiro (setembro)
1941	Ministro do Comércio James MacKinnon visita o Brasil. Assinatura do Tratado de Comércio Brasil-Canadá (Rio de Janeiro, 17.10)
1943	Elevação da Legação do Brasil ao nível de embaixada
1944	Elevação da Legação do Canadá ao nível de embaixada
1956	Vice-presidente João Goulart visita o Canadá (maio)
1958	Secretário de Estado de Assuntos Exteriores Sidney Smith visita o Brasil
1968	Secretário de Estado de Assuntos Exteriores Mitchell Sharp visita o Brasil
1976	Criada a Comissão Mista Econômica e Comercial Brasil-Canadá (28.06), primeira reunião em novembro
1977	Secretário de Estado de Assuntos Exteriores Donald Jamieson visita o Brasil (janeiro)
1980	Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro visita o Canadá (setembro)
1981	Primeiro-ministro Pierre Trudeau visita o Brasil (janeiro)
1982	Secretário de Estado de Assuntos Exteriores Mark MacGuigan visita o Brasil (março)
1982	Presidente João Figueiredo visita o Canadá (julho)
1984	I Reunião de Consultas Políticas (outubro)
1989	Governadora-geral Jeanne Sauvé visita o Brasil (fevereiro)
1995	Primeiro-ministro Jean Chrétien visita o Brasil (janeiro)
1996	Ministro dos Negócios Estrangeiros Lloyd Axworthy visita o Brasil (maio)
1997	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita o Canadá (abril)
1998	Governador-geral do Canadá Romeo Leblanc e primeiro-ministro Jean Chrétien visitam o Brasil (janeiro)
2000	Ministro dos Negócios Estrangeiros Lloyd Axworthy visita o Brasil (janeiro)
2001	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita o Canadá para a Cúpula das Américas (abril)
2004	Primeiro-ministro Paul Martin visita o Brasil (novembro)
2010	I Reunião do Diálogo Político-Militar
2011	Primeiro-ministro Stephen Harper visita o Brasil (7 a 9 de agosto)
2011	I Reunião do Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência,

	Tecnologia & Inovação (C,T&I)
2012	Governador-geral David Johnston visita o Brasil (abril)
2012	Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota visita o Canadá para a I Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica (Ottawa, 25.10)
2013	Ministro dos Negócios Estrangeiros John Baird visita o Brasil para a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica (Rio de Janeiro, 08.08)
2018	Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes visita o Canadá para a III Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica (Ottawa, 23.10)

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá relativo a Certos Tributos	20/12/2019	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Cooperação no Campo de Governança e Legado Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.	08/08/2011	Em Vigor
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec	08/08/2011	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre a Eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	08/08/2011	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo	08/08/2011	Aprovado pelo Congresso
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá	08/08/2011	Em Vigor
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação	17/11/2008	Em Vigor
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Agrícola Adotado no Marco do Conselho Econômico e Comercial Bilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.	15/01/1998	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Consultas e Cooperação em Matéria Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável.	26/11/1996	Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	22/05/1995	Em Vigor
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	27/01/1995	Em Vigor
Memorando de Entendimento a respeito do Estabelecimento de um Conselho Econômico e Comercial Bilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	27/01/1995	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Consultas Políticas de Alto Nível	27/01/1995	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	27/01/1995	Em Vigor
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	27/01/1995	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	15/07/1992	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	15/05/1986	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	12/03/1985	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.	04/07/1984	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor Pesqueiro entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.	19/06/1984	Em Vigor
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	20/07/1982	Em Vigor
Memorando de Entendimento (Cinematografia) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá	10/03/1982	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Canadá e o Ministério da Agricultura do Brasil	10/10/1977	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.	02/04/1975	Em Vigor
Acordo de Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá.	01/02/1972	Em Vigor
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Canadá.	24/05/1944	Em Vigor
Tratado de Comércio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Canadá.	17/10/1941	Em Vigor

ANEXO I - PERFIS BIOGRÁFICOS**JUSTIN TRUDEAU**
Primeiro-Ministro do Canadá

Justin Pierre Trudeau nasceu em Ottawa, em 25/12/1971. É filho do ex-PM Pierre Elliott Trudeau (1968/79 e 1980/84). Graduou-se em Literatura Inglesa pela Universidade McGill e em Pedagogia pela Universidade da Colúmbia Britânica. Entre fins da década de 1990 e princípios do século, atuou como professor em escolas primárias e secundárias na área metropolitana de Vancouver. É casado com Sophie Grégoire Trudeau, com quem tem três filhos: Xavier James, Ella-Grace e Hadrien.

Trudeau ganhou notoriedade ao discursar no velório do pai, em 2000, mas evitou envolver-se com a política até o fim de longa sequência de governos liberais, em 2006. Com o partido na oposição a Stephen Harper, Trudeau elegeu-se deputado por um distrito de Montreal, em 2007, e foi reeleito desde então. Em 2013, conquistou a liderança do Partido Liberal com uma plataforma centrada na ideia de renovação e construção de pontes com o eleitorado mais jovem. Ocupa o cargo de primeiro-ministro do Canadá, pela terceira vez consecutiva (2015, 2019 e 2021).

MÉLANIE JOLY
Ministra dos Negócios Estrangeiros

É das mais jovens presenças do novo gabinete do PM Trudeau, com 44 anos. Filha de políticos militantes do Partido Liberal, a chanceler é advogada formada pela Universidade de Montreal e “magister juris” em Direito Europeu e Comparado pela Universidade de Oxford. Nas eleições federais de 2015, candidatou-se pelo Partido Liberal, alinhada a Trudeau, e conquistou assento na Câmara dos Comuns pelo distrito de Montreal.

Foi ministra do Patrimônio Nacional (2015-18); do Turismo, Idiomas Oficiais e Francofonia (2018-19); e do Desenvolvimento Econômico e dos Idiomas Oficiais (2019-21), até sua nomeação para chanceler, em outubro de 2021.

ANEXO II - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Canadá
GENTÍLICO	Canadense
ÁREA	9.984.670 km ²
POPULAÇÃO	38,9 milhões (2022, est. Statistics Canada)
IDIOMAS	Inglês e Francês
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista / Estado federal
PODER LEGISLATIVO	Poder legislativo bicameral
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III (representado pela governadora-geral Mary May Simon)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Justin Pierre James Trudeau
MINISTRA DE NEG. ESTRANGEIROS	Mélanie Joly
PIB (2023, estimativa do FMI)	USD 2,089 trilhões
PIB PPP (2023, estimativa do FMI)	USD 2,39 trilhões
PIB <i>per capita</i> (2023, estimativa do FMI)	USD 52.72 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (2023, estimativa FMI)	USD 60.18 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,5% (2023 est.); 3,4% (2022); 5% (2021); -5,1% (2020); 1,9% (2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar canadense (CAD)
EXPECTATIVA DE VIDA	82 anos
ALFABETIZAÇÃO	99%
IDH (2021)	0,936 (15º)
EMBAIXADOR EM OTTAWA	Pedro Henrique Lopes Borio
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Emmanuel Kamarianakis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	122.400 (principais concentrações: Toronto, Vancouver, Montreal e Ottawa)



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2023

(n° 294/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 294

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de junho de 2023.

EM nº 00156/2023 MRE

Brasília, 15 de Junho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Canadá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 371/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/06/2023, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4353718** e o código CRC **8ADBF079** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005351/2023-00

SUPER nº 4353718

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Avulso da MSF 44/2023 [4 de 25]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM OTTAWA

Candidato: CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Carlos Alberto Franco França

Nascido em Goiânia, em 1964, Carlos Alberto Franco França é diplomata de carreira. Formou-se em Relações Internacionais (1986) e em Direito (1990) pela Universidade de Brasília - UnB, e, em 1992, concluiu o curso de formação no Instituto Rio Branco (IRBr).

No Brasil, trabalhou como assessor no Departamento de Administração, de 1992 a 1997, e como adjunto do chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 1997 a 1999. Entre 2011 e 2015, foi assessor do chefe do Cerimonial da Presidência da República e, em 2017, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia. Entre 2017 e 2018, serviu como chefe do Cerimonial adjunto da Presidência da República e, entre outubro de 2018 e janeiro de 2019, como chefe do Cerimonial do Estado, no Itamaraty. Foi chefe do Cerimonial da Presidência da República (2019-2020) e assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República (2020-2021), cargo que exerceu até sua nomeação como ministro de estado das Relações Exteriores, em 31 de março de 2021.

No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington (1999-2003), Assunção (2006-2008) e, por duas vezes, em La Paz (2003-2006 e 2008-2011), onde foi ministro-conselheiro e chefe do Setor de Energia.

Em 2015, pela Fundação Alexandre de Gusmão, publicou a obra 'Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira', a partir de tese aprovada com louvor no Curso de Altos Estudos do IRBr. Em licença do Itamaraty entre março de 2015 e março de 2017, foi diretor de assuntos corporativos e negócios estratégicos da AG S.A., *holding* do grupo Andrade Gutierrez.

Uma vez confirmada sua indicação, a trajetória profissional e a experiência do embaixador Carlos Alberto Franco França contribuirão para a maior densidade das relações entre o Brasil e o Canadá, em momento de intensificação do diálogo bilateral.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O CANADÁ

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas foram formalizadas com o estabelecimento das missões diplomáticas do Brasil em Ottawa e do Canadá no Rio de Janeiro, na década de 1940. Desde então, os laços têm sido objeto de contínuo fortalecimento, lastreados em princípios e valores compartilhados (democracia, direitos humanos, primado do direito internacional) e na concertação sobre temas da agenda internacional.

São exemplos de mecanismos bilaterais: (i) Diálogo de Parceria Estratégica, em nível de chanceleres, cuja terceira e mais recente reunião foi em 22-26/10/2018, em Ottawa; (ii) Diálogo Político-Militar, cuja sexta e mais recente reunião foi em 22/3/2022, em Ottawa; (iii) Comitê Consultivo Agrícola (CCA), cuja décima e mais recente edição foi em 9/3/2022, em Brasília; (iv) Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja quinta e mais recente reunião foi em 28/4/2021. Há ainda outros mecanismos bilaterais previstos, como: (i) Consultas Políticas de Alto Nível (em nível de vice-chanceleres); (ii) Conselho Econômico e Comercial Conjunto (JETC, na sigla em inglês); (iii) Foro de Altos Executivos ('CEO Forum'); (iv) Diálogo de Cooperação Espacial; (v) Diálogo Estratégico em Energia; (vi) Grupo de Trabalho sobre Mobilidade; (vii) Grupo de Trabalho sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Apesar das restrições a viagens decorrentes da pandemia da COVID-19, ressaltem-se os seguintes contatos e visitas de autoridades: (i) visita a Ottawa, em 20/2/2020, do então ministro de estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, para participar da XVIII Reunião de Chanceleres do Grupo de Lima; (ii) participação virtual, em 17/6/2021, do então secretário-geral do Itamaraty, Embaixador Fernando Simas Magalhães, na "Conferência de Alto Nível de Doadores Internacionais em Solidariedade a Refugiados e Migrantes Venezuelanos"; (iii) visita a Ottawa, em 12-14/10/2021, do então chefe do Estado-Maior do Exército (EME), General de Exército Marcos Antonio Amaro dos Santos; (iv) reunião de trabalho, em Brasília, em 7/12/2021, com a então Diretora-Geral para América do Sul e Sistema Interamericano do "Global Affairs Canada", Sara Cohen; e (v) visita a Ottawa, em 13-14/3/2022, da então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias.

Ao longo de 2023, até o momento se realizaram visitas, a Brasília, dos seguintes representantes do Canadá: (i) Maninder Sidhu, secretário parlamentar da Ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, para as cerimônias de posse do presidente da República, em 1/1; (ii) vice-ministro do Comércio Internacional, Rob Stewart, em 13/4; (iii) representante para Mudanças Climáticas, Catherine Stewart, em 16/5; (iv) vice-ministro adjunto do "Global Affairs Canada", Michael Grant, de 29/5 a 3/6.

Também desponta a retomada, em 2023, de contatos de alto nível, notadamente: (i) encontro entre o Senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, em 21/5, à margem da Cúpula de Líderes do G7 em Hiroshima; (ii) conversa telefônica entre ambos os mandatários, em 20/4; (iii) encontro entre o ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira, e a chanceler Mélanie Joly, à margem da 59ª Conferência de Segurança de Munique, em 17/2; (iv) telefonema entre os dois chanceleres, em 13/1.

II – Relações econômico-comerciais

Em 2022, a corrente de comércio entre Brasil e Canadá alcançou recorde de USD 10,568 bilhões e superou pela primeira vez a marca de USD 10 bilhões: o Brasil exportou USD 5,382

bilhões ao Canadá e dele importou USD 5,186 bilhões, com ligeiro superávit. Houve, portanto, aumento de 41% no fluxo de comércio em comparação a 2021.

Mesmo durante a pandemia, os laços econômicos continuaram a se fortalecer. De 2020 a 2022, o intercâmbio comercial cresceu consideravelmente: 6%, em 2020 (USD 6,153 bilhões); 22%, em 2021 (USD 7,497 bilhões); e, como indicado, 41%, em 2022, quando ultrapassou pela primeira vez a marca de USD 10 bilhões.

Os principais produtos adquiridos pelo Brasil do Canadá, em 2022, foram da indústria química, que alcançaram USD 3,7 bilhões, com aumento de 151%, em grande medida em virtude da compra de potássio para fertilizante. Os produtos da indústria química representaram 72% das importações. Por sua vez, o Brasil vendeu ao Canadá principalmente ouro (26,5%); alumina (26,4%); açúcares (9,4%); semimanufaturados de ferro e de aço; e aeronaves (vide mais abaixo).

Apesar da prevalência de tais itens, a pauta exportadora brasileira tem-se diversificado nos últimos anos. Em março de 2022, finalizaram-se as negociações para abertura recíproca dos mercados de carnes bovina ‘in natura’. Em outro segmento, o Brasil já é o segundo maior exportador de frangos para o Canadá, após os EUA. Registre-se a entrega pela Embraer, em dezembro de 2022, das primeiras aeronaves E195-E2 à empresa privada de transporte aéreo canadense “Porter”. Esta comprou 50 daqueles jatos comerciais, com opção para adquirir mais 50.

As oportunidades de lado a lado poderão ser impulsionadas com a almejada conclusão do acordo de livre comércio MERCOSUL-Canadá, cujas negociações se iniciaram em março de 2018.

III - Cooperação em outras áreas

A abertura quase simultânea de três adidâncias junto à embaixada reflete o engajamento do Brasil em estreitar ainda mais as relações com o Canadá e aprimorar o nível de cooperação nas respectivas áreas. A Adidância Agrícola em Ottawa iniciou suas atividades em janeiro de 2019; a de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica foi inaugurada em outubro de 2020; e a da Polícia Federal começou a operar em fevereiro de 2022.

Agricultura: a embaixada tem apoiado o trabalho de diversificação da pauta de exportações do Brasil para o Canadá. Registram-se avanços nos entendimentos técnicos bilaterais por meio do Comitê Consultivo Agrícola (CCA). Este trata, entre outros, de assuntos como alterações legislativas; cotas de importação; cooperação científica agrícola. Em 2022, após sucessivas negociações, enfim se conseguiu a abertura recíproca dos mercados de carne bovina ‘in natura’. Têm prosseguido, ademais, tratativas para que Ottawa certifique outros estados – além de Santa Catarina – como aptos a exportar carne suína ao Canadá e os reconheça como livres de doenças de suínos.

Defesa: está pronto para assinatura o texto do “Acordo-Quadro entre Brasil e Canadá sobre Cooperação em Matéria de Defesa”, a depender de data a ser mutuamente acordada. As negociações se iniciaram em setembro de 2006 e evoluíram, a partir de 2012, para proposta de acordo-quadro, apresentada pelo Brasil.

As questões de defesa também se beneficiam do já mencionado Diálogo Político-Militar (com diplomatas e militares), cujas reuniões tiveram início em 2010. Os principais temas ali tratados têm sido: prioridades e política de defesa de ambos os países; mulheres, paz e segurança; operações de manutenção de paz; desarmamento e não-proliferação; instituições interamericanas de defesa; ameaças e riscos regionais; prioridades para áreas remotas (Ártico e Amazônia); e cooperação bilateral em defesa, como defesa cibernética.

Cooperação policial e em segurança pública: a instalação na embaixada, em fevereiro de 2022, da Adidância da Polícia Federal concorre para acrescida cooperação em outra área

estratégica, em face da utilidade de articulação entre os países para enfrentar o crime organizado, os ilícitos transnacionais e tratar de outras questões correlatas. A presença da Adidância tem possibilitado maior interlocução com a “Royal Canadian Mounted Police” (RCMP) e a “Canada Border Services Agency”, esta responsável pelo controle migratório. Há negociações para a celebração de acordo bilateral de extradição.

Ciência, tecnologia e inovação: desde sua criação, em 2010, o Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação tem sido o principal mecanismo para concertação na área, com atividades iniciadas após a entrada em vigor do Acordo-Quadro Brasil-Canadá para Cooperação em C, T & I, firmado em 2008. O Comitê atua em cinco domínios: (i) tecnologias da informação e comunicação; (ii) ciências da vida, biotecnologia aplicada à saúde e doenças neurodegenerativas; (iii) energia, com concentração em tecnologias sustentáveis (energia solar, ‘smart grids’, biomassa, mineração verde); (iv) ciências do mar; e (v) nanotecnologia. A 5ª reunião do Comitê Conjunto foi realizada virtualmente em 28/4/2021 e contou com a presença de 65 membros das duas delegações, além de 19 palestrantes. A agenda teve foco em inteligência artificial (IA), com ênfase nos seguintes aspectos: estratégias nacionais; redes nacionais de institutos de pesquisa; mecanismos de financiamento bilaterais para pesquisa e desenvolvimento industriais; IA aplicada ao setor agrícola; e IA e ciências da vida.

Cooperação em saúde: A ‘expertise’ do Brasil em vacinação e a experiência do Sistema Único de Saúde são reconhecidas por Ottawa. Os dois lados compartilham o objetivo de maior autonomia no desenvolvimento e na produção de imunizantes. Identifica-se nesse nicho espaço para cooperação bilateral ante desafios comuns de vacinação em massa e para produção futura de imunizantes e insumos. A perspectiva de maior capacidade produtiva do Brasil poderá beneficiar parceiros como o Canadá.

Educação: a cooperação educacional é dos eixos mais dinâmicos do relacionamento bilateral, frequentemente impulsionado pela iniciativa privada, ainda que conte com amparo de institutos e agências dos dois governos. Contam-se aproximadamente doze mil estudantes brasileiros no Canadá. Como regra, outros milhares dirigem-se àquele país para cursos curtos e médios de inglês e francês, embora a pandemia tenha afetado esse fluxo.

IV – Temas culturais

Difusão da língua portuguesa: a despeito de limitações epidemiológicas, foi possível manter certas atividades culturais durante a pandemia. Cite-se, por exemplo, a promoção de seminários virtuais para a difusão da língua portuguesa organizados com a Embaixada de Portugal em Ottawa, em 2021 e 2022, que contaram com a participação, por videoconferência, do professor Godofredo Oliveira Neto, então recém-ingresso na Academia Brasileira de Letras.

Em sua última edição, em 05/05/2023, o evento comemorativo do “Dia Mundial da Língua Portuguesa”, em Ottawa, pôde retomar o seu caráter presencial, em seminário na Universidade de Carleton, em parceria com a Embaixada de Portugal e o recém-reaberto Consulado-Geral de Angola em Toronto.

Ottawa tem valorizado a contribuição das comunidades lusófonas e examinado formas de difundir o ensino do português no Canadá. Este, afinal, procura fazer jus a seu ‘status’ recém-adquirido de observador-associado junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pleito inclusive sugerido e apoiado pelo Brasil.

Promoção da cultura brasileira: mesmo com os desafios pandêmicos, também se conseguiu assegurar a já tradicional participação do Brasil no “Festival Internacional de Cinema de Ottawa” e no “Festival de Cinema Latino-Americano”. Em suas mais recentes edições – realizadas em março e maio/junho de 2023 –, o Brasil fez-se representar com a exibição,

respectivamente, dos filmes "Fogaréu" (2022), de Flávia Neves, e "Pixinguinha" (2021), de Allan Fiterman e Denise Saraceni.

A embaixada e os consulados-gerais têm procurado coordenar-se cada vez mais para gerar sinergias e complementaridades na execução da programação cultural. A embaixada também mantém em pauta a possibilidade de instituição de leitorado brasileiro em estabelecimentos de ensino superior na região de Ottawa-Gatineau.

V – Temas consulares

Segundo a "StatCan", no último censo de 2021, a comunidade brasileira no Canadá foi estimada em cerca 72 mil pessoas. Já o gabinete do primeiro-ministro Justin Trudeau evocou, em comunicado de setembro de 2022, cálculo aproximado de 120 mil membros da "comunidade de ascendência brasileira", que ora residiriam no Canadá. A rede consular brasileira inclui o Setor Consular da embaixada – com jurisdição sobre a região Ottawa-Gatineau – e os consulados-gerais em Toronto, Montreal e Vancouver.

Ademais do compromisso da busca de excelência na prestação de assistência consular em tarefas cotidianas, a embaixada, em cumprimento às orientações da Justiça Eleitoral, também se dedicou à organização das eleições presidenciais de 2022.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Refletir a visão do Itamaraty de ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Manter, ampliar e aprofundar as relações diplomáticas com o Canadá e a promoção e a defesa dos interesses brasileiros com aquele país.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a representar o país e defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Canadá. Fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis, inclusive mediante o fortalecimento do marco institucional das relações entre os dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Estreitar e consolidar o relacionamento nos âmbitos bilateral, regional e internacional e ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado canadense, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países;
2. Fortalecer e impulsionar a cooperação e o diálogo com o Canadá em áreas de interesse comum como fortalecimento da democracia e das instituições democráticas, combate às mudanças climáticas, direitos humanos e combate à discriminação racial, gestão dos fluxos migratórios, saúde, comércio e investimentos, energia/transição energética e defesa;
3. Contribuir para ampliar a influência do Brasil em processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo do Canadá;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Canadá, inclusive mediante a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país e articulação com a imprensa, formadores de opinião e *think tanks*;
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Canadá, em apoio às empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;
6. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público local;
7. Apoiar o desenvolvimento das relações de estados e municípios brasileiros com o Canadá, nos níveis federal, provincial e municipal;
8. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira no Canadá;
9. Realizar o seguimento de iniciativas multilaterais, em curso ou que venham a surgir, em que haja interesses do Brasil e do Canadá;
10. Fortalecer o diálogo em direitos humanos nos âmbitos bilateral e multilateral, inclusive por meio de apoio a encontros e diálogos sobre o tema;
11. Fortalecer a cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Canadá, com vistas a gestar projetos que contribuam a objetivos nacionais estratégicos.
12. Atualizar e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de cooperação educacional e técnica entre Brasil e Canadá;

13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência, com vistas a aumentar a eficiência e capacidade de resposta do posto e contribuir ao aperfeiçoamento da atividade diplomática do Brasil no Canadá.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos
i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com o Canadá, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *Fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de resiliência de cadeias de suprimentos, com a identificação de oportunidades setoriais e conjugação de esforços de setor privado e governos de ambos os países;*
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros. Como não dispõe de Setor de Promoção Comercial e de Atração de Investimentos (SECOM) desde 1997, a embaixada procura articular-se com os consulados-gerais em tais tarefas;*
 - *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado canadense;*
 - *Interlocução com câmaras de comércio, associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Canadá;*
 - *Exame da conveniência de impulsionamento de mecanismos bilaterais como o Conselho Econômico e Comercial Conjunto (JETC).*
 - *Acompanhamento e análise da conjuntura macroeconômica nacional, regional e setorial, bem como das políticas econômica e comercial do Canadá, a fim de fornecer ao Brasil elementos para a formulação de políticas de comércio exterior e de investimentos.*
- 2) Monitorar e apoiar ações para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras**
 - *Acompanhamento de normas e informações que possam ter impactos nos interesses brasileiros, como barreiras comerciais ou medidas com efeito equivalente;*
 - *Monitoramento e informação à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SRE), em Brasília, das repercussões e eventuais decisões do governo do Canadá sobre a adoção de medidas comerciais que possam afetar as exportações brasileiras, inclusive com vistas a mitigar eventuais efeitos adversos ao setor exportador do país;*
 - *Acompanhamento das negociações comerciais do Canadá com outros parceiros, de modo a identificar tendências da política comercial canadense, bem como oportunidades para expandir o escopo da cooperação bilateral.*
- 3) Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em energia e mineração**
 - *Apoio ao diálogo bilateral, com promoção de avanços na cooperação técnica e regulatória em temas de energia, como a energia nuclear civil e o processo de transição energética;*
 - *Identificação de oportunidades para atração de investimentos e aumento da cooperação bilateral no setor de minerais críticos.*
- 4) Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em agricultura e das exportações agrícolas brasileiras para o Canadá**

- *Apoio ao diálogo bilateral no âmbito do Comitê Consultivo Agrícola (CCA), com busca de novas oportunidades de acesso do agronegócio brasileiro ao mercado canadense;*
- *Realização de gestões em apoio aos exportadores de produtos do agronegócio brasileiro;*
- *Fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral em iniciativas de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional;*
- *Prospecção de novas oportunidades para o agronegócio brasileiro, por meio de atividades de inteligência comercial e estudos de mercado de interesse para os exportadores brasileiros.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;**
- 2) Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) com participação da Embaixada;**
- 3) Número de reuniões do Comitê Consultivo Agrícola;**
- 4) Número de reuniões com representantes do governo local cuja pauta tenha como prioridade o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais;**
- 5) Número de relatórios de conjuntura sobre o desempenho da economia local produzidos pela Embaixada.**

II – Relações políticas bilaterais

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Apoiar e fortalecer o relacionamento bilateral entre Brasil e Canadá, por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível

- *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Canadá e vice-versa;*
- *Apoio aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões de mecanismos bilaterais de alto nível;*
- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e canadenses, em formato presencial ou virtual.*

2) Administrar e ampliar a interlocução entre Brasil e Canadá

- *Elevação do perfil do Brasil como interlocutor de relevo em questões de interesse mútuo;*
- *Estreitamento dos contatos com os principais atores da vida política e administrativa canadense, nos níveis federal e provincial, por meio do “Global Affairs Canada” e de outras agências governamentais, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e a estabelecer canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Canadá;*
- *Manutenção de canais regulares de diálogo com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a ação e interesses canadenses em áreas como política externa e interna, gestão migratória, defesa e segurança;*

- *Incentivo e ampliação da cooperação bilateral no campo jurídico e consular;*
- *Representação do governo brasileiro em eventos oficiais.*

3) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa do Canadá

- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa do Canadá, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Canadá e sua ação regional e internacional;*
- *Elaboração de materiais informativos e realização de gestões em linha com interesses e demandas do governo brasileiro.*

4) Fortalecer o diálogo parlamentar e federativo entre Brasil e Canadá e ampliar a presença brasileira no Parlamento e nos governos provinciais daquele país.

- *Apoio à dinamização das relações parlamentares, por meio do Grupo de Amizade Canadá-Brasil no Parlamento canadense, criado em 2017, e do Grupo de Amizade análogo na Câmara dos Deputados do Brasil, existente desde 1993.*
- *Apoio a visitas de parlamentares brasileiros e de representantes de entes federativos ao Canadá;*
- *Promoção de visitas de parlamentares canadenses ao Brasil;*
- *Promoção de iniciativas e encontros com parlamentares canadenses;*
- *Realização de visitas oficiais a províncias do Canadá, em articulação com os consulados-gerais, a fim de manter contatos com autoridades e atores políticos, promover comércio e investimentos, fomentar parcerias em setores como educação, pesquisa e ciência e tecnologia e manter encontros com representantes da comunidade brasileira;*

5) Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de acordos entre Brasil e Canadá;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo do Canadá para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado canadense.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões de mecanismos e de visitas bilaterais;

2) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos e formadores de opinião, entre outros;

3) Número de relatos do posto sobre temas de política interna e externa do Canadá e demais assuntos de interesse para a política externa brasileira;

4) Número das atividades e iniciativas de cooperação na esfera parlamentar e federativa;

5) Número de visitas de parlamentares.

III – Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com o Canadá entre seus membros

- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Canadá em foros multilaterais;*
- *Diálogo com representantes governamentais do Canadá sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Canadá nos foros multilaterais de desarmamento e não proliferação;*
- *Acompanhamento das instituições financeiras de alcance global sediadas no Canadá, com foco em temas de conjuntura econômica e em iniciativas de interesse para a América Latina;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Canadá na Organização Mundial do Comércio e no G20, especialmente no contexto da presidência brasileira deste grupo a partir de dezembro de 2023.*

2) Contribuir para maior concertação bilateral em mecanismos e organismos regionais que contam com a participação do Canadá

- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Canadá em organismos regionais e subregionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA);*
- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Canadá em foros que não contam com a participação do Brasil, como a Cúpula de Líderes da América do Norte (NALS);*
- *Realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades canadenses sobre as prioridades do Brasil em foros como a OEA;*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do governo do Canadá para iniciativas de integração regional.*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

3) Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com o Canadá entre seus membros.

- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo do Canadá a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de gestões e reuniões promovidas com autoridades canadenses sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais;
- 3) Número de reuniões promovidas com autoridades canadenses sobre temas regionais;
- 4) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.

IV – Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Ampliar a difusão da cultura e das referências culturais brasileiras junto à sociedade canadense

- *Apoio e estímulo à participação brasileira em alguns dos principais eventos culturais na jurisdição de Ottawa-Gatineau, como o Festival Internacional de Cinema de Ottawa;*
- *Programação de atividades na Residência Oficial do Brasil;*
- *Apoio à organização de ciclos de cinema brasileiro e latino ou ibero-americano e em mostras e festivais de cinema, como o já tradicional Festival de Cinema Latino-Americano em Ottawa;*
- *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira no Canadá;*
- *Prospecção do mercado para apoio à publicação de edições de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição no Canadá;*
- *Promoção de atividades culturais em parceria com missões de países membros e/ou observadores – como o é o Canadá – da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em línguas inglesa e/ou francesa, em especial ao público infanto-juvenil.*

2) Promover o intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que o Canadá tenha reconhecida tradição

- *Apoio a iniciativas que contribuam para fomento de programas educacionais e intercâmbio cultural;*
- *Elaboração de programação cultural que privilegie a diversidade cultural de ambos os países e identidades nacionais das minorias e povos originários;*
- *Fomento ao intercâmbio na área musical, por meio de festivais de música, com ênfase à música popular brasileira;*
- *Fomento ao intercâmbio na área de artes plásticas, com promoção e apoio institucional a exposições de artistas brasileiros em galerias no Canadá e, em particular, na jurisdição de Ottawa-Gatineau;*
- *Fomento a trocas de experiências e acervos entre renomadas bibliotecas e instituições culturais, com vistas a facilitar a organização de exposições itinerantes;*

3) Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Interlocução com potenciais apoiadores empresariais, para buscar maior engajamento em atividades culturais promovidas pela Embaixada;*

- *Divulgação de atividades culturais brasileiras;*
- *Apoio a eventos de promoção da moda, 'design' e produção cultural e científica brasileira.*

4) Promover o Brasil como destino turístico de viajantes do Canadá

- *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e influenciadores;*
- *Apoio a iniciativas dos estados e municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado canadense;*
- *Apoio a entidades e a associações do 'trade' turístico interessadas em realizar eventos de promoção do turismo;*
- *Coordenação acrescida com os consulados-gerais do Brasil no Canadá, para respaldar atividades congêneres.*

5) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público canadense

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na embaixada, em coordenação com entidades brasileiras e canadenses, para divulgação de produtos brasileiros;*
- *Realização de eventos para divulgação da trajetória de crescimento da produtividade, inovação tecnológica e adoção de práticas de sustentabilidade e baixa emissão de carbono no agronegócio brasileiro, em coordenação com entidades brasileiras.*

6) Promover os interesses nacionais e a parceria bilateral junto a *think tanks* no Canadá

- *Diálogo sobre a parceria bilateral com lideranças dos principais think tanks de Ottawa e entorno e de diferentes regiões do Canadá;*
- *Apoio à organização de eventos sobre o Brasil e a parceria bilateral em think tanks, inclusive com a participação de autoridades brasileiras em visita a Ottawa;*
- *Incentivo à produção de artigos, relatórios e outros materiais que fomentem reflexão sobre o Brasil e a parceria bilateral.*

7) Incentivar, sob enfoque objetivo, discussões sobre o Brasil e a parceria bilateral na esfera pública canadense

- *Interlocução com veículos da grande imprensa a fim de transmitir visão atualizada do País e da parceria bilateral;*
- *Intercâmbio com formadores de opinião para estimular debate continuado sobre as relações com o Brasil;*
- *Apoio às atividades de imprensa de autoridades brasileiras em visita a Ottawa;*
- *Desenvolvimento de contatos com órgãos da imprensa regional;*
- *Atendimento às demandas dos correspondentes brasileiros;*
- *Atendimento às demandas dirigidas à Embaixada por profissionais da imprensa, em especial de órgãos canadenses.*

8) Disseminar informações sobre o Brasil e a parceria bilateral para o grande público canadense, e também sobre temas de interesse da comunidade brasileira no Canadá

- *Utilização de mídias sociais e outras ferramentas virtuais para a divulgação, junto a audiências locais, de informações sobre o Brasil e as relações com o Canadá;*
- *Produção de mensagens audiovisuais dirigidas à comunidade brasileira no Canadá.*
- *Apoio, sempre que pertinente, à divulgação de campanhas governamentais brasileiras.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros;
- 2) Número de ações de promoção cultural;
- 3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira;
- 4) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR;
- 5) Número de ações e eventos de promoção de práticas de sustentabilidade no agronegócio brasileiro;
- 6) Número de atividades e iniciativas relacionadas ao Brasil empreendidas por *think tanks* com o apoio da embaixada;
- 7) Número de contatos mantidos pela Embaixada com veículos de imprensa e formadores de opinião;
- 8) Número de atividades de imprensa organizadas com o apoio da embaixada para autoridades brasileiras em visita a Ottawa;
- 9) Número de atendimentos à imprensa;
- 10) Números relacionados a ações de comunicação da embaixada em redes sociais.

V - Cooperação para o combate à mudança do clima, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Promover diálogo e cooperação bilateral abrangente com o Canadá em matéria ambiental

- Fortalecimento do diálogo institucional com o governo do Canadá sobre desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.
- Reforço da interlocução com o setor privado e a sociedade civil locais, em benefício de oportunidades de cooperação técnica e financeira, e de promoção da imagem do Brasil nos planos ambiental e climático;
- Apoio às ações do governo brasileiro com vistas à mobilização de recursos do governo e do setor privado do Canadá para iniciativas ambientais brasileiras;
- Fortalecimento do diálogo técnico bilateral em prol da sustentabilidade com governo, setor privado e academia, com intercâmbio de soluções inovadoras em áreas como energia limpa, agricultura de baixo carbono, infraestrutura sustentável, finanças verdes e cidades inteligentes.

2) Promover diálogo e cooperação multilateral abrangente com o Canadá em matéria ambiental

- *Apoio ao diálogo Brasil-Canadá sobre clima e desenvolvimento sustentável, com vistas a identificar possíveis convergências na agenda de fóruns globais como a Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o G20;*
- *Fortalecimento da coordenação Brasil-Canadá em iniciativas como a candidatura da cidade de Belém a sede da COP 30 da UNFCCC.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;**
- 2) Escopo e dimensão de iniciativas de cooperação sobre meio ambiente e mudança do clima.**

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Canadá**
 - *Acompanhamento da organização e da formulação da agenda substantiva das próximas reuniões do Comitê Conjunto Brasil-Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação;*
 - *Apoio ao diálogo entre os ministérios e agências governamentais dos dois países para a continuidade de projetos em curso e avaliação de possibilidades de cooperação em setores estratégicos;*
 - *Apoio a missões temáticas de pesquisadores, acadêmicos e empresários brasileiros ao Canadá;*
 - *Intensificação do diálogo com a comunidade científica brasileira no Canadá com vistas ao desenvolvimento de projetos de interesse nacional.*
- 2) Contribuir para o desenvolvimento e execução de políticas públicas e iniciativas normativas nacionais na área de CT&I**
 - *Apoio à aproximação entre instituições brasileiras de fomento à pesquisa e suas congêneres canadenses;*
 - *Fomento à realização de intercâmbios de modelos de gestão e de ações conjuntas no financiamento à pesquisa;*
 - *Acompanhamento de iniciativas canadenses em curso para a regulamentação da internet e da inteligência artificial;*
 - *Compartilhamento de experiências para a ampliação da presença de mulheres em CT&I.*
- 3) Fomentar a cooperação em CT&I para a preservação ambiental e o combate à mudança do clima**
 - *Prospecção de oportunidades de CT&I em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia e do uso de energias renováveis;*
 - *Fomento de intercâmbio entre entidades congêneres de ambas as partes.*
- 4) Fomentar a cooperação em CT&I para a inovação do setor produtivo nacional**
 - *Apoio à aproximação do setor produtivo brasileiro a centros de excelência no Canadá e em áreas estratégicas para a transição tecnológica brasileira;*

- Apoio a ações de inserção de startups brasileiras nos sistemas de inovação do Canadá, aproximando-as de parques tecnológicos e investidores locais; e
- Fomento a iniciativas canadenses – em níveis federal e provincial – em setores estratégicos para a indústria nacional.

5) Fomentar a cooperação em CT&I para o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro

- Acompanhamento do fornecimento de insumos canadenses ao programa espacial brasileiro;
- Prospecção de iniciativas conjuntas no âmbito do Programa Ártemis, de exploração lunar e marciana.

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões sobre o tema;

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas: reuniões bilaterais e entre ministérios e agências de CT&I; missões e encontros com pesquisadores, empresários e entidades setoriais.

VII - Cooperação em educação, promoção da variante brasileira da língua portuguesa, saúde e defesa

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Impulsionar a cooperação educacional bilateral e incrementar a mobilidade acadêmica entre os dois países

- Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas canadenses para promover iniciativas de interesse comum;
- Estruturação de políticas e iniciativas de fomento à imagem do Brasil como polo de atração de estudantes e pesquisadores canadenses;
- Estímulo à internacionalização da rede acadêmica brasileira;
- Apoio ao desenvolvimento de programas acadêmicos na Amazônia;
- Promoção das atividades do programa de leitorado na região de Ottawa-Gatineau;
- Promoção do engajamento de acadêmicos no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de impulso a seu uso como língua de herança por parte da comunidade brasileira radicada no Canadá.

2) Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da variante brasileira da língua portuguesa

- Promoção da marca “Instituto Guimarães Rosa (IGR)” no Canadá como ator institucional em atividades de difusão da língua portuguesa;
- Estímulo à continuidade e ampliação da oferta de cursos de português nas universidades no Canadá;
- Estímulo ao intercâmbio de professores de línguas entre os dois países;
- Estímulo à capacitação de professores canadenses de português com vistas a dar continuidade às atividades de ensino do português como língua de herança;

- *Estímulo à ampliação do alcance territorial do ensino do português do Brasil no Canadá, mediante utilização da experiência de ensino à distância desenvolvida durante a pandemia;*
- *Celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa e de outras atividades de promoção da cultura e do idioma, inclusive em coordenação com outros países lusófonos e/ou observadores da CPLP (como é o caso do próprio Canadá).*

3) Contribuir para ampliação do diálogo em saúde

- *Apoio à institucionalização de encontros regulares bilaterais de autoridades de saúde dos dois países;*
- *Acompanhamento de iniciativas em curso no Canadá sobre financiamento a projetos de saúde, com ênfase em oportunidades de parceria para pesquisa de doenças tropicais;*
- *Apoio ao diálogo de entidades de pesquisa “equiparáveis” no Brasil e no Canadá; e*
- *Acompanhamento de iniciativas do Canadá para melhoria da saúde da população indígena.*

4) Incentivar a cooperação na área de segurança

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países nas áreas de segurança pública;*
- *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate a ilícitos transnacionais, em coordenação com a Adidância da Polícia Federal junto à embaixada em Ottawa.*

5) Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países

- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo do Canadá, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Apoio às reuniões de mecanismos bilaterais e entre autoridades de ambos os países;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial do Canadá em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas para promover melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e do Canadá.*

6) Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Canadá, em coordenação com a Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica junto à Embaixada em Ottawa.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos para fomento a parcerias entre instituições educacionais brasileiras e canadenses;

2) Número de eventos e iniciativas de divulgação do objetivo de internacionalização da rede acadêmica brasileira;

3) Número de estudantes canadenses que se deslocam ao Brasil para cursos de curta, média ou longa duração;

4) Número de contatos com autoridades de defesa do Canadá e de reuniões bilaterais em matéria de defesa;

5) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa.

VIII - Cooperação para promoção dos direitos humanos e do combate às desigualdades

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Fomentar a cooperação técnica bilateral

- *Prospecção de oportunidades de ações de cooperação entre a Agência de Cooperação Brasileira (ABC) e suas contrapartes no Canadá, em níveis federal e provincial;*

2) Contribuir para o fortalecimento da cooperação em direitos humanos entre Brasil e Canadá

- *Acompanhamento de eventual articulação entre Brasil e Canadá sobre temas de direitos humanos nos foros multilaterais, em especial nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos;*
- *Apoio ao diálogo entre o Ministério da Igualdade Racial e autoridades canadenses em projetos de resgate da cultura e memória africanas no Brasil;*
- *Apoio a encontros temáticos sobre temas de importância para Brasil e Canadá como defesa da democracia; direitos laborais; igualdade de gênero; e promoção da igualdade racial e proteção dos direitos das pessoas LGBTQI+.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção dos direitos humanos e o combate às desigualdades;
- 2) Número de contatos com autoridades locais responsáveis pela promoção dos direitos humanos e combate às desigualdades;
- 3) Número de reuniões de alto nível na área de direitos humanos.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Trago ao exame desta Comissão a Mensagem nº 44, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Por expressa exigência constitucional, compete a este Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Regimento Interno, por sua vez, atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tenho a felicidade de relatar a indicação do Embaixador Carlos França, competente e discreto amigo com quem tive a honra e a oportunidade de trabalhar nos anos de 2021 e 2022 e também com quem muito aprendi nesses dois anos. Estou segura de que ele fará excelente apresentação de suas propostas e objetivos a esta Comissão.

O Embaixador Carlos França nasceu em Goiânia e obteve dupla graduação pela Universidade de Brasília, em Relações Internacionais e Direito. Após sucessivas promoções por merecimento, tornou-se Ministro de Primeira Classe no ano de 2019. Sua tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco trata da integração energética entre Brasil e Bolívia.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, La Paz e Assunção. Na Secretaria de Estado, trabalhou em setores de administração e chefiou o Cerimonial, tendo recentemente ocupado a digníssima posição de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Teve ainda importantes atuações fora do Ministério, na Presidência da República, onde foi Chefe Adjunto e Chefe do Cerimonial e Assessor-Chefe da Assessoria Especial.

Foi galardoado com múltiplas condecorações, entre as quais destaco as Ordens de Rio Branco, do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico, do Mérito da Defesa, do Mérito Educativo e do Mérito Científico, todas em seu mais elevado grau, aquele da Grã-Cruz. Recebeu ainda a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, por valiosos serviços prestados ao nosso Poder Legislativo Federal.

Ademais, gostaria de ressaltar que no período em que fui Ministra da Agricultura, o Embaixador Carlos França à época a frente do Itamaraty foi um grande parceiro para o fortalecimento da diplomacia agrícola brasileira. Trabalhamos em conjunto para promover os interesses do setor agropecuário nacional nos principais mercados internacionais, bem como para defender os valores da sustentabilidade e da segurança alimentar. Essa cooperação foi de suma importância para reafirmar o compromisso do Brasil com o desenvolvimento econômico e social do país, baseado na produção de alimentos de qualidade e no respeito ao meio ambiente.

Trabalhamos também na busca por fortalecer o sistema multilateral de comércio, que é essencial para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das relações comerciais. Acreditamos que a OMC é o fórum adequado para discutir e resolver as questões que afetam o comércio global, para que se construa uma economia global saudável no século XXI.

Destaco ainda, a conquista que obtivemos na COP26 com a adesão do Brasil ao compromisso global para a redução das emissões de metano, que demonstraram o compromisso inequívoco que o Brasil tem com os esforços

globais para o enfrentamento à mudança do clima. Novamente, o Ministro Carlos França demonstrou competência, liderança e visão durante as negociações da Convenção.

Feito um breve resumo do currículo do indicado, passo a tratar do Canadá, com menção à política interna e internacional e destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

O Canadá é o segundo maior país do mundo em extensão territorial, apenas atrás da Rússia, e situa-se na América do Norte, somente possuindo fronteira terrestre com os Estados Unidos, ao sul e ao oeste. Ainda é esparsamente povoado para suas dimensões, com menos de 40 milhões de habitantes, concentrados majoritariamente na franja sul do território.

Apesar das evidentes diferenças de clima e posição geográfica, Canadá e Brasil mantêm diversos pontos de convergência política. Ambos são países multiétnicos e multiculturais, com extenso território e expressiva população indígena, dotados de abundantes recursos naturais e áreas florestais, preocupados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, interessados na questão ambiental, engajados na derrubada de barreiras ao comércio de produtos agrícolas, defensores da paz e promotores do consenso.

A Embaixada do Brasil em Ottawa, originalmente uma legação, obteve sua nova designação em 1943, um ano antes de a Embaixada do Canadá ser estabelecida em nosso país. Atualmente, há ainda quatro outros postos brasileiros no Canadá, bem como outros cinco postos canadenses no Brasil. Contamos com Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas de Alto Nível desde 1995 e, mais recentemente, o diálogo bilateral tem sido conduzido no nível de Parceria Estratégica, com reuniões periódicas de Chanceleres.

A Ministra das Relações Exteriores do Canadá, Mélanie Joly, visitou o Brasil na semana passada, no marco da quarta reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, quando foram reiterados os compromissos de seu país de dar contribuições financeiras para a conservação de florestas e ampliar os investimentos canadenses no setor de energias renováveis. Foi ainda assinado acordo de cooperação entre os países na área da defesa.

O comércio canadense ainda está fortemente concentrado nas relações com os Estados Unidos, destino de 70% de suas exportações. A corrente de comércio Brasil-Canadá alcançou 10,5 bilhões de dólares em 2022,

valor mais elevado da série histórica, com superávit brasileiro de 232 milhões de dólares. Cerca de três quartos das importações brasileiras concentraram-se em adubos e fertilizantes, enquanto a pauta exportadora esteve mais variada.

A maturidade das relações comerciais entre Brasil e Canadá também se manifesta em significativos investimentos diretos entre os dois países. O Canadá é um dos principais países de origem no Programa de Parceria de Investimentos brasileiro, enquanto a Vale conta com expressiva participação no Canadá, principalmente no campo da extração do níquel.

Se as convergências políticas são evidentes, no segmento econômico as semelhanças também se traduzem em algum grau de competição. Por exemplo, produtos como petróleo cru, alumínio e peças automotivas contam com participação relevante na pauta de exportações de ambos os países. A competição é ainda mais nítida no segmento aeroespacial, no qual Brasil e Canadá ocupam lados opostos nos dois principais consórcios globais de produtores: a canadense Bombardier alinha-se à francesa Airbus, enquanto a brasileira Embraer alinha-se à estadunidense Boeing. Por longo tempo, contencioso entre a Embraer e a Bombardier referente a subsídios dificultou as relações bilaterais, finalmente alcançando-se um acordo no ano de 2021.

Ainda quanto à questão econômica, o Canadá é importante promotor de redes de comércio regionais. É membro do T-MEC, que substituiu o NAFTA, junto a Estados Unidos e México; aplica provisoriamente o CETA nas relações com a União Europeia; firmou a Parceria Transpacífica, com projeção para Ásia, Oceania e América do Sul; e atualmente negocia acordo de livre comércio com o Mercosul.

A cooperação em matéria ambiental ainda é um espaço de muitas promessas e poucas realidades, que tende a ganhar grande fôlego em um futuro próximo. Como a recente visita da Chanceler canadense ao Brasil pôde sinalizar, os interesses compartilhados em energias renováveis, com destaque para o hidrogênio verde, podem impulsionar parcerias entre os dois países.

Por sua vez, a cooperação em matéria educacional é ponto de grande destaque nas relações bilaterais, sendo o Canadá, na atualidade, o país que mais recebe estudantes brasileiros no exterior, desbancando parceiros tradicionais como os Estados Unidos, a França e o Reino Unido.

Por fim, destaco que o Canadá abriga expressiva comunidade brasileira, havendo cerca de 50 mil residentes permanentes brasileiros no país, segundo dados do Censo Canadense de 2021. Diante de uma política proativa de vistos e autorizações de residência, o número de expatriados continua a crescer. A título de exemplo, apenas no ano de 2022, foram admitidos no Canadá como residentes permanentes quase 7,5 mil brasileiros e como estudantes quase 12 mil brasileiros.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, aproveito a ocasião para novamente cumprimentar o indicado, Embaixador Carlos França, por quem nutro especial apreço, e destacar meu elogio pessoal a sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores.

É o que tinha a expor a esta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE


**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL PAULO ROBERTO
CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**

CPF.: informações pessoais

ID.: informações pessoais

1957 Filho de , na
Cidade do Panamá, Panamá (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
1984 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr
1999 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “O Brasil e As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas”

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
1982 Segundo-secretário
1988 Primeiro-secretário, por merecimento
1995 Conselheiro, por merecimento
2001 Ministro de segunda classe, por merecimento
2013 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1983-87 Representação junto aos Organismos Econômicos Especializados em Londres, segundo-secretário
1987-90 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu, segundo-secretário e primeiro-secretário
1990-92 Embaixada em Port-of-Spain, primeiro-secretário e conselheiro, comissionado
1992-93 Divisão das Nações Unidas, assistente
1993-94 Divisão de Privilégios e Imunidades, chefe
1994-95 Departamento de Organismos Internacionais, chefe de gabinete
1995-03 Divisão das Nações Unidas, chefe
2003-09 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, ministro-conselheiro
2009-12 Embaixada em Beirute, embaixador
2012-13 Presidência da República, assessor especial do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
2013-16 Departamento de Organismos Internacionais, diretor
2016-20 Embaixada em Zagreb, Embaixador
2020- Consulado-Geral em Assunção, cônsul-geral

Publicações:

1998 O Brasil e A Questão dos Refugiados, Política Externa, Editora Paz e Terra, São Paulo
1999 O Brasil e As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, Editora FUNAG, Brasília
2009 Brasil: 60 Anos de Operações de Paz (301p), Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Marinha do Brasil, Rio de Janeiro

- 2011 Brazil: 60 Years of Peacekeeping Operations (301p), Editora: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, edição em inglês
- 2015 O Brasil e as Nações Unidas - 70 anos (org.), Editora FUNAG, Brasília

Condecorações:

- 1992 Medalha do Pacificador, Exército brasileiro
- 1994 Medalha Mérito Santos-Dumont, Força Aérea Brasileira
- 1994 Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Polícia Militar do Distrito Federal
- 1997 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
- 1997 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Oficial, Estado-Maior das Forças Armadas
- 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Força Aérea Brasileira
- 2002 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Ministério das Relações Exteriores
- 2006 Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Exército brasileiro
- 2009 Medalha Amigos da Marinha, Marinha do Brasil
- 2011 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Marinha do Brasil
- 2012 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial, Ministério da Defesa
- 2012 Ordem Nacional do Cedro, Grande Oficial, Líbano
- 2013 Medalha Humanitária Sergio Vieira de Mello, Ministério das Relações Exteriores
- 2013 Medalha Colaborador Emérito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Marinha do Brasil
- Ordem do Duque Branimir, Grande Oficial, Croácia

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2023

(n° 295/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 295

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de junho de 2023.

EM nº 00159/2023 MRE

Brasília, 15 de Junho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 372/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/06/2023, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4353727** e o código CRC **451D23FD** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BULGÁRIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Bulgária
GENTÍLICO	Búlgaro (a)
CAPITAL	Sófia
ÁREA	110.994 km²
POPULAÇÃO	6 519 789 (Senso 2021)
IDIOMAS	Búlgaro – idioma oficial
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristão ortodoxo (82,6%), muçulmano (12,2%), católico (0,6%), protestante (0,5 %), outras.
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (Parlamento)
CHEFE DE ESTADO	Rumen Radev (desde 01/2017)
CHEFE DE GOVERNO	Nikolai Denkov (desde 06/2023)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Maria Gabriel (desde 06/2023)
PIB nominal (2021)	US\$ 84.06 (bilhões)
PIB PPP (2021)	US\$ 193,35 bilhões de dólares
PIB <i>per capita</i> (2021)	US\$ 12.221,5
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 28.113,1
IDH (2021-PNUD)	0,795 (68ª posição)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	98 %
EXPECTATIVA DE VIDA	72 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	4,4 % (2022)
UNIDADE MONETÁRIA	lev
EMBAIXADOR NO BRASIL	Bozhidara Sarchadzhieva (desde 04/2021)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	400

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC / AliceWeb

BRASIL → BULGÁRIA	2014	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	438,8	251,51	243,01	160,99	149,4	164,5	406,8	188,14	138,8	293,82	486
Exportações	358,7	218,58	205,54	117,9	102,5	116,2	344,5	131,83	84,2	216,48	323,1
Importações	80,1	32,93	37,48	43,09	46,9	48,3	62,3	75,52	54,6	77,340	162,9
Saldo	278,6	185,66	168,06	74,82	55,5	67,9	282,1	53,6	29,6	139,14	160,2

APRESENTAÇÃO

Situada no sudeste da Europa, a República da Bulgária (em búlgaro: Република България) faz fronteira com a Romênia ao norte, a Sérvia e a Macedônia do Norte a oeste, a Grécia e a Turquia ao sul, e o Mar Negro a leste. A capital e maior cidade do país é Sófia; outras grandes cidades são Plovdiv, Varna e Burgas. Com um território de 110.994 km², a Bulgária é o 16º maior país da Europa em extensão.

Em 1946, a Bulgária tornou-se um estado socialista de partido único e integrante do bloco soviético. Mediante grande pressão popular, o Partido Comunista renunciou ao monopólio do poder durante o período do colapso do bloco socialista a partir de 1989, permitindo eleições multipartidárias em 1990. A Bulgária passou, então, por processo de transição para a democracia e a economia de mercado.

Após adotar constituição democrática em 1991, a Bulgária passou a ser uma república parlamentar unitária com alto grau de centralização política, administrativa e econômica. Desde então, o país buscou adaptar suas instituições para participar dos mecanismos e organizações euro-atlânticas.

A Bulgária é um estado fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), tendo assinado os Acordos de Helsinki em 1973. Aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, tornou-se membro da União Europeia em 2007 e encontra-se empenhada em acelerar seu ingresso no espaço Schengen e na Zona Euro.

A economia búlgara faz parte do mercado comum da União Europeia e é composta principalmente pelo setor de serviços, seguidos da indústria – especialmente a construção de máquinas e mineração – e da agricultura. A corrente de comércio com o Brasil totalizou 486 milhões de dólares em 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rumen Radev
Presidente da República da Bulgária



Nascido em 1963, em Dimitrovgrad, na província da Trácia. Formou-se em 1987 pela Universidade da Força Aérea Búlgara Georgi Benkovski; em 1992, pela Escola de Oficiais de Esquadrão da Força Aérea dos EUA na Base Aérea Maxwell; em 1996, pela Rakovski Defense and Staff College; e, em 2003, obteve mestrado em estudos estratégicos no Air War College na Base Aérea Maxwell nos Estados Unidos. Alcançou o posto de Comandante da Força Aérea em 2014.

Dedicou-se à carreira militar até o ano de 2016, quando foi apoiado pelo Partido Socialista da Bulgária como candidato independente à presidência. Antes de sua candidatura à presidência, ocupou apenas funções militares.

Em 15 de novembro de 2016, derrotou, em segundo turno, a candidata do opositora Tsetska Tsacheva, com 59,37% dos votos. Tomou posse em 22 de janeiro de 2017. Em novembro de 2021, foi reeleito para um segundo mandato como Presidente da República da Bulgária e assumiu o cargo em 24/01/2022.

Tem uma filha e um filho de seu primeiro casamento com Ginka Radeva. Atualmente é casado com Desislava Gencheva. É fluente em russo, alemão e inglês.

Nikolai Denkov



Primeiro-Ministro do Governo da Bulgária

Nikolai Denkov nasceu em 3 de setembro de 1962 em Stara Zagora. Graduou-se em Física e Química na Universidade de Sófia em 1987. Em 1993, obteve doutorado na área pela mesma universidade, onde tornou-se professor desde 1997. Atualmente é membro na Academia de Ciências da Bulgária e da Academia Europeia de Ciências.

Durante sua vida profissional, trabalhou como pesquisador visitante na “Japan Science Foundation” (JRDC), pesquisador sênior no “Rhône-Poulenc Institute” (França), cientista líder no “Unilever Research Institute” (EUA) e foi professor visitante na Escola de Engenharia de Física e Química Industrial ESPCI-Paris e na Universidade de Lille (França). O acadêmico Nikolai Denkov recebeu vários prêmios de prestígio internacional por suas realizações científicas.

De 2014 a 2016 foi Vice-Ministro da Educação e da Ciência da Bulgária. De maio de 2021 a dezembro de 2022 exerceu o cargo de Ministro da Educação e da Ciência da Bulgária.

Em outubro de 2022 foi eleito Deputado pelo partido “Continuamos a Mudança” (WCC) e reeleito nas últimas eleições de 2 de abril de 2023. Em 07 de junho de 2023 foi empossado como Primeiro-Ministro da Bulgária.

Maria Gabriel



Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo da Bulgária

Maria Gabriel nasceu em 20 de maio de 1979 em Gotse Delchev. Graduada em "Filologia Búlgara e Francesa" pela Universidade "Paisii Hilendarski" de Plovdiv (2001), tornou-se Mestre em política comparada e relações internacionais na “École doctorale de sciences politiques de Bordeaux” (França), em 2003.

Maria Gabriel foi eleita 3 vezes (2009, 2014 e 2019) deputada búlgara ao Parlamento Europeu, junto ao qual, de 2014 a 2017, exerceu a posição de vice-presidente do grupo “Partido Popular Europeu” (PPE).

De julho de 2017 a novembro de 2019, Maria Gabriel foi Comissária Europeia para Economia Digital e Sociedade. Em seguida, de dezembro de 2019 a 10 de maio de 2023, foi Comissária Europeia para Inovações, Investigação, Cultura, Educação e Juventude.

Maria Gabriel é portadora de vários prémios europeus e internacionais de prestígio, entre eles, foi ganhadora por duas vezes do prémio de eurodeputada do ano.

Tornou-se Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo da Bulgária em 07 de junho de 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

Antecedentes

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a recuperação, em 5 de maio de 1909, da soberania da Bulgária, país foi dominado anteriormente pelo Império Otomano. As relações diplomáticas com a Bulgária foram estabelecidas pelo Decreto Nº 24.698, de 12 de julho de 1934, por meio do qual a missão diplomática do Brasil com sede em Bucareste passou a ser exercida cumulativamente com a Bulgária. O Ministro Plenipotenciário do Brasil na Romênia, Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, apresentou suas credenciais como representante não-residente do Brasil em Sofia, em 17 de novembro de 1934.

O Brasil e a Bulgária suspenderam, embora não tenham rompido oficialmente, as relações diplomáticas durante a II Guerra Mundial. Entre 1956 e 1961, Brasil e Bulgária iniciaram negociações, em Paris, Buenos Aires e Washington, para restaurar as relações diplomáticas. Em 1961, os dois países lograram acordo, por troca de notas, por meio do qual Brasil e Bulgária se comprometem com a abertura de legações. No mesmo ano, uma legação búlgara foi aberta no Rio de Janeiro, tendo o Ministro Plenipotenciário da Bulgária, Yordan Stefanov, apresentado suas credenciais em 15 de junho de 1962. O Governo brasileiro designou o primeiro Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário residente em Sófia, Armando Braga Ruy Barbosa, em 1963, conforme Mensagem nº 46 ao Senado Federal. Em 1974, as legações do Brasil e da Bulgária foram elevadas ao status de Embaixada.

Intercâmbio de Alto Nível

Em julho de 2000, a Chanceler búlgara Nadezhda Mikhailova visitou o Brasil, em périplo sul-americano que tinha como objetivo ampliar o escopo da política exterior búlgara. Em janeiro de 2005, foi organizada a primeira visita oficial de um presidente búlgaro ao Brasil, a do Presidente Georgi Parvanov (2002-2012), que se fez acompanhar do então Chanceler Solomon Passy e da então Ministra da Economia Lydia Shouleva. Na ocasião, houve a reabertura da Representação Comercial da Bulgária em São Paulo, repartição que sucedeu o Consulado naquela cidade, fechado em 1997.

A partir de 2010, pôde-se observar o estreitamento das relações bilaterais. Em junho de 2010, a Bulgária recebeu a primeira visita de um Chanceler brasileiro, Celso Amorim. Entre 2011 e 2019, foram registrados um total de 8 encontros de alto nível de lado a lado, entre os quais a primeira visita de um Presidente brasileiro à Bulgária e de um Primeiro-Ministro búlgaro ao Brasil.

Em 2011, o PM Boyko Borissov foi ao Brasil para a posse da Presidente Dilma Rousseff, primeira visita de um Chefe de Governo da Bulgária ao país. No mesmo ano, o então Chanceler brasileiro Antonio Patriota visitou oficialmente a capital búlgara e, em outubro de 2011, a Bulgária recebeu a Presidente Dilma Rousseff, primeira Chefe de Estado a visitar o país balcânico.

A mais recente visita em nível presidencial foi a do Presidente Rosen Plevneliev, entre 1º e 3 de fevereiro de 2016. Plevneliev, oriundo do setor privado búlgaro, fez-se acompanhar de numerosa delegação de empresários (das áreas de tecnologia de informação, engenharia, agropecuária, indústria alimentar e construção civil) e, para além da agenda oficial em Brasília, manteve encontros de negócios na FIESP, com vistas a ampliar o comércio bilateral.

Cooperação bilateral

O excelente nível do diálogo político resultou na conclusão de acordos de cooperação com a Bulgária em diversas áreas, como educação, diplomacia, economia, esporte, comércio, cultura, entre outros. Nos últimos anos, foi igualmente possível avançar em negociações de acordos na área jurídica. O mais recente acordo concluído, por troca de notas, foi o Arranjo sobre Autorização de Trabalho para Dependentes de Diplomatas e Oficiais Consulares, em vigor desde 28 de abril de 2020.

Brasil e Bulgária têm, ainda, uma longa tradição de apoio mútuo em fóruns multilaterais, tanto no que diz respeito a candidaturas quanto a temas da agenda global. Nesse sentido, cabe lembrar que a Bulgária apoiou a candidatura brasileira para membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (mandato 2022-2023), em troca de apoio à candidatura búlgara para o órgão (mandato 2038-2039).

Importa sublinhar a colaboração que tem sido prestada ao governo búlgaro pelo Brasil nos últimos anos com relação a suas missões na Antártida. A cooperação com os países sul-americanos, em particular o Brasil, aperfeiçoou a logística de transporte das expedições búlgaras à sua base na Antártida, na ilha de Livingstone. Atualmente, os exploradores búlgaros utilizam uma rota que passa pelo Chile (Punta Arenas - Base Presidente Eduardo Frei Montalva), com avião da Força Aérea Brasileira, um Hércules C-130. Encontra-se em negociação Memorando de

Entendimento bilateral com vistas à ampliação da cooperação antártica entre os dois países. Em 2020, a Bulgária foi incluída no Programa de Intercâmbio de Estudantes de Graduação (PEC-G).

A Bulgária vem acompanhando com interesse os procedimentos internos para a ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Previdência Social, assinado em 2016, que atualmente aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Do lado búlgaro, o instrumento passou por todos os trâmites internos.

Cooperação em Defesa

Em 2020, uma delegação brasileira participou da Exposição de Equipamentos e Serviços de Defesa Internacional “HEMUS 2020”, em Plovdiv, para prospectar possibilidades de cooperação na área de defesa. A parte brasileira destacou interesse em parcerias estratégicas que permitam o desenvolvimento conjunto de projetos de interesse mútuo, por meio de formação de “joint-ventures” no Brasil ou no exterior, aproveitando as áreas de excelência da indústria de defesa brasileira, como a de aviônica e de armas não-letais. A parte brasileira fez convite para que o Vice-Ministro de Defesa da Bulgária visite o Brasil.

Relações Culturais

No campo da literatura, as primeiras obras brasileiras traduzidas para o idioma búlgaro são contos de Machado de Assis e Arthur Azevedo, em coletânea intitulada “Dona Paula” publicada em 1938 na Bulgária. Desde então, mais de 100 livros de autores brasileiros foram traduzidos no país, sendo Jorge Amado e Paulo Coelho os escritores mais conhecidos pelo público búlgaro. Destacam-se ainda obras traduzidas de Clarisse Lispector, Nelson Rodrigues, José de Alencar, Graça Aranha e Carlos Drummond de Andrade. Há igualmente cerca de uma centena de obras de autores búlgaros traduzidos e publicados no Brasil, 17 delas do filósofo e linguista búlgaro, radicado em Paris, Tzvetan Todorov.

Na área das artes cênicas, a peça teatral “A Raposa e As Uvas” de Guilherme Figueiredo foi apresentada em 1957 na Bulgária, com tamanho sucesso que o autor foi convidado a visitar o país balcânico em seguida. Desde então, diversas obras de teatro brasileiros foram exibidas em salas búlgaras. Outro destaque é a exibição de filmes brasileiros no país que sempre tiveram boa aceitação local, desde os clássicos como “Gabriela, Cravo de Canela” e “Orfeu Negro” a obras mais recentes como “Central do Brasil”, “Tropa de Elite” e “Cidade de Deus”. Os filmes brasileiros são recorrentes na programação de festivais de cinema da Bulgária, tendo o filme “Nuvem Rosa”, de Iuli Gerbase, ganhado o prêmio de melhor filme

na edição 2021 do festival “Sofia Film Fest”. Em 2023, o festival exibiu o filme “Miúcha”, que também foi muito apreciado pelo público local.

Na televisão búlgara, foi exibido pela TV NOVA, um dos canais mais assistidos no país, o filme “Querido Embaixador”, de Luiz Fernando Goulart, no contexto da celebração da data nacional brasileira. A obra conta a história do Embaixador brasileiro Luiz de Souza Dantas, que na Segunda Guerra Mundial, opondo-se a instruções do governo, concedeu muitos vistos diplomáticos irregulares para judeus perseguidos pelo regime nazista. Cabe sublinhar, igualmente, que treze telenovelas também foram exibidas na TV búlgara, entre elas, Escrava Isaura, O Clone, Avenida Brasil, O Caminho das Índias e Chocolate com Pimenta.

A música brasileira, sobretudo a Bossa Nova, é bem conhecida na Bulgária e está presente em todas as rádios da cidade. Artistas brasileiros são convidados regularmente a participar de festivais de jazz búlgaros. No que concerne à música clássica, existe grande interação bilateral. Obras brasileiras são recorrentes salas da Bulgária, havendo grande intercâmbio entre de instrumentistas e maestros, convidados a apresentar-se nos dois países. Observa-se, igualmente, que músicos búlgaros têm integrado orquestras brasileiras. A Embaixada brasileira tem papel importante na promoção da música clássica nacional, a exemplo do projeto de apresentação de músicas raras de compositores brasileiros na capital búlgara em 2021.

Esportes são outra área de importante intercâmbio cultural. O Jiu-Jitsu brasileiro é cada vez mais praticado na Bulgária, havendo associação das escolas locais com mestres brasileiros da arte marcial. Além disso, clubes de futebol búlgaros contratam muitos jogadores brasileiros para atuarem em seus times, formando significativa comunidade local de atletas brasileiros e suas famílias. O vôlei de praia é outro esporte que promove a interação entre praticantes e profissionais búlgaros e brasileiros. Cabe mencionar que a capital búlgara recebe recorrentemente diversos campeonatos internacionais, entre eles, em 2022, os campeonatos mundiais de ginástica feminina e de vôlei feminino e masculino, dos quais as seleções brasileiras participaram.

No campo da educação, foi assinado em 2022 acordo de cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Nacional da Economia Mundial, “think-tank” búlgaro onde estudaram a maioria das lideranças políticas do país. A Universidade de Sófia (US), a maior da Bulgária, também colabora com universidades brasileira, como a USP e a UFPB. A US e a Universidade de Veliko Tarnovo oferecem graduação em letras português e há diversos cursos do idioma espalhados no país.

A Embaixada brasileira cumpre papel relevante na promoção da língua portuguesa na Bulgária, em parceria com a Embaixada de Portugal em Sófia e com o Instituto Camões. Em 2022 e 2023, foram realizados no

contexto da referida parceria festivais de cinema em língua portuguesa em Sófia, no quais foram exibidos os filmes brasileiros “Capitães da Areia”, de Cecília Amado, “Jorge Amado”, de João Moreia Salles, “Que Horas ela Volta”, Anna Muylaert, “Piedade”, de Cláudio Assis.

Assuntos Consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na Bulgária soma cerca de 400 brasileiros, sendo 25% deles menores de idade. A maioria dos cidadãos brasileiros na Bulgária são trabalhadores contratados por empresas locais e suas famílias. Destacam-se, entre as profissões, atletas que jogam em equipes de futebol búlgaras e técnicos de empresas de TICs e de call-center. Há igualmente executivos, engenheiros, cientistas e estudantes universitários. Não existe Cônsul-Honorário do Brasil na Bulgária, tampouco Conselho de Cidadãos.

Relações Parlamentares

O lado búlgaro acompanha com interesse o Grupo Parlamentar Brasil e Bulgária, criado pela Resolução da Câmara dos Deputados Nº 11, de 2009. No Parlamento da Bulgária, há um Grupo de Amizade entre Brasil e Bulgária, integrado por 21 membros. Pelo lado brasileiro, encontra-se pendente na Câmara dos Deputados a instalação do referido grupo, iniciativa de grande relevância para diversificar e aprofundar a relações legislativas entre os dois países. Em junho de 2019, o Grupo de Amizade recebeu visita de delegação de parlamentares brasileiros da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE).

POLÍTICA INTERNA

A Bulgária é uma República Parlamentar, em que o Primeiro-Ministro é o Chefe de Governo, e conta com sistema multipartidário. O Poder Executivo é exercido pelo Chefe de Governo, e o poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional e alguns de seus membros investidos em cargos no Governo. O Presidente exerce a função de Chefe de Estado. O Judiciário é independente do Executivo e do Legislativo.

O Parlamento búlgaro é unicameral e composto por 240 deputados, eleitos por mandato de 4 anos. Os poderes e as responsabilidades do Parlamento incluem aprovação das leis, supervisão sobre o Poder Executivo, aprovação do orçamento, programação das eleições presidenciais, eleição e destituição do Primeiro-Ministro e de seu gabinete ministerial, declaração de guerra, envio de tropas para fora do território búlgaro e ratificação de tratados e acordos internacionais.

Em 2020, a Bulgária experimentou ondas de protestos pela destituição do Primeiro-Ministro, Boyko Borissov, e do Procurador-Geral, Ivan Gashev. As manifestações provocaram uma série de demissões de autoridades de alto-nível, entre as quais dos ministros do Interior, da Economia e das Finanças, do Turismo e da Saúde.

Se os vários dias de protestos na Bulgária entre julho e agosto de 2020 não lograram a renúncia do Primeiro-Ministro, Boyko Borissov, resultaram em inesperada renovação das forças políticas do país. Três partidos políticos emergiram dos protestos: primeiramente o "Esse Povo Existe" (TISP), que passou a ser uma das maiores siglas do país, e o "Levante-se! Máfia fora!" (ISMV) e, em seguida, o partido "Continuamos a Mudança" (WCC). Os partidos tradicionais, como o "Cidadãos para o Desenvolvimento Europeu da Bulgária – União das Forças Democrática" (GERB-UDF), do ex-PM Borissov, e o Partido Socialista, do atual Presidente, Rumen Radev, perderam apoio político do eleitorado e, por conseguinte, assentos na Assembleia Nacional. O cenário levou à situação de instabilidade política, uma vez que os três maiores partidos (TISP, GERB-UDF e PS) foram incapazes de formar coalizão para a formação de um governo.

Nos últimos dois anos, a Bulgária passou por cinco eleições parlamentares, uma vez que não se chegou a uma composição das forças políticas capaz de formar um gabinete permanente. A tendência ao surgimento de novas agremiações políticas continua forte e o quadro já discrepa bastante daquele de 2020. O país vem sendo governado por sucessivos gabinetes interinos, nomeados pelo Presidente Rumen Radev, exceto durante o período de dezembro de 2021 a agosto de 2022, quando o país formou governo, sob a liderança do co-líder do partido "Continuamos a Mudança" (WCC), Kiril Petkov, que se tornou Primeiro Ministro com apoio dos partidos Bulgária Democrática (DB) e TISP.

Os partidos e coligações que formam a 49ª Assembleia Nacional, eleita em 2 de abril de 2023, são o "Cidadãos para o Desenvolvimento Europeu da Bulgária – União das Forças Democrática" - GERB-UDF, "Continuamos a Mudança - Bulgária Democrática" -WCC/DB, "Vazrazhdane" (Renascimento), "Movimento pelos Direitos e Liberdades" - DPS, "Partido Socialista Búlgaro" - BSP e "Esse Povo Existe" - TISP.

De acordo com o resultado oficial, a primeira colocada foi a coalizão GERB-UDF (do ex-Primeiro-Ministro Boyko Borissov) com 669.924 votos. O partido "Continuamos a Mudança - Bulgária Democrática" (WCC-DB) ficou em segundo lugar com 621.069 votos. Em terceiro lugar, o partido "Vazrazhdane" (de extrema direita), com 358.174 votos. Em quarto lugar, o Movimento pelos Direitos e Liberdades (DPS) com 347.700 votos, seguido pelo Partido Socialista Búlgaro (BSP) com 225.914 votos. A sexta e última formação a entrar no parlamento foi o movimento "Esse Povo

Existe" (TISP) com 103.971 votos. 109.095 pessoas escolheram a opção "Não apoio ninguém".

O GERB-UDF, partido de centro com tendências conservadoras, que esteve na liderança do Governo de 2009 a 2021, retomou a posição principal na Assembleia com pequena margem em relação ao segundo colocado. O "Continuamos a Mudança", também centrista, de viés neoliberal, e com plataforma anticorrupção, conseguiu quase um terço do Parlamento. Resultado surpreendente desse último pleito eleitoral foi a ascensão do partido de extrema direita "Vazrazhdane", que se eleva ao patamar de terceira bancada na Assembleia Nacional. O desgaste do Partido Socialista, que nas últimas eleições representava a terceira força partidária no Legislativo, rebaixou a agremiação à quinta posição na composição desta legislatura. Outras agremiações do campo ideológico da esquerda não chegaram a alcançar o limiar de quatro por cento dos votos para se fazerem representar na Assembleia.

Na sequência das eleições legislativas de 2 de abril último e depois de intensas negociações, logrou-se a formação de governo regular, mediante acordo entre as duas principais forças políticas do país, que resultou na fórmula de governo rotativo. Tendo inicialmente como Primeiro-ministro, por 9 meses, Nikolai Denkov, do WCC-DB, e como Vice-Primeira-Ministra, Maria Gabriel, do GERB. Segundo esse entendimento, o GERB deverá assumir a chefia do governo por igual período.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar da proximidade relativa a áreas conflagradas ou marcadas por conflitos sectários no seu entorno regional, a Bulgária conserva-se estável do ponto de vista de sua segurança interna. Esse quadro permite que o país desempenhe papel de relevo no contexto balcânico, em particular, em operações para estabilização do Mar Negro, por meio de sua atuação como membro da Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nesse contexto, a Bulgária participou em missões no Afeganistão, Iraque e Kosovo, além de abrigar em território nacional quatro bases americanas, operadas pela OTAN: Bezmer Air Base (Província de Yambol), Novo Selo Range (em Sliven), Aitos Logistics Center (Burgas), e a Base Aérea de Graf Ingatievo (em Plovdiv), a partir das quais são realizadas operações conjuntas de reforço da segurança nas regiões do Mar Negro, Europa Central e Mediterrâneo Oriental.

É, igualmente, no contexto do aprofundamento da cooperação com os EUA e a OTAN, que se insere a compra pelo Governo búlgaro, em 2019, de 8 caças F-16 da Lockheed Martin para substituir a existente

esquadra de jatos MiG-29, de fabricação russa, da Força Aérea búlgara, após um processo de licitação que tinha como principal concorrente o sueco Grippen. A modernização da base industrial de defesa e de segurança búlgara tem um componente estratégico: a Bulgária ainda é fortemente dependente de peças de reposição e de serviços de manutenção russos, uma vez que 80% dos equipamentos de defesa búlgaros são de origem da antiga União Soviética, como herança do Pacto de Varsóvia.

A política externa essencialmente europeia e atlanticista da Bulgária, a partir da década de 90, não se dá em detrimento das relações com outros parceiros tradicionais de fora do bloco europeu, como com a China, a Rússia e a Turquia. A Bulgária foi o país anfitrião da 7a. Reunião de Chefes de Governo da China e de países da Europa Central e Oriental, conhecida como 16+1, em julho de 2018, que contou com a presença do Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang. Além dos elementos históricos e culturais que condicionam as relações bilaterais com a Rússia, a Bulgária vem, a partir do conflito na Ucrânia e em decorrência de pressões da UE, empreendendo esforços para reduzir a dependência energética em relação a Moscou.

Dividindo com a Turquia 269 km de fronteira terrestre, a Bulgária mantém boas relações com seu vizinho, o que lhe confere papel de relevo na defesa e no controle das fronteiras externas da União Europeia. Publicamente, as autoridades europeias reconhecem na Bulgária um parceiro de confiança no controle das fronteiras externas do bloco europeu e da imigração irregular através de seu território, especialmente originária do Oriente Médio, contudo, a despeito de seus esforços no controle migratório rumo à EU através de seu território, não logrou plena integração ao Espaço Schengen.

Por outro lado, nota-se crescente desgaste diplomático entre Moscou e Sófia desde 2019, agravado pela guerra na Ucrânia e pelo maior engajamento da Bulgária nas operações da OTAN, que resultou, inclusive, na declaração, em 2020 e 2021, de inúmeros diplomatas russos *persona non grata* (cerca de 70). A guerra também provocou maior aproximação com os EUA e maior coordenação de posicionamentos em política externa com a União Europeia.

É nesse contexto que a Bulgária tem feito vultosos investimentos para diminuir sua dependência do gás natural de origem russa. O país vem envidando esforços para tornar-se um “hub” de distribuição e exportação de gás natural para os países dos Bálcãs Ocidentais, por meio do chamado Balkan Stream. Para tanto, vem fazendo investimentos na diversificação de seus fornecedores de gás natural. Recentemente, a Bulgargaz adquiriu participação na Alexandroupolis Gas e investiu no gasoduto que traz combustível do Azerbaijão, via Grécia, conectando-se à rede búlgara.

Em mais uma instância de frear eventuais influências de países não-ocidentais, em particular avanços chineses, no Leste Europeu e nos Balcãs Ocidentais, a Bulgária e Estados Unidos firmaram, em 23 outubro de 2020, declaração sobre segurança de rede 5G e Memorando de Entendimento conjunto sobre Cooperação Nuclear Civil Estratégica (NCMOU). Embora não tenha caráter mandatório, a declaração constitui tentativa de vinculação da rede 5G à segurança dos países da Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Cabe destacar, ainda, o engajamento da Bulgária com a Iniciativa Três Mares, que consiste em fórum dos 12 países europeus banhados pelos mares Adriático, Báltico e Negro, a saber: Áustria, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Um dos principais objetivos da iniciativa, apoiada por EUA e Alemanha, é o desenvolvimento da infraestrutura do eixo Norte-Sul da Europa central e do leste, como contraponto aos investimentos chineses no contexto da Belt and Road Initiative. A Bulgária sediou a cúpula da Iniciativa dos Três Mares entre 8 e 9 de julho de 2021.

Prioridade da Política Externa búlgara, as relações com a UE têm sido marcadas pelo conflito na Ucrânia. Desde o início do conflito, a Bulgária posicionou-se em defesa da integridade territorial da Ucrânia. De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores búlgaro, quase 870.000 refugiados ucranianos passaram pela Bulgária e mais de 140.000 deles encontraram refúgio no país.

No contexto do bloco europeu, foco do país continua a ser a sua adesão ao espaço Schengen. A Bulgária começou a trabalhar para a sua adesão em 2008, e, já em 2011, foi reconhecida a sua disponibilidade para implementar plenamente os critérios exigidos. No entanto, por várias razões, o seu ingresso, juntamente com o da Romênia, foi adiado. Na última votação, em dezembro de 2022, a Áustria e os Países Baixos votaram contra a adesão dos dois países, causando grande desapontamento para o governo búlgaro. Especialmente, por haver sido a Croácia incorporada ao Espaço Schengen, apesar de ter ingressado na EU apenas em 2013.

No que diz respeito aos países vizinhos, cabe sublinhar que, em 2022, a Bulgária e a Grécia, inauguraram o gasoduto de interconexão entre os dois países para ajudar a reduzir sua dependência do gás russo. O país desempenhou papel ativo na região dos Balcãs para garantir sua segurança energética.

Destaca-se, igualmente, o agravamento atual das disputas com a República Macedônia do Norte (RMN), desde o veto da Bulgária à adoção de um quadro de negociação para a adesão do país à União Europeia, imposto em 2020. Sófia tem requerido a inclusão da minoria búlgara na RMN na constituição do país, de forma a assegurar-lhes o exercício pleno

de seus direitos civis, como condição para seu assentimento ao ingresso da RMN no bloco europeu. A exigência búlgara foi aceita pela Macedônia do Norte por intermediação da França, durante sua presidência da UE, no primeiro semestre de 2022, mas a reforma constitucional ainda não foi realizada.

Após inúmeros episódios de disputas de narrativas entre os dois países e algumas tentativas de ampliar o diálogo entre governos, como a visita do ex-PM búlgaro, Kiril Petkov, à Skopje em janeiro de 2022, a situação encontra-se em total impasse. O cenário complica-se ainda mais com a escalada de crimes de ódio contra os búlgaros na Macedônia do Norte; falta de governo permanente na Bulgária entre agosto de 2022 e maio de 2023; e apelo a narrativas políticas de cunho populista nos dois países.

Recentemente, em maio de 2023, registraram-se trocas de agressões verbais entre representantes dos governos dos dois países, culminando na aprovação em 17/05, pelo Presidente macedônio, da criação de listas de exclusão, relativas à permissão de entrada em seu país de cidadãos e políticos búlgaros com posições ditas contrárias à segurança nacional da Macedônia do Norte.

Outro tema importante para política externa da Bulgária é a continuação dos esforços para a admissão do país na OCDE. Em 25 de janeiro de 2022, o Conselho da Organização decidiu abrir discussões de adesão com a Bulgária. O país recebeu oficialmente seu roteiro para ingressar na Organização, adotado pelo Conselho da OCDE durante a reunião ministerial anual realizada de 9 a 10 de junho de 2022, em Paris. O governo búlgaro acredita que a adesão à OCDE não só propiciará um reconhecimento adicional da estabilidade, potencial e atratividade da economia búlgara para os investidores, mas também servirá como uma garantia para do compromisso permanente da Bulgária com o desenvolvimento e implementação de políticas sociais e bem-estar econômico. A Bulgária tentará em 2023 cumprir os critérios estabelecidos no roteiro para que possa se incorporar dentro de 2 a 3 anos.

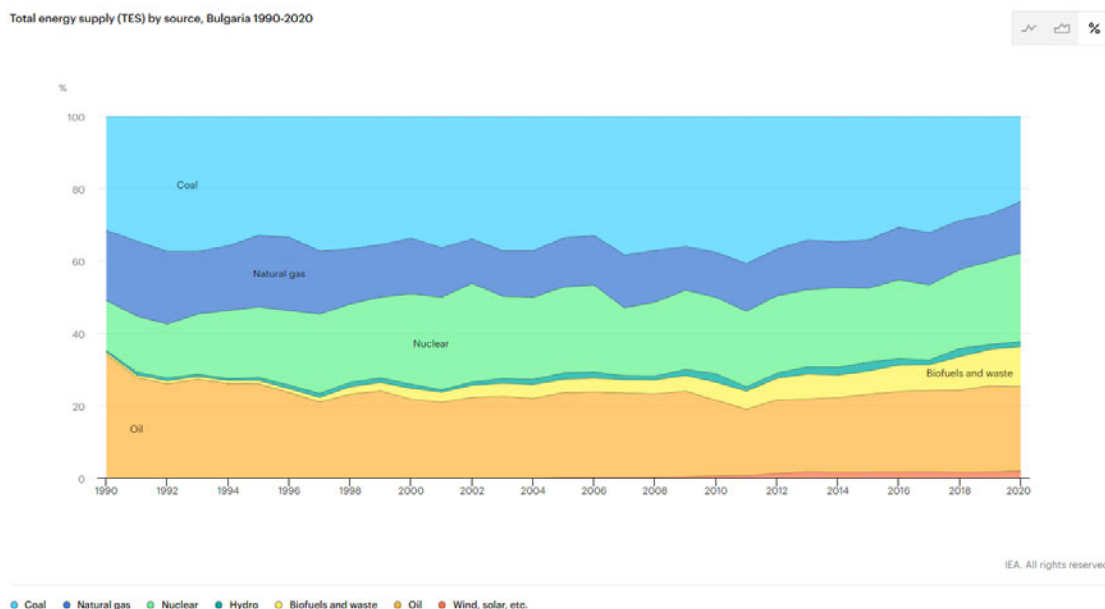
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Bulgária registrou um PIB de 89.12 bilhões de dólares, em 2022, o que representa em torno de 0,09% da economia mundial, de acordo com os dados do FMI. Após uma contração de 4,2% em 2020 devido a pandemia de COVID-19, o PIB da Bulgária cresceu 7,6% em 2021 e 3,8% em 2022. O país tem taxa de desemprego de 4,4% e sua dívida pública representa atualmente 21,1% do PIB.

A Bulgária foi contemplada com recursos do Plano de Recuperação Econômica e Orçamento (2021-2027) da União Europeia, aprovados em

julho de 2020, na ordem de 29 bilhões de euros - quase o dobro (cerca de 13,3 bilhões de euros) a mais do valor alocado para o orçamento do período 2014-2020. Após grandes disputas políticas internas, a Bulgária logrou encaminhar, em 2021, a proposta de plano de recuperação econômica e sustentabilidade para a Comissão Europeia, comprometendo-se a acelerar a transição energética para a menor emissão de carbono. Um dos principais pontos da proposta búlgara diz respeito à desativação gradual das usinas de carvão no país, com vistas à transição para uma economia limpa e sustentável.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA – dados de 2020), a matriz energética da Bulgária é composta sobretudo pelas fontes carvão mineral, petróleo e energia nuclear, seguidas do gás natural e dos biocombustíveis.



No que diz respeito à energia elétrica, as principais fontes são carvão e energia nuclear, que somadas correspondem a mais de 70% da geração de eletricidade no país, seguida por 23% de energias renováveis, sobretudo, os biocombustíveis (dados da UE de 2021). A estrutura de geração de energia elétrica ainda é, portanto, dominada pelas usinas termelétricas a carvão e pelas usinas nucleares, principalmente a planta de Kozloduy.

Pelos dados de 2021, a indústria é responsável por 20,8% do PIB e emprega 31% da mão de obra no país; a agricultura 4,4% do PIB, empregando 6% dos trabalhadores; e o setor de serviços 62,3% do PIB, empregando 63% força de trabalho.

De acordo com dados da “Observatory of Economic Complexity” (OEC), o comércio intra-UE representa mais de 75% das exportações da Bulgária (Alemanha 14,3%, Romênia 10,1%, Grécia 8,2%). Fora da UE, a Turquia (5,9%) e a China (3,4%) são os principais parceiros comerciais da

Bulgária. Entre os produtos exportados destacam-se minérios, produtos da indústria de máquinas e do setor farmacêutico.

Padrão semelhante é observado nas importações búlgaras, com cerca de 75% dos produtos vindos dos países europeus, seguidos da Turquia (8,49%) e da China (5,58%). Entre os principais setores de importação, destacam-se o de máquinas e equipamentos, veículos automotivos, minérios, produtos químicos e petróleo e seus derivados.

Em 2020, a Bulgária foi admitida como membro do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC II) e da União Bancária, um dos pré-requisitos para a entrada do país na Zona do Euro. A perspectiva é de que o país ingresse na zona do euro entre 2024 e 2025, horizonte que contempla o interesse da Bulgária na incorporação plena ao espaço econômico, bem como as dificuldades atuais de atender todos os critérios exigidos.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral vem apresentando tendência de crescimento, tendo atingido a soma de USD 486 milhões, um aumento de 65% em relação ao ano anterior, que representa maior cifra na série histórica desde 2012. No mesmo ano, as exportações brasileiras ao país atingiram a cifra de USD 323 milhões e as importações de USD 163 milhões.

O minério de cobre correspondeu a 85% da pauta exportadora, seguido por açúcar, tabaco e café. O setor de destaque nas importações da Bulgária foi o de adubos e fertilizantes, que correspondeu a 50% das compras brasileiras. O Brasil registrou um superávit comercial bilateral em torno de USD 160 milhões em 2022.

O comércio com a Bulgária tem significativa margem para crescimento, tendo em conta que o país se situa entre mercados consumidores de grande potencial lucrativo para o Brasil, entre os quais a União Europeia, o Sul e o Sudeste europeus, o Oriente Médio e o Norte da África. Uma análise preliminar do mercado búlgaro aponta para oportunidades de ampliação das exportações dos seguintes produtos brasileiros: motores para veículos e autopeças, motores e turbinas para aviação, partes de motores e turbinas para aviação, partes e peças para tratores, tubos flexíveis e laminados de ferro ou de aço, óleos combustíveis, óxidos e hidróxidos de alumínio. Verifica-se ainda demanda de produtos primários tradicionais (café, milho e soja), além de maquinaria agrícola e sementes.

Além disso, o mercado búlgaro mostra-se promissor para investidores brasileiros em função de sua baixa carga tributária, a menor da União Europeia. De fato, a taxa de imposto sobre o rendimento de empresas é fixa em 10%. Setores da indústria que atuam em áreas em que se verifica alto índice desemprego recebem plena isenção. Importação de

equipamentos para projetos de investimento acima de 5 milhões de euros, que gerem pelo menos 50 empregos, gozam de isenção por um período de 2 anos. Resta mencionar, ainda, que a Bulgária detém um dos custos mais competitivos de força de trabalho na Europa Central e Oriental. Some-se a isso o fato de as despesas fixas de instalação e de manutenção de escritório ou fábrica igualmente contribuir para um baixo custo de produção no país. Por essas razões, a Bulgária tornou-se líder em atividades de "outsourcing" e de tecnologia da informação na região.

Esses incentivos levaram, em 2022, a empresa brasileira de embalagens industriais Packem, do Estado de Santa Catarina, a se instalar na cidade de Plovdiv. Outros investidores brasileiros podem aproveitar-se das vantagens fiscais na Bulgária e de sua posição de "hub" para a região dos Balcãs e para toda a União Europeia.

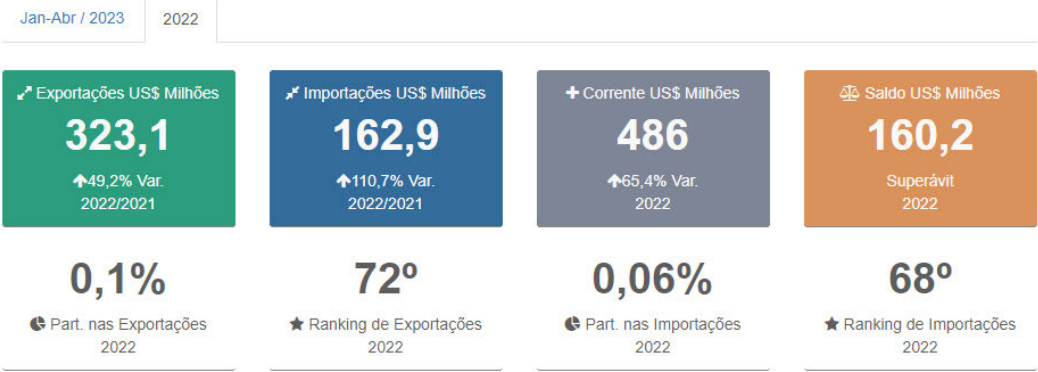
Por fim, cumpre sublinhar que a eventual entrada em vigor do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul igualmente teria potencial de crescimento marginal do comércio brasileiro com o bloco europeu, a partir do incremento das exportações brasileiras para a Bulgária. As autoridades búlgaras não se opõem à ratificação do Acordo Mercosul-EU, porém já expressaram condicioná-la à conclusão de protocolo em separado que contemple as preocupações da UE na área ambiental.

Com vistas a dinamizar o comércio bilateral, o lado búlgaro vem demonstrando interesse no agendamento da primeira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica para explorar maneiras de estimular a ampliação do comércio bilateral. Os copresidentes da Comissão são, pelo lado brasileiro, a Secretária de Europa e América do Norte (SEAN) e, pelo lado búlgaro, o Vice-Ministro da Economia. Proposta de agendamento da primeira reunião da Comissão, em Sófia, ainda em 2023, encontra-se em consideração pelo lado brasileiro.

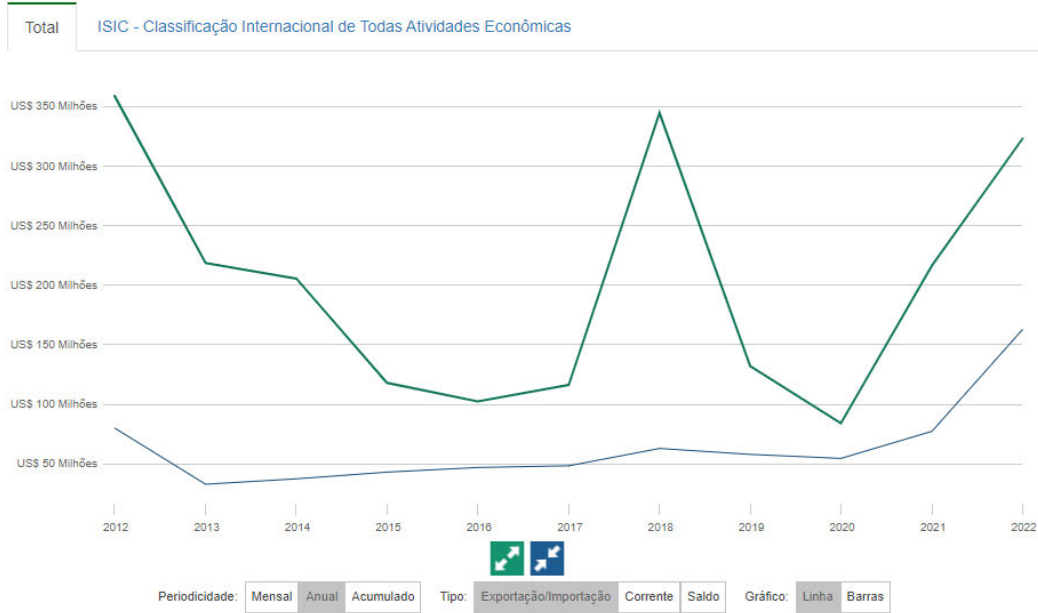
Gráficos da balança comercial (fonte: MDIC):

Bulgária

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Bulgária



Série histórica - Parceiro: Bulgária



CRONOLOGIA HISTÓRICA

632	Os búlgaros, povo originário da Ásia Central, estabelecem-se às margens do Danúbio
1362-96	Invasões turco-otomanas
1444	Batalha de Varna; forças otomanas derrotam Cruzada estabelecida para a libertação da Bulgária
1876	“Levante de Abril”, massacre por forças otomanas; início de revoltas búlgaras de cunho nacionalista contra o Império Otomano

1878	Tratado de San Stefano entre Rússia e Império Otomano decide pela independência da Bulgária; sob influência da Alemanha, Tratado de Berlim revisa San Stefano e cria principado búlgaro autônomo sob soberania otomana
1908	Reconhecimento internacional da independência da Bulgária
1914-18	I Guerra Mundial; Bulgária luta ao lado de Alemanha e Áustria-Hungria
1919	Tratado de Neuilly sela derrota da Bulgária; perde territórios para Grécia, Iugoslávia e Romênia
1941	II Guerra Mundial: a caminho da Grécia, forças nazistas forçam a Bulgária a aliar-se ao Eixo
1944	Exército soviético alcança a Bulgária
1945	Instalação de Governo comunista
1946	Referendo decide pela abolição da monarquia; estabelecida a República Popular da Bulgária
1954-89	“Era Zhivkov”; Todor Zhivkov governa o país por 35 anos
1989	Protestos por reformas políticas levam à deposição de Zhivkov por membros do Partido Comunista
1990	O Partido Comunista deixa o poder de forma voluntária; primeiras eleições livres desde 1946 dão vitória ao próprio Partido Comunista, refundado como Partido Socialista Búlgaro
1992	Vitória eleitoral da União das Forças Democráticas; início de processo acelerado de reformas econômicas e sociais
1993	País passa por processo massivo de privatizações
1997	Crise econômica enseja protestos populares. A moeda búlgara é ancorada ao marco alemão.
2004	Bulgária é admitida na OTAN
2007	Bulgária é admitida na União Europeia
2009	GERB vence as eleições parlamentares
2010	França e Alemanha bloqueiam acesso da Bulgária à área Schengen
2013	Coalizão liberal-socialista vence as eleições parlamentares.
2014	GERB vence eleições antecipadas para novembro e volta ao poder
2017	Em 10 de agosto de 2017 foi assinado o Tratado de Boa Vizinhaça e de Amizade entre a Bulgária e a antiga República da Macedônia, importante iniciativa para pôr fim às divergências históricas e atuais sobre o passado compartilhado pelos dois países.
2018	Rumen Radev assume a presidência
2018	Bulgária ocupa, no 1º Semestre, presidência do Conselho da UE
2020	Bulgária entra no mecanismo oficial de taxa de câmbio da UE (MCT-II), como critério para sua entrada na Zona do Euro
2021	Bulgária passa por três eleições parlamentares (abril, junho e novembro), sem lograr formar governo.

2021	O candidato Kiril Petkov é eleito Primeiro Ministro da Bulgária em dezembro pelo partido Continuamos a Mudança (WCC), coligado com os partidos Bulgária Democrática (DB) e Existe Tal Povo (TISP).
2022	A Bulgária recebeu oficialmente seu roteiro para ingressar na OCDE, adotado pelo Conselho da Organização durante a reunião ministerial anual realizada de 9 a 10 de junho de 2022, em Paris.
2022	Kiril Petkov é destituído do cargo em agosto pelo Parlamento búlgaro.
2022	Em 2 de outubro houve novas eleições para definir o Parlamento na Bulgária. Não foi possível formação de governo na ocasião.
2023	Em 2 de abril foram realizadas as últimas eleições para o Parlamento búlgaro, que está atualmente negociando a formação de governo permanente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1961	Estabelecimento de relações diplomáticas; criação da Legação do Brasil em Sófia
1974	Elevação da Legação brasileira à categoria de Embaixada
1979	Delegação chefiada por Mitko Grigorov, vice-presidente do Conselho de Estado búlgaro, comparece à posse do presidente João Figueiredo
1982	Petar Tantchev, primeiro vice-presidente do Conselho de Estado e presidente do Partido da União Agrária Búlgara, visita o Brasil e é recebido pelo presidente da República, pelos ministros das Relações Exteriores, do Interior e da Agricultura e pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
1984	Ministro do Comércio Exterior, Hristo Hristov, visita o Brasil
1985	Petar Tantchev visita novamente o Brasil, para participar da posse do presidente José Sarney
1993	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, Valentin Kabarachev; assinatura de Acordo de Comércio e de Cooperação Econômica Bilateral
2000	Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros, Nadezhda Mikhailova
2005	Visita ao Brasil do presidente Georgi Parvanov
2010	Visita à Bulgária do ministro das Relações Exteriores. Primeiro-ministro Boyko Boríssov visita o Brasil para cerimônia de posse

	presidencial.
2011	Visita à Bulgária do ministro das Relações Exteriores (2 de setembro); Visita presidencial à Bulgária (5 e 6 de outubro)
2012	Visita do presidente da Bulgária, Rosen Plevneliev, para participar da Rio + 20
2016	Entra em vigor Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Brasil e a Bulgária
2019	Encontro entre o então ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e a ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, Ekaterina Zaharieva, em Varsóvia, à margem da Conferência Ministerial para a Promoção de um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio
2020	Entra em vigor, em 28 de abril de 2020 o Arranjo sobre Autorização de Trabalho para Dependentes de Diplomatas e Oficiais Consulares

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (DOU)
Acordo sobre o Estabelecimento de Escritório para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo	05/12/1980	05/12/1980	17/12/1981
Acordo sobre Navegação Marítima Comercial	19/08/1982	07/06/1984	27/03/1991
Acordo sobre Cooperação Cultural	25/07/1990	13/01/1992	23/12/1992
Acordo para o Estabelecimento de um Regime de Isenção de Visto a Portadores de Passaporte Diplomático ou de Serviço	16/11/1992	16/12/1992	20/11/1992
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica	13/09/1993	28/09/1995	13/10/1995
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	10/04/2003	05/10/2005	-

Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte do Brasil e o Ministério da Juventude e dos Desportos da Bulgária	12/01/2005	12/01/2005	24/01/2005
Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária	05/10/2011	12/01/2016	01/02/2016
Acordo de Previdência Social	01/02/2016		
Arranjo sobre Autorização de Trabalho para Dependentes de Diplomatas e Oficiais Consulares	2020	28/04/2020	

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**MACEDÔNIA DO NORTE****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Junho de 2023**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Macedônia do Norte
GENTÍLICO	Macedônio (a)
CAPITAL	Skopje
ÁREA	25.713 km²
POPULAÇÃO	1,8 milhões (Censo de 2021, publicado em 2022)
IDIOMAS OFICIAIS	Macedônio, Albanês (idioma co-oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã-ortodoxa (46.14%), Muçulmana (32.17%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Unicameral – "Sobranie"
CHEFE DE ESTADO	Presidente Stevo Pendarovski (desde 12/05/2019) – mandato de 5 anos
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Dimitar Kovačevski (desde 17/01/2022)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Bujar Osmani (desde 31/08/2020)
PIB nominal (2021 – B. Mundial)	US\$ 13,8 bilhões
PIB PPP (2021 – B. Mundial)	US\$ 37,8 bilhões
PIB per capita (2021 -B. Mundial)	US\$ 6.7 mil
PIB PPP per capita (2021- B. Mundial)	US\$ 18.3 mil
IDH (2021-PNUD)	0,770/ 78º lugar
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	98%
EXPECTATIVA DE VIDA	75 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	14,4% (2022)
UNIDADE MONETÁRIA	dinar macedônio
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não designado
EMBAIXADOR NA MACEDÔNIA DO NORTE	Maria Edileuza Fontenele Reis (residente em Sófia)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	50 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → MACEDÔNIA DO NORTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	25,3	37,2	31,0	28,0	27,3	22,6	22,8	22,4	14,3	30,5	36,6
Exportações	21,7	31,7	26,0	23,9	17,7	18,9	17,4	16,1	10,8	17,3	17,5

Importações	3,5	5,5	1,9	7,1	9,6	3,7	5,4	6,3	3,5	13,1	19,1
<i>Saldo</i>	18,2	26,1	24,0	16,7	8,0	15,2	12,0	9,8	7,3	4,19	5,75

APRESENTAÇÃO

A Macedônia do Norte é um dos estados sucessores da antiga Iugoslávia, da qual declarou independência em setembro de 1991, sob o nome de República da Macedônia. O país tornou-se membro das Nações Unidas em abril de 1993, mas como resultado da disputa onomástica com a Grécia sobre seu nome, foi admitida sob a designação provisória de antiga República Iugoslava da Macedônia (abreviada como FYR Macedônia ou FYROM), termo que também foi usado por algumas outras organizações internacionais.

Em junho de 2018, a então República da Macedônia e a Grécia resolveram o conflito sobre a questão onomástica com o Acordo de Prespa, pelo qual o país passou a designar-se República da Macedônia do Norte (RMN) e cujos efeitos passaram a entrar em vigor em fevereiro de 2019 com a aprovação da mudança nos dispositivos constitucionais do país.

Trata-se de país sem litoral, fazendo fronteiras com a região do Kosovo a noroeste, a Sérvia a nordeste, a Bulgária a leste, a Grécia ao sul e a Albânia a oeste. A capital e maior cidade, Skopje, abriga cerca de um quarto dos 2,08 milhões de habitantes do país. A maioria dos moradores é de etnia macedônia, povo eslavo do sul. Os albaneses compõem uma minoria significativa no país, em torno de 25% da população total, seguidos pelos turcos, romenos, sérvios, bósnios, armênios e búlgaros.

A Macedônia do Norte tem PIB de USD 13 bilhões (dados de 2021 registrado pelo Banco Mundial) e mais de 80% da sua linha de comércio é feita com países da Europa Central e União Europeia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Stevo Pendarovski **Presidente da República**



Nasceu em 03 de abril de 1963, em Skopje. Formou-se Bacharel em Direito em 1987 na Universidade de São Cirilo e São Metódio, naquela capital. Fez Mestrado e PhD em Ciência Política na mesma universidade. Desde 2008, é Professor Assistente em Segurança Internacional, Políticas Estrangeiras e Globalização da Universidade Americana de Skopje.

Stevo Pendarovski iniciou sua carreira política como Ministro-Assistente de Relações Públicas no Ministério do Interior e Chefe do Departamento de Pesquisa e Análises do Ministério do Interior, entre 1998 e 2001. Esteve no Gabinete de Segurança Nacional e foi Chefe de Políticas Estrangeiras, assessorando o Presidente Boris Trajkovski, de 2001 até 2004. Entre 2004 e 2005, foi reconduzido para a Segurança Nacional e posteriormente à Chefia de Políticas Estrangeiras do Presidente Branko Crvenkovski, de 2005 a 2009.

Venceu as eleições de 2019, pelo partido União Socialdemocrata da Macedônia (SDSM), em coligação com o partido União Democrática pela Integração (DUI).

Dimitar Kovačevski
Primeiro-Ministro



Dimitar Kovačevski nasceu em 24 de julho de 1974 em Kumanovo. É filho de Slobodan Kovačevski, que foi prefeito daquela cidade e Embaixador macedônio em Montenegro após o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países em 2006.

Dimitar Kovačevski é economista graduado em 1998 pela Faculdade de Economia da Universidade de São Cirilo e São Metódio, em Skopje, onde também concluiu mestrado em 2003. Em 2008 tornou-se doutor em economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Montenegro.

Membro do partido SDSM desde 1994, foi nomeado Vice-Ministro das Finanças no governo do ex-Primeiro Ministro Zoran Zaev após as eleições parlamentares de 2020 na Macedônia do Norte. Em 12 de dezembro de 2021, foi eleito líder do partido e tornou-se sucessor de Zaev, que renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro. Dimitar Kovačevski foi confirmado como Primeiro-Ministro da República da Macedônia do Norte pela Assembleia Nacional do país em 16 de janeiro de 2022.

Bujar Osmani
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Bujar Osmani nasceu em 11 de setembro de 1979, em Skopje. Em 2004, graduou-se na Faculdade de Medicina da Universidade daquela cidade. Especializou-se em cirurgia hepatobiliar em Londres e concluiu doutorado em 2018 pela Universidade de São Cirilo e São Metódio, na capital búlgara.

De etnia albanesa, iniciou sua carreira política como Ministro da Saúde, entre 2008 e 2011. Foi nomeado Secretário de Comunicação Pública da Presidência do partido União Democrática pela Integração (DUI), em 2011. Em junho de 2017, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro responsável pelos assuntos europeus. Em 30 de agosto de 2020, Osmani tornou-se Ministro das Relações Exteriores da RMN.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da então denominada República da Macedônia em 1995 e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1998. Autoridades macedônias têm manifestado, desde então, a intenção do país de estreitar suas relações com a América Latina, particularmente com o Brasil. Da perspectiva brasileira, o relacionamento com a Macedônia do Norte insere-se na política de intensificação dos contatos com os países dos Balcãs.

Em 2013, realizou-se a primeira visita ao Brasil de um chefe de governo macedônio. O Primeiro-Ministro Nikola Gruevski encontrou-se com autoridades políticas e econômicas nacionais e dos Estados de São Paulo e do Paraná; em Brasília, foi assinado acordo de cooperação educacional.

Os dois países possuem acordo de isenção de vistos, em vigor desde agosto de 2016. O comércio bilateral é modesto, alcançando US\$ 36,6 milhões em 2022.

No campo político, o país balcânico manifestou apoio à reforma do Conselho de Segurança da ONU proposta pelo Brasil. Recorde-se que o estabelecimento das negociações intergovernamentais (IGNs - Resolução 62/557) deu-se durante a presidência macedônia da 62ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, com o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros macedônio, Srgjan Kerim.

Em dezembro de 2017, o Presidente Gjorge Ivanov realizou visita ao Brasil, a primeira de um chefe de estado macedônio ao País, tendo sido recebido pelo então Presidente Michel Temer. Inaugurou oficialmente, na ocasião, a Embaixada de seu país em Brasília, a primeira embaixada residente daquele país na América Latina. O Presidente Ivanov cumpriu programa também no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se encontrou com o então-governador Geraldo Alckmin e com lideranças empresariais.

Entre 26 e 30 de outubro de 2018, o Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Macedônia do Norte realizou visita ao Brasil quando foi realizada reunião de consultas políticas bilaterais.

Desde 2018, representantes do governo macedônio têm sublinhado a conveniência da reciprocidade em relação à abertura de embaixada do Brasil em Skopje.

POLÍTICA EXTERNA

Um dos Estados sucessores da antiga Iugoslávia, a então denominada República da Macedônia declarou sua independência em 1991. Tornou-se membro das Nações Unidas em 8 de abril de 1993.

Desde 2017 o governo de coalizão (socialistas e partidos da etnia albanesa) logrou avançar o tratamento de questões que travam a integração do país às organizações euro-atlânticas e a plena normalização das relações com países vizinhos. Em 1/8/2017, a antiga República da Macedônia e a Bulgária assinaram o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, instrumento que foi objeto de negociações por mais de uma década. O Acordo estabelece que as Partes não têm pretensões territoriais uma contra a outra, e garante o direito de proteção aos respectivos cidadãos na outra Parte.

Firmado com a Grécia em junho 2018, o Acordo de Prespa concluiu 27 anos de impasse na divergência onomástica, tendo sido aceita a denominação "República da Macedônia do Norte" (RMN) para o país, embora muitos cidadãos do país prefiram usar unicamente a nome "Macedônia". Em 11 de janeiro de 2019, o Parlamento macedônio logrou aprovar as emendas constitucionais que permitiram a ratificação do instrumento e a mudança do nome. Em 25/01/2019, o parlamento grego também ratificou o Acordo.

A resolução das diferenças com a Grécia viabilizou à Macedônia do Norte tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), bem como participar do Conselho da Europa e de outros organismos de integração regional, como a Iniciativa Centro-Europeia, a Iniciativa de Cooperação no Sudeste da Europa (ICSE), o Conselho de Cooperação Regional para o Sudeste da Europa e a Carta Adriática.

Em meio à crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19), a Macedônia do Norte alcançou, em março de 2020, o objetivo estratégico de formalizar seu ingresso na Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

No que diz respeito à adesão da RMN à União Europeia, tema de grande interesse e debate político em Skopje, o país obteve em 2020 anuência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE para o início das negociações com vistas a seu ingresso no bloco europeu. Entretanto, a Bulgária, outrora um de seus principais aliados entre os membros da UE no que diz respeito à expansão do bloco para os países dos Bálcãs Ocidentais, decidiu impor uma série de condicionantes ao início das negociações. Para

formalizar sua anuência ao início das negociações da acessão da RMN à União Europeia, a Bulgária requer a implementação do Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação e a inclusão da minoria búlgara na Macedônia do Norte na constituição do país, de forma a assegurar-lhes o exercício pleno de seus direitos cívicos. A exigência búlgara foi aceita pela RMN por intermediação da França, durante sua presidência da UE no primeiro semestre de 2022, a reforma constitucional ainda não foi realizada.

Após inúmeros episódios de disputas de narrativas entre os dois países sobre o assunto e algumas tentativas de ampliar o diálogo entre governos, como a visita do ex-PM búlgaro Kiril Petkov à Skopje em janeiro de 2022, a situação encontra-se em total impasse. O cenário complica-se ainda mais com não formação de governo permanente na Bulgária desde agosto de 2022 e com o uso populista da narrativa contra a Macedônia do Norte por alguns políticos búlgaros.

Recentemente, em maio de 2023, observou-se agravamento das trocas de agressões entre representantes dos governos dos dois países, culminando na aprovação em 17/05, pelo Presidente macedônio, de criação de "listas negras", relativas à permissão de entrada em seu país, de cidadãos e políticos búlgaros com posições ditas contrárias à segurança pública da Macedônia do Norte.

POLÍTICA INTERNA

A Macedônia do Norte é uma república parlamentar governada por Primeiro-Ministro, chefe do Poder Executivo escolhido pela maioria do seu Parlamento unicameral. O Poder Judiciário é independente. O Presidente, eleito por voto direto, exerce a função de chefe de estado e, embora não determine a política a ser seguida, exerce influência no sistema parlamentar.

O Parlamento da Macedônia do Norte possui 120 assentos, além de 3 cadeiras reservadas a representantes da diáspora macedônia. O mandato de cada deputado é de quatro anos.

Além de eleger o chefe de governo, o Parlamento decide sobre a adoção de emendas à constituição; adota leis e define sua interpretação; estabelece taxas e impostos; adota o orçamento e aprova a balança de pagamentos da República; ratifica acordos internacionais; decide sobre a guerra e a paz; sobre qualquer alteração nas fronteiras da república; sobre a realização de referendos; elege juízes da Corte Constitucional; seleciona, empossa e demite os ocupantes de outros cargos públicos estabelecidos

pela constituição; adota decisões, declarações, resoluções, recomendações e conclusões sobre assuntos de governo e de interesse nacional.

As últimas eleições legislativas ocorreram em 15 julho de 2020. O Acordo de Prespa constituiu aspecto central das eleições. O candidato do partido ultranacionalista Organização Revolucionária Interna da Macedônia – Partido Democrático pela Unidade Nacional da Macedônia (VMRO-DPMNE) ao posto de Primeiro-Ministro, Hristijan Mickoski, fez campanha com base na promessa de que iria “renegociar” o instrumento com a Grécia de forma a “melhorar o status da identidade macedônia” no documento. Os ultranacionalistas consideram que os termos do Acordo ensejaram mudanças inadmissíveis na constituição macedônia sobre a identidade e a história do país. Mickoski recusa-se a utilizar o novo nome do país, embora afirme a parceiros internacionais que a questão onomástica esteja encerrada.

Nas eleições de julho de 2020, o partido de centro-esquerda SDSM obteve 46 assentos no Parlamento; o VMRO-DPMNE, 44; e o DUI 15 (partido da minoria albanesa). Nenhum dos dois principais partidos logrou obter os 61 assentos necessários para formar uma maioria no Parlamento, o que significou que tanto o SDSM quanto o VMRO-DPMNE tiveram que costurar coalizões com partidos menores.

Embora o DUI estivesse na base do Governo durante o último mandato de Zaev (31 de maio de 2017 a 3 de janeiro de 2020), a aliança com o DUI foi dificultada, desta vez, em função da demanda do líder do partido, Ali Ahmeti, por um Primeiro-Ministro de origem albanesa. Acusado por seus detratores de aniquilar a identidade macedônia, com a conclusão dos Acordo de Prespa com a Grécia e do Tratado de Boa Vizinhança e de Amizade com a Bulgária, Zaev viu-se em posição desconfortável ante o pleito de Ahmeti. A solução de compromisso encontrada foi a de que o Primeiro-Ministro, Zoran Zaev, abdicaria de suas funções em favor de uma liderança albanesa 100 dias antes do final de seu mandato, em 2024. O DUI indicou, ainda, o novo Ministro de Negócios Estrangeiros da Macedônia do Norte, Bujar Osmani, e manteve o deputado Talat Xhaferi na função de Presidente do Parlamento.

Em dezembro de 2021, o então PM Zoran Zaev formalizou ao Parlamento seu pedido de renúncia devido a desgaste com o mal resultado de seu partido nas eleições municipais de outubro daquele ano. Em 29 de dezembro, o novo líder do partido SDSM, Dimitar Kovachvski, que assumiu interinamente o governo macedônio, solicitou ao Presidente Stevo Pendarovski o mandato para a formação de um novo Governo, conforme prevê a constituição.

Em 16 de janeiro de 2022, Dimitar Kovachvski foi confirmado como Primeiro-Ministro da Macedônia do Norte pela Assembleia Nacional. O novo Chefe de Governo e seu gabinete foram eleitos por uma pequena

maioria de 62 parlamentares. Kovachvski lidera uma coalizão que agora conta também com o partido Partido Albanês Alternativo (MISA), além do partido DUI.

ECONOMIA

Economia

De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Macedônia do Norte apresenta PIB de USD 13,8 bilhões e crescimento atual na faixa de 1,4%. A taxa de desemprego encontra-se a 14,5% e dívida pública é de 51,9% do PIB.

Em 2020, ao aprovar empréstimo ao país em auxílio as medidas econômicas para mitigar os impactos da pandemia de COVID-19, o Fundo avaliou que a dívida pública da Macedônia do Norte era sustentável (equivalente, à época, em torno de 48% do PIB) e que, nos anos anteriores, a economia macedônia crescera de maneira sólida. Observou, ainda, que o sistema bancário estava bem capitalizado e possuía liquidez antes da emergência da pandemia.

Principais Setores da Economia

De acordo com o Banco Mundial, em 2022 o setor agrícola representou 7,2% do PIB e empregou 26% da população; o setor industrial 22,4% do PIB e 23% da população; o setor terciário 56,9% do PIB e 50% da população.

A indústria química, o setor de máquinas e a mineração são responsáveis pelas maiores parcelas das exportações da Macedônia do Norte, seguida da indústria têxtil e da agricultura. A UE foi o destino de mais de 90% das exportações do país em 2021, sobretudo a Alemanha (44,6%).

Nas importações do país se destacam petróleo refinado, veículos automotivos, minérios diversos e máquinas. Mais de 80% das importações macedônias vieram dos países europeus em 2021. O Brasil, nesse ano, foi a origem de 0,23% do total de importações.

Comércio Bilateral

A corrente de comércio entre Brasil e Macedônia do Norte totalizou USD 36,6, milhões em 2022. As exportações brasileiras (USD 17,5 milhões em 2022) estiveram concentradas no item carne de frango (fresca, congelada ou refrigerada), que somou mais de 82% da pauta exportadora. Outros produtos que se destacam são a carne bovina, tabaco, amendoim e produtos da indústria de transformação.

As importações brasileiras apresentaram considerável aumento passando de USD 3,5 milhões em 2020, para 13,1 US\$ milhões em 2021 e 19,1 USD milhões em 2022. Os principais itens importados em 2022 foram produtos da indústria química (38%), partes e peças para veículos automotivos (22%) e tabaco (29%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1913	O domínio otomano na Europa termina depois de cinco séculos. A Macedônia histórica é dividida entre a Sérvia, a Bulgária e a Grécia. O que é hoje a Macedônia do Norte é incorporada na Sérvia.
1914	Primeira Guerra Mundial. O território onde hoje está a Macedônia do Norte é ocupado pela Bulgária.
1918-1919	Fim da guerra, a Macedônia do Norte torna-se parte da Sérvia novamente. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos é fundado e é renomeado como Iugoslávia em 1929.
1945	Estabelecimento da federação socialista iugoslava, compreendendo seis repúblicas, incluindo o que seria a futura “República da Macedônia”.
1991	Maioria dos eleitores apoiam a independência do país em referendo popular. O reconhecimento internacional é lento devido a objeções gregas ao nome “Macedônia”, que é igual à província vizinha.
1993	Obtém a adesão da ONU sob o nome de Antiga República Iugoslava da Macedônia.
2001	Revolta lidera pelas etnias albanesas. O Exército de Libertação Nacional emerge exigindo direitos iguais para os albaneses étnicos.
2001	Principais partidos formam o governo de unidade nacional sob o Primeiro Ministro Ljubco Georgievski, que se compromete a tratar das queixas das minorias (maio).
2004	A então denominada República da Macedônia submete seu pleito de ingressar na União Europeia
2005	O país se torna oficialmente candidato a integrar a UE

2009	Cidadãos macedônios passam a poder viajar sem visto pelo espaço Schengen
2013	O relatório da UE sobre o caminho da então denominada República da Macedônia para a adesão diz que o país fez progressos em todas as áreas, apesar das tensões políticas internas. O relatório também pede à então denominada República da Macedônia que continue os esforços para melhorar as relações com a Bulgária e a Grécia.
2017	Em 10 de agosto de 2010 ⁷ foi assinado o Tratado de Boa Vizinhança e de Amizade entre a Bulgária e a antiga República da Macedônia, importante iniciativa para pôr fim às divergências históricas e atuais sobre o passado compartilhado pelos dois países.
2018	Em 17 de junho de 2018 é firmado o Acordo de Prespa, que define o nome da República da Macedônia do Norte, abrindo caminho para a suspensão do bloqueio grego ao ingresso macedônio na EU e OTAN.
2019	A mudança de nome para República da Macedônia do Norte entra em vigor após a ratificação pelos parlamentos grego e macedônio.
2020	Ingresso da Macedônia do Norte como 30º. membro pleno da Organização para o Tratado do Atlântico Norte

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Brasil reconhece a independência da então denominada República da Macedônia.
1998	Brasil e a então denominada República da Macedônia estabelecem relações diplomáticas.
2013	Primeiro-Ministro Nikola Gruevski visita o Brasil. Assinado acordo de cooperação educacional.
2016	Entrada em vigor do Acordo de isenção de vistos
2016	Começa a operar a Embaixada da então denominada República da Macedônia em Brasília
2017	Visita do Presidente Ivanov ao Brasil. Encontro com o então Presidente da República Michel Temer.
2018	Realização da I Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília.

ACORDOS BILATERAIS

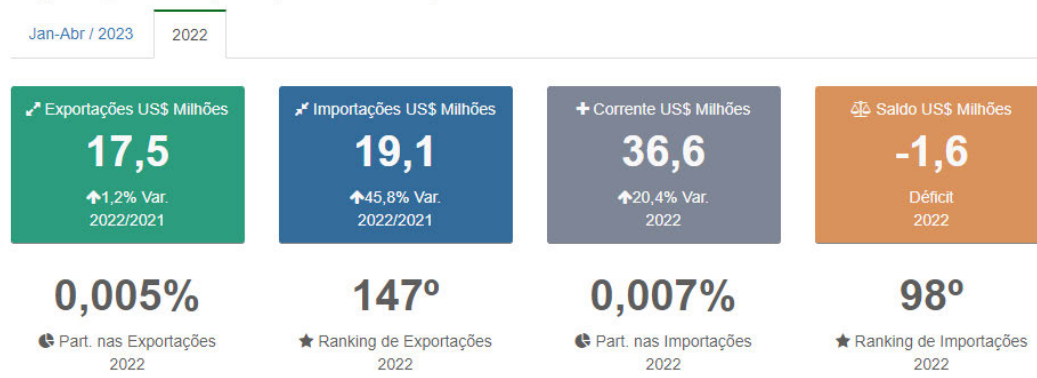
Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	28/07/2016	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia	22/04/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia para a Isenção de Vistos	02/05/2011	Superado
Acordo, por troca de Notas, Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República da Macedônia	14/10/1998	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Balança comercial (2022)

Macedônia

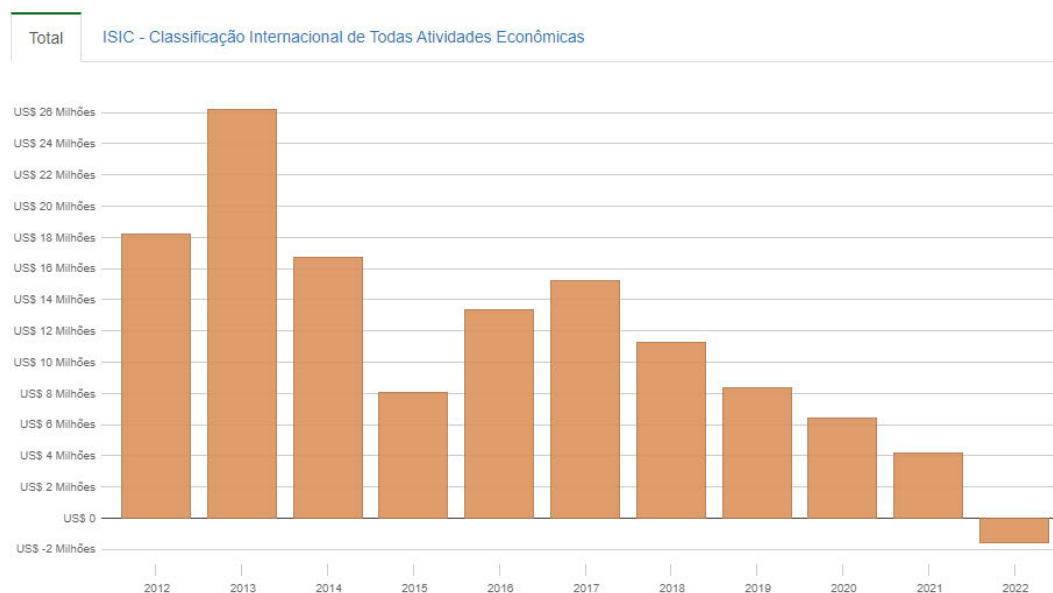
Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Macedônia



Fonte: Ministério da Economia do Brasil

Série Histórica do Saldo da Balança Comercial (2012-2022)

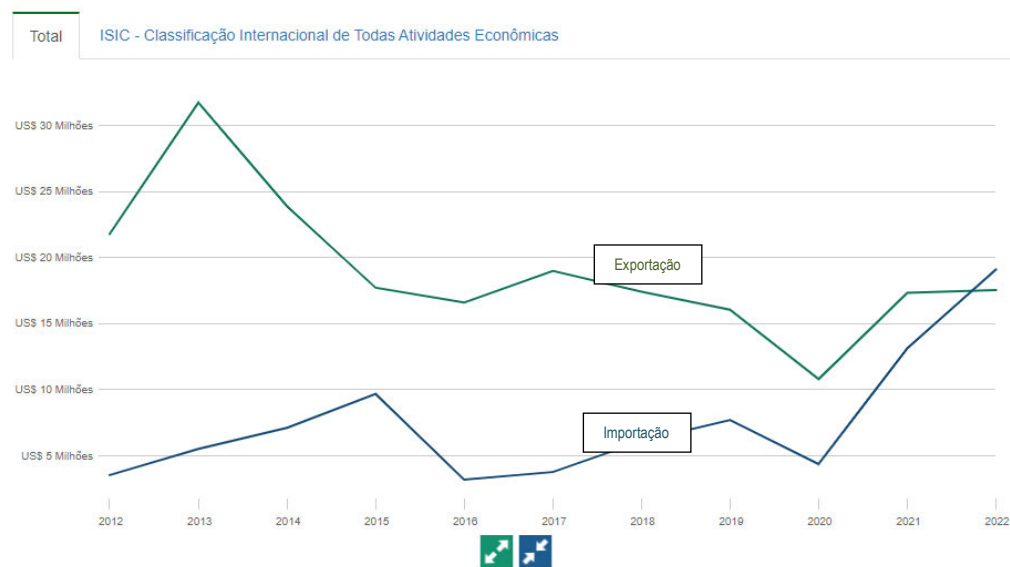
Série histórica - Parceiro: Macedônia



Fonte: Ministério da Economia do Brasil

Série Histórica das Exportações e Importações (2012-2022)

Série histórica - Parceiro: Macedônia



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SÓFIA

Candidato: PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura**

Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, nascido em 1957, entrou no Instituto Rio Branco em 1979, onde também realizou o Curso de Altos Estudos, no qual desenvolveu tese sobre a participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nas missões permanentes e temporárias no exterior, atuou na Representação junto aos Organismos Econômicos Especializados em Londres, na Delegação junto à Associação Latino-americana de Desenvolvimento (Aladi), no Uruguai, e na Coordenação Política da Delegação do Brasil junto ao Conselho de Segurança da ONU. Foi embaixador em Beirute, capital do Líbano, entre 2009 e 2012, em Zagreb, na Croácia, entre 2016 e 2019. Foi Cônsul-Geral do Brasil em Assunção, Paraguai, entre 2020 e 2023.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E BULGÁRIA E ENTRE BRASIL E MACEDÔNIA DO NORTE

(elaborado com base em informações recebidas da Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, antecessora o posto)

I – Relações diplomáticas:

1. Entre 2020 e 2023, a Embaixada em Sófia dedicou-se ao aprofundamento e à diversificação das tradicionais relações de amizade e cooperação com a Bulgária e com a Macedônia do Norte por meio da ampliação do diálogo com distintos setores das sociedades búlgara e macedônia com vistas à obtenção do apoio a candidaturas brasileiras a postos em organizações internacionais, à promoção econômico-comercial, à difusão da cultura e da língua portuguesa e o apoio aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito pelos dois países.
2. Em 2020, o posto organizou a participação de delegação brasileira da Feira de Material de Defesa da Bulgária (HEMUS-2020), realizada na cidade de Plovdiv, bem como prestou apoio a delegações da ANVISA e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
3. Considerando a posição geográfica tanto da Bulgária quanto da Macedônia do Norte, ao posto coube observação e acompanhamento dos desdobramentos geopolíticos decorrentes da Guerra na Ucrânia, com forte incidência sobre os dois países, ambos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que abrigam bases militares norte-americanas.
4. Na sequência da contração econômica decorrente da pandemia do covid-19, o conflito na Ucrânia e as decorrentes sanções econômicas e financeiras impostas à Rússia pela União Europeia e pelos EUA impuseram à Bulgária a interrupção da importação do gás russo e a busca por fontes alternativas. Os preços mais elevados dos combustíveis importados para geração de eletricidade e transporte produziram forte impacto inflacionário sobre as economias da Bulgária e, também, da Macedônia do Norte, dificultando a retomada do crescimento pós-pandemia dos dois países.
5. No plano político, o posto tem acompanhado também os esforços da Bulgária com vistas ao seu ingresso na Organização para a Cooperação Econômica (OCDE), bem como sua plena incorporação ao espaço Schengen (livre circulação) e à zona-euro da União Europeia.
6. Coube ainda à missão diplomática o acompanhamento do processo de acesso da Macedônia do Norte à OTAN, formalizado em 2020, bem como suas tratativas de ingresso na União Europeia. Nesse contexto, salienta-se o complexo quadro do relacionamento bilateral da Macedônia do Norte com a Bulgária, que, já como membro da UE, condiciona sua autorização para início de negociações de entrada no bloco europeu ao encaminhamento de pendências bilaterais decorrentes da história compartilhada pelos dois países.
7. Apesar das restrições impostas pela pandemia e das dificuldades de interlocução com sucessivos governos provisórios, o posto pôde implementar diversas iniciativas, como a assinatura do Acordo relativo ao Trabalho de Cônjuges de Integrantes do Serviço Diplomático e Consular com a Bulgária, além de avançar na negociação dos acordos bilaterais de cooperação jurídica em matéria penal e para transferência de detentos. No contexto do aprofundamento da já tradicional cooperação com a Bulgária em apoio a suas expedições ao continente Antártico, encontra-se em análise pela parte brasileira proposta de conclusão de Memorando de Entendimento com vistas a formalizar e ampliar a parceria bilateral nessa área de interesse mútuo. Também foi suscitada pela Embaixada a conveniência de celebração com a Bulgária de acordo relativo à promoção e proteção de investimentos, em apreciação pelo MRE.
8. O posto avançou também nos trâmites para a instalação da Comissão Econômica Bilateral, prevista no Acordo de Cooperação Econômica, assinado quando da visita à Bulgária da Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, e em vigor desde 2016.

9. No plano das relações econômicas com a Macedônia do Norte, há uma proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos em avaliação pelo lado macedônio, cuja retomada das negociações foi tratada na viagem de trabalho da chefe do posto a Skopje. Na mesma ocasião, o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, sugeriu estabelecimento de acordo sobre cooperação cultural e memorando de entendimento sobre cooperação em treinamento diplomático. Além da sugestão desses instrumentos, o Vice-Ministro indagou sobre cooperação relativa a candidaturas.
10. Cabe ainda mencionar as reiteradas manifestações de interesse pela parte macedônia de que o Brasil aja em reciprocidade com abertura de Embaixada residente em Skopje, uma vez que a embaixada macedônia em Brasília foi aberta em 2016.
11. Outro tema em aberto com a Macedônia do Norte é a realização da segunda reunião bilateral de consultas políticas, em Skopje, em reciprocidade à reunião ocorrida em Brasília em 2018.

II – Relação econômico-comercial:

Brasil e Bulgária

12. O comércio bilateral vem apresentando tendência de crescimento, tendo atingido em 2022 a soma de 486 milhões USD (aumento de 65% em relação à corrente de comércio do ano anterior), montante que representa a maior cifra na série histórica desde 2012. No mesmo ano, as exportações brasileiras ao país atingiram a cifra de 323 milhões USD e as importações de 163 milhões USD.
13. O minério de cobre correspondeu a 85% da pauta exportadora para o país balcânico, seguido por açúcar, tabaco e café. O setor de destaque nas importações foi o de adubos e fertilizantes, que correspondeu a 50% das compras brasileiras. O Brasil registrou um superávit comercial bilateral em torno de 160 milhões USD em 2022.
14. O comércio com a Bulgária tem significativa margem para crescimento, tendo em conta que o país se situa entre mercados consumidores de grande potencial lucrativo para o Brasil, sobretudo a União Europeia. Após consistentes esforços da Embaixada, logrou-se a autorização para a reabertura do Setor de Promoção Comercial do posto. Está em andamento o processo de contratação de Auxiliar Técnico para o Setor, o que permitirá ao posto ampliar suas funções na área, possibilitando melhor apoio ao posto na assistência a empresários e prospecção de novas oportunidades de comércio e investimentos.
15. O mercado búlgaro mostra-se promissor para investidores brasileiros em função de sua baixa carga tributária, uma das menores da União Europeia, e os diversos incentivos fiscais oferecidos para empresas que se instalam no país. Além disso, Bulgária detém um dos custos mais competitivos de força de trabalho na Europa e relativos às despesas fixas de instalação e de manutenção de escritório ou fábrica.
16. Com apoio da Embaixada, investidores brasileiros podem usufruir das vantagens fiscais na Bulgária e de sua posição de "hub" para a União Europeia, bem como para o oriente médio. O SECOM ofereceu recentemente, por exemplo, apoio à empresa brasileira de embalagens industriais Packem, do Estado de Santa Catarina, para sua instalação na cidade de Plovdiv.
17. A eventual entrada em vigor do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul igualmente teria potencial de crescimento marginal do comércio brasileiro com o bloco europeu, a partir do incremento das exportações brasileiras para a Bulgária. As autoridades búlgaras não se opõem à ratificação do Acordo Mercosul-EU, porém já expressaram condicioná-la à conclusão de protocolo em separado que contemple as preocupações da UE na área ambiental.

18. Por conta de gestões realizadas pela Embaixada, o governo búlgaro demonstrou interesse no agendamento, possivelmente em setembro de 2023, da primeira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica para explorar maneiras de estimular a ampliação do comércio bilateral. O assunto encontra-se em análise na Secretaria de Estado.

Brasil - Macedônia do Norte

19. A corrente de comércio entre Brasil e Macedônia do Norte totalizou US\$ 36,6, milhões em 2022. As exportações brasileiras (17,5 milhões em 2022) estiveram concentradas no item carne de frango (fresca, congelada ou refrigerada), que somou mais de 82% da pauta exportadora. Outros produtos que se destacam são a carne bovina, tabaco, amendoim e produtos da indústria de transformação.
20. As importações brasileiras apresentaram considerável aumento passando de US\$ 3,5 milhões em 2020, para 13,1 US\$ milhões em 2021 e 19,1 US\$ milhões em 2022. Os principais itens importados em 2022 foram produtos da indústria química (38%), partes e peças para veículos automotivos (22%) e tabaco (29%).
21. O posto tem apoiado, em diversas ocasiões, importadores de carnes brasileiras na Macedônia do Norte com vistas a solucionar episódios de retenção do produto brasileiro em portos da região, com especial foco no porto da Albânia, em coordenação com a Embaixada em Tirana.

III – Cooperação em Pesquisa e Inovação:

22. A Embaixada tem tomado parte em inúmeros eventos relativos à pesquisa e inovação, como, por exemplo, a celebração do Dia Mundial da Lógica no Instituto de Matemática e Informática da Academia de Ciências da Bulgária, efeméride estabelecida na UNESCO por iniciativa do Brasil. O posto participou ativamente da conferência “Artificial Intelligence and Digital Economy – Shaping Bulgaria’s Digital Future”, bem como de comemoração do “Earth Day” e do “Macedonian Energy Forum”.
23. O posto tem apoiado a cooperação entre as Marinhas brasileira e búlgara nas expedições anuais da parte búlgara a sua base na Antártida.

IV – Cooperação cultural, educacional e esportiva:

Brasil e Bulgária

24. Observa-se trajetória de expansão das relações culturais entre Brasil e Bulgária desde a publicação em 1938 das primeiras obras literárias brasileiras no idioma búlgaro. A partir de então, o intercâmbio cultural tem sido construído em diversas áreas com o apoio da Embaixada brasileira e em reflexo do apreço do cidadão búlgaro pela cultura brasileira.
25. O posto promove publicações de obras literárias brasileiras, eventos de música clássica e popular, exibição de filmes brasileiros em festivais de cinema locais, exposições de artes plásticas e de fotografia, intervenção de artistas urbanos, entre outras modalidades de atividades culturais. Ainda que haja agentes independentes a promover a cultura brasileira na Bulgária, sobretudo a Bossa Nova, a música clássica e a literatura, a ação da Embaixada é fundamental para fortalecer as bases do intercâmbio cultural. A música popular, a arte urbana e o cinema são atualmente as áreas com maior valor agregado de atração do interesse búlgaro pela cultura brasileira.
26. Entre as atividades promovidas recentemente pelo posto nos últimos anos encontram-se: concerto do Pianista Pablo Rossi, concerto samba do grupo Roda do Cavaco, concerto de choro do grupo Choronas; concerto música clássica brasileira na festival “Sofia Music Weeks”;

concerto de música clássica voltado a músicas raras brasileiras; intervenção dos artistas urbanos do grupo fortalezense “Acidum Project” em edifício da cidade de Sófia; publicação do romance Iracema no idioma búlgaro; duas edições do festival de cinema brasileiro e português, em comemoração ao Dia Mundial da Língua Portuguesa; publicação em búlgaro e português do livro “A Viagem do Rei”, que apresenta o diário do Czar Ferdinand da Bulgária em viagem ao Brasil e à América do Sul, de dezembro de 1927 a abril de 1298, originalmente escrito em alemão.

27. No campo da educação, o posto promoveu a assinatura, em 2022, de acordo de cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Nacional da Economia Mundial, “think-tank” búlgaro onde estudaram a maioria das lideranças políticas do país. Também com apoio do posto está sendo negociado atualmente acordo entre as Universidade de Fortaleza e a “New Bulgarian University”. A Universidade de Sófia (US), a maior da Bulgária, também colabora com universidades brasileira, como a USP e a UFPB.
 28. A Universidade de Sófia e a Universidade de Veliko Tarnovo oferecem graduação em letras português e há alguns outros cursos do idioma espalhados no país. A Embaixada brasileira cumpre papel relevante na promoção da língua portuguesa na Bulgária, em parceria com a Embaixada de Portugal em Sófia e com o Instituto Camões, ao participar de atividades acadêmicas voltadas ao ensino do idioma e ao promover a comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, instituído na UNESCO por iniciativa do Brasil e de Portugal.
 29. Na área dos esportes, cumpre destacar que o Jiu-Jitsu brasileiro é cada vez mais praticado na Bulgária, havendo associação das escolas locais com mestres brasileiros da arte marcial. Além disso, clubes de futebol búlgaros contratam muitos jogadores brasileiros para atuarem em seus times, formando significativa comunidade local de atletas brasileiros e suas famílias.
- Brasil e Macedônia do Norte
30. Embora o intercâmbio cultural entre Brasil em Macedônia do Norte não seja tão desenvolvido como aquele observado com a Bulgária e tenha sido limitado recentemente pela pandemia de coronavírus, pode-se dizer que os cidadãos macedônios manifestam grande apreço e curiosidade pela cultura brasileira.
 31. Exemplo desse interesse é a participação de editora do país de programa de tradução da Fundação Biblioteca Nacional para a tradução e publicação no final deste ano, em coordenação com a Embaixada, dos livros “Torto Arado” Itamar Vieira Junior, e “A vida invisível de Eurídice Gusmão”, de Martha Batalha. O lançamento das referidas obras está previsto para o segundo semestre deste ano.
 32. Em 2022, o posto realizou exposição dos pintores brasileiros Wilson Neto e Daniel Chastinet, no Centro de Informação Cultural de Skopje, Macedônia do Norte, que entrou na programação da edição de 2022 do festival cultural de verão “The Sound of Skopje”.
 33. As relações educacionais são regidas pelo Acordo de Cooperação Educacional entre os dois países. Há oportunidade para intensificar a agenda de cooperação educacional por meio da promoção de acordos entre universidades brasileiras e macedônias.

IV – Imprensa e diplomacia pública:

34. A Embaixada mantém boa interação com a mídia local, pelos quais são divulgados eventos culturais e outras iniciativas, bem como a promoção da imagem do Brasil junto à população local.
35. Nos últimos dois anos, a chefe do posto organizou diversas entrevistas de forma a promover o Brasil como destino turístico, divulgar a cultura brasileira e a valorizar o papel do país como liderança democrática internacional, mediante a exposição do posicionamento do governo brasileiro nos mais importantes temas da agenda internacional.

36. A recente contratação de funcionário para o Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada permitirá ao posto especializar-se na projeção brasileira junto à imprensa local, em benefício do comércio, investimento e turismo, bem como dos projetos voltados a divulgar a imagem e a cultura do Brasil.

VI – Temas consulares:

37. Estima-se que a comunidade brasileira na Bulgária é formada por cerca de 400 brasileiros, sendo 25% deles menores de idade. A maioria dos cidadãos brasileiros na Bulgária são trabalhadores contratados por empresas locais e suas famílias. Destacam-se, entre as profissões mais recorrentes, atletas que jogam em equipes de futebol búlgaras, bem como técnicos de empresas de TICs e de call-center. Há igualmente executivos, engenheiros, cientistas, praticantes de jiu-jitsu, capoeiristas, músicos e estudantes universitários. Não existe Cônsul-Honorário do Brasil na Bulgária, tampouco Conselho de Cidadãos.
38. Estima-se haver cerca de 50 cidadãos brasileiros na Macedônia do Norte, entre eles, estudantes, jogadores de futebol e empresários, além de pessoas casadas com ou filhas de cidadãos macedônios.
39. Além de oferecer apoio e promover a integração da comunidade brasileira local, a Embaixada brasileira dedicou especial atenção à divulgação e organização do pleito eleitoral de 2022, sem ocorrência de qualquer incidente atípico. Cabe ressaltar, igualmente, a atuação da Embaixada na divulgação de informações sobre a pandemia de COVID 19 e sobre os requisitos sanitários para a entrada de pessoas no Brasil, na Bulgária e na Macedônia do Norte.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Competência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Assegurar o reconhecimento do posto como entidade de referência nas relações Brasil-Bulgária e Brasil-Macedônia do Norte, capacitado a promover e administrar, com integridade e visão global, as relações bilaterais com os dois países, em todos os níveis e domínios temáticos. Defender e promover a boa imagem do Brasil e dos interesses brasileiros na Bulgária e na Macedônia do Norte, por intermédio de atuação diplomática de excelência, maximizando a geração de benefícios concretos para a população brasileira e contribuindo ativamente para o desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO

Executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República da Bulgária e com a República da Macedônia do Norte, tanto em contatos com o governos quanto com os setores privados locais e as sociedades dos dois países, de maneira geral, assim como no que toca ao fomento da cooperação em todos os níveis. Prestar serviços consulares de alta qualidade ao cidadão brasileiro no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Competência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a parceria política Brasil-Bulgária, bem como aquela com a Macedônia do Norte, e ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil.
2. Promover interesses econômicos e comerciais do Brasil na Bulgária e na Macedônia do Norte, por meio da promoção de imagem positiva dos produtos brasileiros.
3. Promover os interesses econômicos e comerciais brasileiros na Bulgária e na Macedônia do Norte, assim como identificar e divulgar oportunidades de novos negócios, que possam interessar aos diferentes setores da economia brasileira.
4. Estimular a cooperação educacional e o intercâmbio científico entre o Brasil e a Bulgária, assim como com a Macedônia do Norte, em benefício do aprofundamento das relações bilaterais e da ampliação do conhecimento mútuo.
5. Promover, junto a diferentes segmentos da sociedades de ambos os países, a imagem e a cultura do Brasil, em toda sua diversidade, e nas mais distintas linguagens artísticas, e divulgar a língua portuguesa, na variante brasileira.
6. Promover cooperação ampla e produtiva com a Bulgária e com a Macedônia do Norte em todas as áreas de interesse comum, explorando mecanismos de diálogo e oportunidades de intercâmbio de boas práticas.

-
7. Fortalecer as relações bilaterais com a Bulgária, assim como com blocos regionais aos quais a Bulgária está vinculada, a exemplo da União Europeia. Explorar, igualmente, as possíveis sinergias com os blocos regionais dos quais a Macedônia do Norte faz parte, a exemplo do CEFTA.
 8. Oferecer apoio ao diálogo interparlamentar com a Bulgária, em especial por meio dos Grupos Parlamentares de Amizade.
 9. Estabelecer diálogo interparlamentar com a Macedônia do Norte.
 10. Ampliar o conhecimento brasileiro e informar a Secretaria de Estado sobre a realidade política, econômica, cultural e tecnológica da Bulgária e da Macedônia do Norte, com vistas a subsidiar a condução das relações bilaterais.
 11. Fomentar a imagem e a cultura do Brasil na Bulgária e na Macedônia do Norte, com a promoção ativa da língua portuguesa e de atividades musicais nas vertentes clássica e popular.
 12. Ampliar o diálogo sobre temas de política internacional, no que tange a processos e iniciativas em mecanismos e foros regionais e multilaterais, explorando oportunidades de trocas de apoio e de concertação em áreas de convergência de interesses.
 13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho cotidiano do posto, de forma a manter o nível de excelência dos serviços diplomáticos da Embaixada e a adequada prestação de contas à sociedade brasileira.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Intensificar eventos de promoção comercial e participação em feiras na Bulgária. O comércio com a Bulgária tem significativa margem para crescimento, tendo em conta que o país se situa entre mercados consumidores de grande potencial lucrativo para o Brasil, como a União Europeia, os países balcânicos e o Oriente Médio.
- Explorar a possibilidade de estabelecimento de Câmara de Comércio Brasil- Bulgária. Após a reabertura do SECOM na Embaixada do Brasil em Sófia, a criação de Câmara de Comércio bilateral contribuiria para a aproximação dos setores produtivos brasileiro e búlgaro.
- Elaborar e enviar regularmente análises econômicas e de inteligência de negócios, assim como identificar oportunidades de negócios na Bulgária e na Macedônia do Norte e prestar apoio técnico e institucional a empresários brasileiros interessados em exportar ou instalar-se na região.
- Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Bulgária e com a Macedônia do Norte, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos países e de organismos internacionais.
- Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado búlgaro e no macedônio, em parceria com a Apex-Brasil e com as associações profissionais, no âmbito dos projetos setoriais desenvolvidos por essas entidades.
- Divulgar o potencial e as oportunidades de investimento no Brasil, assim como medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, para empresas e investidores da Bulgária e da Macedônia do Norte.
- Estimular o fluxo de turistas nos dois sentidos.
- Apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil.
- Monitorar e dar divulgação a concorrências públicas abertas na Bulgária e na Macedônia do Norte que possam ser de interesse para empresas brasileiras.
- Promover a imagem do agronegócio brasileiro e do Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a desfazer percepções equivocadas acerca do agronegócio brasileiro.
- Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa búlgaros e macedônios que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação dos produtos brasileiros.
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo búlgaro, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceria na área energética.

li) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de contatos e gestões realizados junto a atores locais (representantes do governo e do setor privado búlgaro e macedônio) para promover interesses brasileiros.
- Número de iniciativas e eventos organizados pela Embaixada ou com apoio dela, para promover produtos brasileiros na Bulgária e na Macedônia do Norte, assim como para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil.

- Número de iniciativas realizadas com apoio da Embaixada para divulgar informações sobre a economia brasileira.
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia búlgara e macedônia, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação da Bulgária e da Macedônia do Norte com terceiros países e organizações.
- Número de análises setoriais sobre segmentos que apresentam possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros.
- Número de atendimentos a empresas búlgaras e macedônias em busca de informações sobre o mercado brasileiro.
- Número de atendimentos a empresas brasileiras em busca de informações sobre o mercado búlgaro e o macedônio.
- Número de reuniões com empresas brasileiras com interesse em investir na Bulgária e na Macedônia do Norte.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Realizar gestões para a realização de visitas de altas autoridades búlgaras e macedônias ao Brasil. O Ministro dos Negócios estrangeiros da Macedônia do Norte propôs a realização de visita oficial ao Brasil até o final de 2023.
- Agendar a primeira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica para explorar maneiras de estimular a ampliação do comércio bilateral com a Bulgária (em análise pela Secretaria de Estado).
- Aprofundar a cooperação entre parlamentos, mediante ativação do grupo de amizade parlamentar Brasil-Bulgária, bem como estabelecer contatos entre o parlamento brasileiro e o macedônio.
- Fortalecer o diálogo entre as Missões Permanentes dos dois países junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York, sobretudo no que se refere a temas de paz e segurança, bem como a coordenação do Conselho de Direitos Humanos (CDH-Genebra).
- Intensificar a cooperação entre as Academias Diplomáticas mediante a implementação do Acordo entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Bulgária (proposta submetida ao IRBr em 2020 e 2021). A concessão de bolsa de estudos a diplomata búlgaro ou macedônio para realizar estágio no Instituto Rio Branco constituiria ferramenta de aproximação diplomática entre os dois países.
- Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo búlgaro, particularmente por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Acompanhar, desde a perspectiva do interesse nacional brasileiro, a evolução das políticas interna e externa da Bulgária e da Macedônia do Norte.
- Elaborar informações regulares com registro e análise sobre a situação política búlgara e macedônia, de modo a permitir que o governo brasileiro conheça o processo decisório e as principais tendências políticas, em diferentes áreas, assim como as disputas partidárias e o cenário eleitoral local.
- Realizar gestões e coordenar posições com a Bulgária e com a Macedônia do Norte em organismos multilaterais, à luz do interesse nacional.
- Buscar o apoio búlgaro, bem como o macedônio, a candidaturas de interesse brasileiro a cargos e mandatos em organismos multilaterais, bem como à realização de eventos internacionais no Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras, búlgaras e macedônias, incluindo aquelas de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros.
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações junto aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros tanto da Bulgária, como da Macedônia do Norte.
- Número de gestões realizadas junto a autoridades búlgaras e macedônias em favor de posições e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.
- Número de expedientes telegráficos que versem sobre as políticas interna e externa búlgara e macedônia.
- Número de missões, visitas, reuniões e encontros de parlamentares.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela Bulgária e pela Macedônia do Norte em foros multilaterais, tais como as Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados.
- Promover o diálogo com representantes governamentais búlgaros e macedônios sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.
- Encaminhar pedidos de apoio e realizar gestões presenciais em favor de candidaturas e iniciativas brasileiras em organismos multilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações relativas à concertação entre os dois países em mecanismos multilaterais.
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações efetuadas junto aos governos dos dois países em apoio a candidaturas de interesse do Brasil a cargos internacionais.
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à imagem, cultura e destinos turísticos do Brasil.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Promover a imagem e a cultura brasileiras na Bulgária e na Macedônia do Norte.
- Apoiar a difusão e promoção da cultura brasileira junto às sociedades búlgara e macedônias, estimulando a diversificação das referências culturais brasileiras para além daquelas já conhecidas pelo público local.
- Incentivar as editoras locais a participar dos programas governamentais de apoio a tradução de obras brasileiras para idiomas estrangeiros.
- Apoiar a participação de artistas brasileiros em festivais e eventos culturais na Bulgária e na Macedônia do Norte.

- Apoiar a realização de debates, seminários e palestras sobre aspectos da cultura e da sociedade brasileira em universidades e instituições culturais e de pesquisa búlgaras e macedônias.
- Apoiar iniciativas de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, inclusive por meio da celebração anual do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em colaboração com a Embaixada de Portugal em Sófia e com o Instituto Camões.
- Manter tradição de promoção da música clássica brasileira por meio das parcerias estabelecidas com promotores culturais locais e, notadamente, com a Academia Nacional de Música da Bulgária.
- Estimular o contato do público local com o cinema brasileiro, por meio da exibição de filmes pela Embaixada e do apoio a participações de obras brasileiras em festivais de cinema na Bulgária e na Macedônia do Norte
- Inserir apresentações de música popular brasileira na programação de festivais de música locais, atendendo à forte curiosidade e demanda pela cultura popular brasileira.
- Manter contatos com jornalistas e representantes da mídia com vistas a ampliar a compreensão e o interesse dos formadores de opinião búlgaros e macedônios pelo Brasil.
- Estimular a cobertura midiática, sobretudo de rádio e tevê, de expressões da cultura brasileira.
- Fomentar localmente práticas esportivas tipicamente brasileiras, como o Jiu-Jitsu e a Capoeira.
- Promover vínculo entre interlocutores locais e brasileiros com vistas ao intercâmbio cultural continuado, sobretudo na área de música clássica e arte urbana.
- Promover a participação brasileira em feiras culturais voltadas ao turismo, apresentando a gastronomia brasileira e destinos de viagem no Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos culturais realizados na Bulgária e na Macedônia do Norte com apoio financeiro ou institucional da Embaixada.
- Número de seminários, debates e palestras sobre aspectos da cultura e sociedade brasileiras realizados com apoio financeiro ou institucional da Embaixada.
- Número de participações de representantes da Embaixada em eventos e atividades com promoção da cultura brasileira organizados por instituições locais.
- Número de parcerias firmadas pela Embaixada com instituições búlgaras ou macedônias do setor cultural.
- Número de festivais, feiras culturais e eventos voltados ao turismo de que a Embaixada participou.
- Número de artigos em mídias locais em que o Brasil ou a cultura brasileira tem destaque.
- Número de iniciativas e ações de intercâmbio cultural estabelecidos entre agentes locais e brasileiros a partir do contato inicial promovido pela Embaixada.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar o diálogo bilateral em temas ambientais, para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, e avaliar áreas onde há potencial para a cooperação bilateral com a Bulgária e com a Macedônia do Norte.
- Promover o diálogo bilateral sobre posições defendidas nacionalmente em organismos multilaterais em relação à proteção dos povos autóctones do Brasil e a temas ambientais,

inclusive sobre mudança do clima e preparação do Brasil para sediar a COP-30, e coordenar posições, sempre que possível.

- Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre iniciativas e ações na Bulgária e na Macedônia do Norte nas áreas de mudança do clima, promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
- Informar os governos locais sobre os esforços governamentais com vistas ao desenvolvimento sustentável no Brasil e à redução do desmatamento, mitigando a circulação de informações falsas ou imprecisas.
- Buscar apoio às candidaturas brasileiras nos órgãos multilaterais que coordenam a pauta internacional do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre temas ambientais, inclusive mudança do clima, proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e transição energética.
- Proporção do apoio búlgaro e macedônio às candidaturas brasileiras em órgãos multilaterais voltados aos temas ambientais.
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas ambientais.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem do Brasil como país detentor de avançado setor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I).
- Estimular o aprofundamento de parcerias de universidades brasileiras com contrapartes búlgaras e macedônias, facilitando o estabelecimento de acordos e o intercâmbio acadêmico.
- Facilitar a eventuais instalações de empresas brasileiras em parques tecnológicos búlgaros.
- Manter informado o governo brasileiro sobre temas relevantes relacionados ao sistema de C&T e ao ecossistema de inovação na Bulgária e na Macedônia do Norte.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de projetos, iniciativas e acordos de cooperação bilateral entre instituições ciência, tecnologia e inovação.
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada com informações sobre o setor de ciência, tecnologia e inovação na Bulgária e na Macedônia do Norte.
- Número de eventos na área de que Embaixada participa.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil com contrapartes da Bulgária e da Macedônia do Norte.
- Fomentar a interlocução de acadêmicos brasileiros com instituições de ensino superior locais, bem como prestar-lhes apoio quando necessário.
- Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e de realização do ensino superior no Brasil, como o Programa de Mobilidade Internacional do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB-MOB).

- Divulgar e apoiar candidatos locais ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), iniciativa administrada pelo MRE e pelo MEC que contempla cidadãos búlgaros e macedônios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de parcerias e acordos celebrados por instituições educacionais brasileiras com contrapartes búlgaras e macedônias.
- Número de brasileiros a participar de seminários e outras iniciativas acadêmicas locais.
- Número de indivíduos interessados nos programas de bolsa para realização do ensino superior no Brasil e no PEC-G.
- Número de acadêmicos búlgaros e macedônios a realizar visita de trabalho no Brasil e a buscar especialização no país.
- Número de participações da Embaixada em atividades promovidas por instituições educacionais da Macedônia do Norte e da Bulgária.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Acompanhar os debates sobre direitos humanos no âmbito das instituições búlgaras e macedônias, com especial enfoque em temas que tenham relevância para a imagem e os interesses do Brasil.
- Examinar a possibilidade de fomentar o diálogo bilateral em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.
- Número de expedientes telegráficos sobre iniciativas de promoção de direitos humanos e diálogo bilateral em referida matéria.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Continuar apoio às negociações dos acordos bilaterais com a Bulgária de cooperação para assistência mútua em assuntos criminais (MLAT) e de transferência de detentos (TPC).
- Garantir atendimento consular rápido e de excelência.
- Intermediar contato de brasileiros com órgãos de governo, como o Cartório Eleitoral, em casos de dificuldades extraordinárias.
- Assegurar a assistência consular tempestiva a brasileiros em casos de emergência, desvalimento e encarceramento, entre outras.
- Aprimorar e intensificar o uso dos canais de comunicação entre a Embaixada e a comunidade brasileira residente na Bulgária e na Macedônia do Norte.
- Manter a comunidade brasileira local informada sobre emergências ou situações que requeiram atenção e cuidados especiais.
- Promover a língua brasileira como língua de herança junto à comunidade brasileira e envolvê-la com demais atividades da Embaixada.

- Manter o governo brasileiro informado sobre temas de natureza consular relevantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de interações com detidos em penitenciárias búlgaras e macedônias.
- Tempo de resposta a comunicações sobre assuntos consulares.
- Tempo entre pedido de atendimento presencial até visita à Embaixada.
- Número de eventos com significativa participação da comunidade brasileira local.
- Proporção de incidentes em que a Embaixada atua, após ser solicitada e quando cabível, junto a instituições búlgaras e macedônias em benefício de consulente brasileiro.
- Número de publicações sobre serviços consulares nas mídias sociais da Embaixada.

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática em 1979, tendo se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte.

Realizou o Curso de Aperfeiçoamento para Diplomatas em 1984 e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual dedicou sua tese sobre a participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas.

Destacam-se, como cargos ocupados no Itamaraty, os de assistente da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1980-83), assistente da Divisão das Nações Unidas (1992-93), chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades (1993-94), chefe de gabinete do Departamento de Organismos Internacionais (1994-95), chefe da Divisão das Nações Unidas (1995-2003), membro do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Implementação do Estatuto de Refugiados de 1951 (1995), Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a participação do Brasil na Conferência de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional - TPI (1997), Assessor Especial do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (2012-2013), Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (2012), Membro da Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência da República (2013) e diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2013).

Nas missões permanentes e temporárias no exterior, destacam-se a Representação junto aos Organismos Econômicos Especializados em Londres - como Segundo-Secretário (1983-87); a Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu (1987-90) - Segundo e Primeiro-Secretário; a Embaixada em Port-of-Spain - Primeiro-Secretário e Conselheiro (1990-92); a Missão junto à ONU, Nova York - Ministro-Conselheiro (2003-2009); a IV Sessão do Processo Consultivo Informal sobre Oceanos e Direito do Mar da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York - Chefe de delegação (2003); a XIII Assembleia dos Estados-Partes da Convenção sobre Oceanos e Direito do Mar, em Nova York - Chefe de delegação (2003); a Coordenação Política da Delegação do Brasil junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004); o Grupo de Assessoramento do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Fundo de Construção da Paz (2007); o Grupo de Apoio Internacional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA) (2009); a Embaixada em Beirute - Embaixador (2009-12); a Representação do Brasil no Grupo de Apoio à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) (2010); a II Conferência dos Estados

Partes da Convenção sobre Bombas de Fragmentação - Chefe de Delegação (2011); a delegação brasileira na Comissão da Agência Brasileiro-Argentina da Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) (2013); a chefia da delegação na I Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas, em Cancún, México (2015); a Embaixada em Zagreb – Embaixador (2016-20); e o Consulado-Geral em Assunção (desde 2020) - cônsul-geral.

Ademais, de acordo com o relatório sobre a Bulgária encaminhado pela Chancelaria a esta Casa Senatorial, trata-se de País com 6,5 milhões de habitantes, politicamente inclinado à política europeia. Aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, tornou-se membro da União Europeia em 2007 e está em processo de ingresso no espaço Schengen e na Zona Euro.

República parlamentarista, a Bulgária desde 2016 é presidida pelo ex-Comandante da Força Aérea, Rumen Radev, reeleito em 2022, e possui desde mês passado, junho de 2023, como Primeiro-Ministro o renomado Físico e Químico Nikolai Denkov, ex-Ministro da Educação e da Ciência e deputado eleito pelo partido “Continuamos a Mudança” (WCC).

A relação parlamentar necessita de impulso, pois na Bulgária há Grupo de Amizade com Brasil, integrado por 21 membros do Parlamento local, mas no Brasil, em que pese existir o Grupo Parlamentar Brasil e Bulgária, criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 11, de 2009, não foi instalado.

Quanto ao comércio bilateral, há tendência de crescimento, com superávit brasileiro, tendo nossas exportações em 2022 atingindo a monta de USD 323 milhões e as importações USD 163 milhões. O minério de cobre dominou a pauta exportadora no período, com 85% do total, seguido por açúcar, tabaco e café. Quanto às importações, foi sobretudo de adubos e fertilizantes, que corresponderam a 50% do total.

De acordo com a documentação enviada pelo Itamaraty:

Uma análise preliminar do mercado búlgaro aponta para oportunidades de ampliação das exportações dos seguintes produtos brasileiros: motores para veículos e autopeças, motores e turbinas para aviação, partes de motores e turbinas para aviação, partes e peças para tratores, tubos flexíveis e laminados de ferro ou de aço, óleos combustíveis, óxidos e hidróxidos de alumínio. Verifica-se ainda

demanda de produtos primários tradicionais (café, milho e soja), além de maquinaria agrícola e sementes.

Em relação à Macedônia do Norte, o Estado brasileiro reconheceu sua independência no ano de 1995, tendo as relações diplomáticas sido estabelecidas em 1998. Em dezembro de 2017, o Presidente macedônio veio ao País e inaugurou oficialmente a Embaixada de seu país em Brasília. Desde então, o governo macedônio tem insistido na conveniência da reciprocidade em relação à abertura de embaixada do Brasil na Macedônia do Norte, a lembrar que a relação deste País com a Bulgária não é amistosa. Portanto, manter a missão diplomática brasileira na Bulgária como respondendo cumulativamente pela Macedônia do Norte gera desconforto.

Igualmente, cumpre destacar a manifestação de apoio da Macedônia do Norte à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) proposta pelo Brasil.

Por derradeiro, vale mencionar o modesto comércio bilateral que mantemos com a Macedônia do Norte, que alcançou a cifra de US\$ 36,6 milhões em 2022. As exportações brasileiras concentram-se em carne de frango (fresca, congelada ou refrigerada), que corresponde a 82% da pauta exportadora. Os principais itens importados em 2022 foram produtos da indústria química (38%), partes e peças para veículos automotivos (22%) e tabaco (29%).

Diante da natureza do presente Relatório, é o que cremos caber aduzir.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator